

**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO**  
**JORGE ALEXANDRO BARBOSA DE LIMA**

**Sala de aula em *movimento*: análise e proposta de material didático acerca do tema dos Movimentos Sociais no ensino médio.**

**Recife**  
**2015**

**JORGE ALEXANDRO BARBOSA DE LIMA**

**Sala de aula em *movimento*: análise e proposta de material didático acerca do tema dos Movimentos Sociais no ensino médio.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco, para obtenção de Grau de Mestre. Orientador: Prof. Me. Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo

Recife  
2015



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional  
Rua Henrique Dias, 609 | Derby | 50010100 | Recife - PE  
Fone: (81) 3073.6709 | Fax: (81) 3073.9561 | CNPJ: 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | formacao@fundaj.gov.br

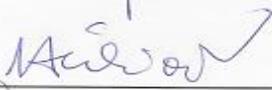
**ATA DA DÉCIMA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO  
PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO.  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 22 DE DEZEMBRO DE 2015**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro de dois mil e quinze (2015), às 14:30h, no auditório Gilberto Osório, na Fundação Joaquim Nabuco, em sessão pública, iniciou-se a defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "**Sala de Aula em Movimento: análise e proposta de material didático acerca do tema dos movimentos sociais no ensino médio**", do mestrando **JORGE ALEXANDRO BARBOSA DE LIMA**, sob a orientação do Prof. Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo. O mestrando cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRE em CIÊNCIAS SOCIAIS. A Banca Examinadora foi indicada *ad referendum* pela coordenação do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, em 11 de dezembro de 2015, segundo o Processo Nº **23101001176/2015-31**, em **22/12/2015** sendo composta pelos Professores: Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo (presidente), do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da FUNDAJ; Remo Mutzenberg (examinador externo), do Departamento de Sociologia da UFPE; e Cristiano Felipe Borba do Nascimento (examinador interno), do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da FUNDAJ. Após cumpridas as formalidades, o candidato foi convidado a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e, por unanimidade, julgou a dissertação **APROVADA**. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Coordenador do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 22 de dezembro de 2015.

  
Alexandre Zarias

BANCA EXAMINADORA

Prof. Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo: 

Prof. Remo Mutzenberg: 

Prof. Cristiano Felipe Borba do Nascimento: 

## RESUMO

### **Sala de aula em *movimento*: análise e proposta de material didático acerca do tema dos Movimentos Sociais no ensino médio**

Desde 2008, quando a Sociologia passa ser disciplina obrigatória no ensino médio, professores, acadêmicos, gestores, e até mesmo escritores e editores de livros didáticos, têm voltado suas preocupações sobre os conteúdos que devem compor o livro didático. Essa preocupação faz sentido nas Ciências Sociais devido à riqueza de assuntos produzidos na área, além das grandes possibilidades de abordagem. Entre os assuntos mais discutidos nas Ciências Sociais destacamos neste trabalho o dos Movimentos Sociais, presente na maioria dos livros didáticos do ensino médio. Contando com vasta produção acadêmica, o assunto continua relevante, haja vista os contextos sociais que propiciam a presença e discussão do tema. Este trabalho tem por objetivo discutir o tema dos Movimentos Sociais nos livros didáticos. Como recurso teórico-metodológico algumas referências foram utilizadas: a primeira são as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Coube, primeiramente, trazer ao âmbito da discussão a inserção do ensino da Sociologia a partir de duas perspectivas: a) a normatização e o que está sendo posto como objetivos para a disciplina; b) a contextualização do ensino com base em discussões anteriores à própria inclusão da matéria no currículo do ensino médio. Neste caso, os primeiros diálogos com duas referências importantes no ensino e história das Ciências Sociais: Florestan Fernandes e Wright Mills. Nestes autores - discussão complementada por Peter Berger em *Perspectiva Sociológica* - foi trabalhado elementos e recursos necessários ao ensino da Sociologia na relação pesquisa-ensino e na construção do conhecimento como artesanato, longe dos estereótipos convencionais do ensino-aprendizagem. Outro documento importante foi o Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, que exerce papel importante na política nacional do livro didático, orientando desde o formato até aprovação dos melhores livros a serem aplicados na rede pública de ensino. A sequência do trabalho foi realizada algumas leituras sobre Movimentos Sociais, que dentro da perspectiva deste trabalho visa servir de referências com base em autores locais, além de comparativo à própria análise dos livros discutidos neste trabalho. Por fim, com base no princípio da sequência didática, são apresentadas sugestões de planos de aula, seguindo o modelo do portal do professor do MEC. O objetivo é apresentar as possibilidades possíveis que podem auxiliar o professor no ensino da Sociologia.

Palavras-chave: Livro Didático, Movimentos Sociais, PNLD, Planos de Aula, Imaginação Sociológica, Florestan Fernandes, Wright Mills.

## ABSTRACT

### **The classroom in *movement*: analysis and proposal for didactic material on social movements within secondary school courses**

Since 2008, when sociology came to be an obligatory subject at secondary schools, teachers, academics, directors and even writers and editors of teaching materials have become preoccupied with the content to be included in school texts. This preoccupation is natural for social science due to the richness of the area's subject matter, besides the enormous possibilities for approaches to such material. Among the most frequently discussed subjects in social science this work gives special attention to Social Movements, available at secondary level in most of the teaching material of this kind. Backed by a sizeable academic production, the subject never ceases to be relevant in the midst of social contexts which cause the subject to be present and discussed. This work aims to discuss the subject of Social Movements as it appears in teaching materials. Some references were used as a theoretic-methodological resource: the first were the National Curricular Guidelines for Secondary Teaching. The first step was to bring to the discussion the insertion of sociology teaching from two perspectives: a) the establishment of norms and what is being placed as objectives for the discipline; b) the contextualization of teaching based on discussions previous to the inclusion of the subject on the secondary school curriculum. In this case, the first dialogues with two important references for teaching and the history of social sciences were to be considered: Florestan Fernandes and Wright Mills. With these authors – the discussion being complemented by Peter Berger in *Sociological Perspective* – elements and resources necessary for the teaching of sociology in the research-teaching relationship and in the construction of knowledge as workmanship were worked on, far from the conventional stereotypes of teaching-learning. Another important document was the National Plan for The Teaching Resource (PNLD) which exercises an important role in teaching resources' national policy, guiding from format to approval of the books most suited to the public teaching network. The work sequence was to perform readings on social movements, which under the perspective of this study seeks to use references based on local authors, besides comparing analyses of the books discussed here. Finally, there are put forth – based on the principle of didactic sequence – suggestions for lesson plans, following the site model for the MEC teacher. The objective is to present possibilities which can help the teacher in the teaching of sociology.

Word-keys: Teaching Materials; Social Movements; National Plan for The Teaching Resource (PNLD); Didactic Sequence; Imagination Sociological; Florestan Fernandes; Wright Mills

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>12</b>
<b>ENSINO DA SOCIOLOGIA: REVISITANDO ANTIGOS E NOVOS MODELOS</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1 A Sociologia no ensino médio: normatização</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: fundamentos e objetivos.</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1.2 Contextualizando a Sociologia no Ensino Médio.</b> .....	<b>13</b>
<b>1.2 Ensino da Sociologia: em busca da imaginação e fortalecendo o campo profissional</b>	<b>16</b>
<b>1.2.1 Diálogos possíveis a partir da perspectiva de Florestan Fernandes</b> .....	<b>17</b>
<b>1.2.2 Entre a imaginação e a prática</b> .....	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>34</b>
<b>MOVIMENTOS SOCIAIS: PERSPECTIVAS ATUAIS</b> .....	<b>34</b>
<b>2.1 Movimentos Sociais: apontamentos iniciais na perspectiva de Remo Mutzenberg</b> --	<b>34</b>
<b>2.2 A característica dos Movimentos Sociais na discussão de Maria da Glória Gohn.</b> --	<b>36</b>
<b>2.2.1 – Questões iniciais</b> .....	<b>36</b>
<b>2.3 – Movimentos sociais, redes sociais e inclusão: caminhos convergentes</b> .....	<b>42</b>
<b>2.4 Movimentos sociais: o lugar do espaço público</b> .....	<b>51</b>
<b>2.5 Movimentos Sociais: das redes às ruas.</b> .....	<b>56</b>
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>62</b>
<b>O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD E MOVIMENTOS SOCIAIS: ANÁLISES E PERSPECTIVAS</b> .....	<b>62</b>
<b>3.1 Sobre o PNLD: definindo parâmetros, suscitando perspectivas</b> .....	<b>64</b>
<b>3.2 Plano Nacional do Livro Didático: sua importância capital</b> .....	<b>66</b>

<b>3.3 PNLD: novas perspectivas para o ensino da Sociologia</b> .....	<b>68</b>
<b>3.4 Do Plano Nacional do Livro Didático aos primeiros didáticos: alguns apontamentos</b> .....	<b>72</b>
<b>3.5 Novos títulos: ampliação de horizontes?</b> .....	<b>87</b>
<b>3.6 Em síntese aos livros: o que temos?</b> .....	<b>97</b>
<b>3.7 Livros didáticos de Sociologia que foram analisados (em ordem alfabética):</b> .....	<b>101</b>
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>102</b>
<b>PLANOS DE AULAS: COMPLEMENTANDO PERSPECTIVAS</b> .....	<b>102</b>
<b>AULA 1</b> .....	<b>105</b>
<b>AULA 2</b> .....	<b>108</b>
<b>AULA 3</b> .....	<b>115</b>
<b>AULA 4</b> .....	<b>117</b>
<b>AULA 5</b> .....	<b>119</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos três anos o Brasil tem assistido, seja em âmbito nacional ou internacional, a uma série de movimentações políticas e sociais. As manifestações espalhadas pelas principais cidades do país conhecidas como as "jornadas de junho" de 2013 podem ser consideradas um bom exemplo. No entanto, diante de sua trajetória e dimensão, isso é pouco para ilustrar a sua importância na história do pensamento social e da Sociologia como um dos temas mais tradicionais nas Ciências Sociais. Das jornadas à Primavera Árabe, ou aos Movimentos Rurais dos Sem Terra (MST), todos trazem as características dos Movimentos Sociais. Assunto já visto nas obras de Karl Marx, ao tratar da classe operária, a exemplo do Manifesto do Partido Comunista, de 1848, e de outros sociólogos modernos a exemplo de Castells, Gohn, Ilse Sherer-Warrner, Mutzenberg, e tantos outros que se dedicam não só a estudar, mas a atuar politicamente em torno das causas que envolvem os movimentos, partidos e Organização Não-Governamentais (ONGs).

Na grande mídia o tema dos Movimentos Sociais transita nos noticiários de várias maneiras. Pode ser uma manifestação que bloqueia o trânsito, até grandes passeatas como as organizadas pelo movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e/ou as marchas do MST em luta pela reforma agrária, sem contar os movimentos mais tradicionais como os sindicatos, que, igualmente, aparecem nas organizações de greves, etc. No entanto, o grande desafio que se coloca é como ensinar - no nível médio - um tema muitas vezes visto de forma tendenciosa pelos meios de comunicação? Como criar o processo de desnaturalização de alguns fatos para tratá-lo numa perspectiva sociológica?

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM) de Sociologia recomendam que os assuntos tratados na Sociologia devam ser orientados por três perspectivas: conceitos, temas e teorias. As abordagens dessas dimensões servem para delimitar o campo de explicação da Sociologia e criar possibilidades de trabalhar temas e assuntos com características próprias. Não se trata, apenas, de um modo de transpassar o que o senso comum tem à sua maneira, mas oferecer uma visão diferenciada da realidade. Parte deste papel está presente nos livros didáticos de Sociologia que através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) adotando critérios que visam aos objetivos propostos pela legislação e orientações curriculares.

No âmbito da formação do profissional para o ensino da Sociologia no ensino médio, este trabalho tem por objetivo discutir o tema dos Movimentos Sociais nos livros didáticos

aprovados pelo PNLD-2015 e, mostrar como os temas dos movimentos aparecem nestes livros (quando aparecem) e sua importância no ensino de Sociologia para a construção de valores pautados no exercício da cidadania.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira parte faz uma exposição da legislação do ensino médio, num contexto de inserção da obrigatoriedade da Sociologia. Este capítulo apresenta os aspectos de sua normatização e o papel das Diretrizes Curriculares Nacionais na consolidação dos temas, teorias e conceitos que devem ser trabalhados na disciplina. Essas orientações normativas, além de serem de conhecimento obrigatório para quem está na prática de sala de aula, descendem de um debate anterior à sua própria inserção no ensino médio. Nesse sentido, tratei de dois autores importantes que abordam a Sociologia e sua importância, a saber: Florestan Fernandes e Wright Mills.

Em Fernandes, trabalhou-se a importância da Sociologia num contexto de modernização da sociedade, num modelo que demanda, aos jovens, novas formas de conhecimento, no qual a educação passa ter papel importante, seja na organização da sociedade como nas formas de status e ascensão social. Para Fernandes, a importância da Sociologia consiste na preparação do jovem para lidar com a perspectiva das mudanças, mas, principalmente, ajudá-lo a criar uma forma de pensar criticamente a sociedade e lidar com uma sociedade pautada nestes critérios de racionalidade, ou seja, uma Sociologia para entender e atuar no mundo.

Em Mills foi abordada a importância do que o autor chamou de “imaginação sociológica”, em busca de uma visão teórico-metodológica sobre o fazer sociológico, como tratado em Neto (2012) e Moraes (2010) em suas propostas metodológicas e didáticas para o ensino da Sociologia. Para além do que os autores demonstram, seja do ponto de vista conceitual ou metodológico, nesse e nos demais capítulos o princípio da “imaginação sociológica” deve refletir uma visão de um fazer sociológico voltado à sala de aula, ao que Neto (2012) denominou de *professor-sociólogo* [grifo meu]. Percebe-se, nesta perspectiva, que o local de trabalho do sociólogo está muito além da reprodução de conteúdos. Nesse sentido, na sala de aula está o seu escritório para a compreensão da realidade, num exercício para o qual os estudantes são os principais convidados. A proposta consiste numa nova prática em sala de aula e de um fazer sociológico que aponte novas perspectivas.

O segundo capítulo é dedicado a uma breve revisão sobre Movimentos Sociais. Distante de esgotar o tema procurei buscar autores nacionais, com publicações no campo da Sociologia. Parte-se do princípio de que, por ser um tema com vastas publicações, trabalhar com autores nacionais é um modo de direcionar os planos de aula numa interpretação mais próximos do contexto que poderá inserir-se nas aulas. Outra questão é a necessidade de

apresentar o tema sob uma perspectiva sociológica e menos histórica. Sem desconsiderar o papel da contextualização, ao trazer estes autores, indiretamente, amplia-se o leque de discussões teóricas, que no livro didático aparece muito superficialmente. Dos autores que foram trabalhados apenas Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren são referenciadas nos didáticos aprovados no PLND-2015. Por fim, buscou-se nessa abordagem trazer como os Movimentos Sociais estão caracterizados hoje. Como exemplo, tem a discussão do Movimento Ocupe Estelita, da cidade do Recife, visto como característica dos “novos” Movimentos Sociais e o papel das redes sociais na articulação dessas novas formas de atuação.

O terceiro capítulo, o mais longo deste trabalho, está dividido em duas etapas: a primeira parte está dedicada a apresentar o PNLD e a metodologia utilizada para análise dos livros aprovados no último edital. Além disso, busquei mostrar a importância desse plano no âmbito da formação para o ensino médio e, em especial, a contribuição para o ensino da Sociologia. Mostrar que a trajetória desta política, também, teve sua importância para ilustrar que tanto o ensino da Sociologia, quanto a política de escolha dos livros didáticos representam avanços nas políticas educacionais, com isso destaca-se o momento importante desse segundo PNLD-2015, depois da introdução da obrigatoriedade da Sociologia como disciplina no ensino médio.

A segunda parte desse terceiro capítulo subdivide-se em dois momentos: primeiramente, analisar o primeiro livro didático de Sociologia aprovado e adotado pela rede pública de Pernambuco, no caso, *Sociologia para o Ensino Médio*, de Tomazi. O objetivo foi o de mostrar a diferença do livro aprovado no PNLD-2012 e o segundo, do mesmo autor, aprovado no PNLD-2005. O segundo momento foi dedicado aos novos livros aprovados no último edital PNLD. Buscou-se o que há de mais relevante sobre os Movimentos Sociais, buscando considerar sua importância para o ensino da Sociologia, apontando algumas críticas e perspectivas sobre os conteúdos.

No capítulo quatro, o menos extenso, buscou apresentar alguns modelos de aulas, numa perspectiva de sequência didática, que podem ser trabalhados de modo complementar ao livro didático. Tanto em relação ao capítulo anterior quanto aos planos de aula apresenta-se, como principal fundamento (e argumento), a necessidade de o professor-sociólogo atuar a partir dos princípios da imaginação sociológica. Sem a rigidez do método, mas com criatividade, buscar alternativas em conjunto com os estudantes é um dos caminhos aqui propostos.

Por fim, nas considerações, reforça-se a importância dos livros didáticos, mostrando que não se trata de vê-los como mais ou menos adequado ao tema dos Movimentos Sociais. Ao

que falta, seja nos livros e/ou mesmo no contexto da escola, cabe ao professor-sociólogo usar da criatividade e de uma perspectiva sociológica, que possibilitem que o ensino das Ciências Sociais cumpra seus objetivos, em especial, na valorização da pessoa humana, na construção da paz social e ao pleno exercício da cidadania, conforme nos direciona a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394) e as OCNEM. Enfim, como apontava Fernandes (1985), na formação de cidadãos críticos para o exercício político da cidadania.

## **CAPÍTULO I**

### **Ensino da Sociologia: revisitando antigos e novos modelos**

#### **1.1 A Sociologia no ensino médio: normatização**

O ensino médio é um período importante na vida dos jovens, no qual projetam suas vidas para o campo de atividades profissionais e estabelecem relações sociais de forma mais independente (RAMOS, 2011). Tem-se, aqui, entre tantas possibilidades estabelecidas, a partir da LDB, Lei nº 9.394/96, como questão central, preparar o estudante para a vida. O que implica essa concepção, segundo a LDB? Primeiramente, formar cidadãos na apreensão de interesses da comunidade, construindo saberes necessários aos seus respectivos valores culturais, o que se traduz na construção da cidadania. Em segundo, uma nova etapa caracterizada pelas escolhas de vida, no trabalho e/ou na escolha da profissão, ou seja, uma etapa de preparação para uma atuação direta no mundo do trabalho. A escola é vista pela LDB como esse local que prepara para a profissionalização. Daí a necessidade constante de se pensar os currículos, suas propostas e as maneiras como são trabalhados em sala de aula.

##### **1.1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: fundamentos e objetivos.**

A LDB, lei que normatiza a educação brasileira, em seu Art. 2º (Dos princípios e fins da educação), estabelece como um de seus princípios e finalidades “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em vista disso, e de uma série de outras conquistas, é que o sistema educacional foi pensado e organizado. Nesse contexto, têm-se as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM, 2010), que, segundo o próprio documento, é fruto de várias discussões de âmbito nacional. Dessas discussões temos esse documento de orientações às políticas públicas de educação, cabendo ao Estado garantir a todos os brasileiros tais direitos.

As DCNEM, em seu histórico, exaltam a importância dessas discussões, no entanto, faz uma observação importante:

A educação para todos não é viabilizada por decreto, resolução, portaria ou similar, ou seja, não se efetiva tão somente por meio de prescrição de atividades de ensino [...], a educação de qualidade social é conquista, [...] manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos (DCNEM, 2010, p.8).

A educação pública, enquanto um direito de todos os brasileiros fundamenta-se em referências conceituais importantes, como é demonstrado nas DCNEM de tal forma que toda e qualquer ação em nível da educação básica deve estar pautado nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e aos direitos;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (DCNEM, 2010, p.11).

Cabe a todos os atores envolvidos, direta (família, comunidade escolar, etc.) e indiretamente (instâncias judiciais, governos, Movimentos Sociais, etc.), empenhar-se em educar, o que, segundo as DCNEM, implica em pensar na formação humana, nos princípios éticos, enfim, nos aspectos gerais da formação humanística, dimensões amplas que exigem uma escola integral.

Ao tratar dos direitos sociais a serem asseguradas (e os já conquistados), as DCNEM apontam para a necessidade de se galgar novas etapas na construção da cidadania. A primeira, voltada “ao acesso a bens e serviços de uma sociedade moderna”; a segunda, voltada a conquistas políticas, ou seja:

[...] uma cidadania agora compreendida como a participação ativa dos indivíduos nas decisões pertinentes à sua vida cotidiana, [...] participar das decisões públicas significa obter direitos e assumir deveres, solicitar ou assegurar certas condições de vida minimamente civilizadas (DCNEM, 2010, p. 13).

Todas essas questões devem estar presentes no sentido de assegurar a qualidade necessária do sistema de educação. A partir disso, todas as questões da escola e suas práticas devem fazer referências a essas diretrizes.

### **1.1.2 Contextualizando a Sociologia no Ensino Médio.**

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), o ensino da Sociologia no Brasil passou por várias fases, dentre elas, destaque-se as seguintes: de 1925 a 1942, quando estava inserida no ensino secundário; mais tarde, em 1961, com a Lei nº 4.024/61 (LDB), torna-se optativa ou facultativa; em 1971, com a Lei 5.692/71 (LDB),

torna-se optativa para os cursos normais e obrigatória nos cursos profissionalizantes, em especial, nos cursos de magistérios, como Sociologia da Educação. A partir da década de 1980, há uma flexibilização do ensino da Sociologia nos cursos profissionalizantes, como consequência dos limites que o modelo de ensino demonstrava ter em um contexto de crise econômica e de abertura política.

A Sociologia “ressurge” como disciplina no ensino médio a partir da Lei 11.684/2008, que, em seu inciso IV, alterou a LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96), tornando-a obrigatória. No texto da referida Lei, lê-se: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”.

Mesmo representando um avanço, o próprio documento das Orientações Curriculares (OCNEM, 2006) reconhece limitações à implementação do ensino da Sociologia, dentre elas - para fins de justificativa deste trabalho - destaque-se duas:

[...] não se tem ainda uma comunidade de professores de Sociologia no ensino médio [...];  
[...] existe uma baixa produção na área referente aos conteúdos pedagógicos, metodológicos e recursos de ensino [...] (OCNEM, 2006, p.103-104).

Em vista dessas questões faz-se necessário pensar o ensino da Sociologia como uma construção e reformulação de uma prática formativa para o ensino médio, conforme previsto pela Lei nº 9.394/96. Portanto, de forma resumida, são objetivos das Orientações Curriculares (OCNEM):

- Formar o cidadão crítico;
- Sistematizar debates em torno de temas contemporâneos;
- Mostrar resultados das pesquisas no campo das Ciências Sociais, com objetivo de modificar concepções de mundo;
- Trazer novos modos de pensar (ou formas de pensar o mundo).

Deve-se levar em consideração que esses objetivos se confundem com a própria função da Sociologia enquanto ciência ou pelo menos em seus aspectos mais importantes. As OCNEM destacam também que “por meio da Sociologia é possível compreender aspectos da argumentação lógica e empírica” (OCNEM, 2006, p.105), com isso “desnaturalizar” as concepções ou explicações dos fenômenos sociais - como está citado em seus objetivos - e problematizá-los.

Como já foi dito aqui, as OCNEM recomendam ainda trabalhar os temas da Sociologia a partir de três recortes: conceitos, temas e teorias. O objetivo é evitar que assuntos do

cotidiano possam ser tratados apenas pelo viés do senso comum. No entanto, abordar apenas teorias pode expor a disciplina ao desinteresse do aluno. Assim, segundo as OCNEM, esses recortes têm os seguintes objetivos:

*Conceitos* – o objetivo é desenvolver a capacidade de abstração dos alunos, necessária para o desenvolvimento de sua análise da sociedade e treiná-los para o desenvolvimento de uma linguagem científica.

*Temas* – o objetivo é desenvolver a capacidade dos alunos em articular conceitos, teorias e realidades sociais partindo-se de casos concretos. Aqui, destaque-se que entre os temas que devem ser incluídos no currículo de Sociologia está os Movimentos Sociais.

*Teorias* – o objetivo de trabalhar as teorias, sejam clássicas ou contemporâneas, é permitir que os alunos entendam os contextos em que elas foram criadas e seu desenvolvimento ao longo da história.

Portanto, trabalhar conceitos, temas e teorias são importantes quando se analisa o livro didático e se propõe novas tecnologias de ensino. São recortes que devem compor a prática de ensino e os recursos didáticos, que devem ser trabalhados pelo professor ao longo do ano letivo.

O livro didático apresentado como instrumento de reflexão do professor e de todos que pensam a educação, seja do ponto de vista pedagógico e/ou das políticas públicas, tem por finalidade aperfeiçoar e orientar ações para que os princípios da educação básica sejam assegurados conforme as leis que regulam a educação no País, levando-se em consideração as especificidades das mais diversas áreas dos saberes científicos e culturais.

Outro aspecto a ser observado na montagem de material para o ensino de Sociologia é adaptá-lo ao ensino médio. Muito do que se produz de conteúdos e práticas sociológicas está voltado ao ensino superior, onde o público tem um interesse específico e é formado por estudantes das áreas das Ciências Sociais e afins; assim, não se leva em consideração que um material destinado ao ensino médio não deve ter o mesmo nível de profundidade teórica e conceitual se comparado aos materiais destinados aos alunos do nível superior. Diante disso vale o conselho das Orientações Curriculares Nacionais ao afirmar que o ensino médio tem uma cultura própria, denominada de “cultura escolar”.

Com a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio, busca-se sua consolidação em um contexto de discussões de sua importância, a partir de referências importantes, a exemplo do sociólogo Florestan Fernandes e/ou do norte-americano Wright Mills. Postos em contextos diferentes, ambos defendem a importância do ensino de Sociologia para sociedade moderna. Como se verá mais a frente, este trabalho traz perspectivas e lançar outras propostas para o

ensino médio com base nessas referências.

## **1.2 Ensino da Sociologia: em busca da imaginação e fortalecendo o campo profissional**

Para além das questões presentes nas legislações e orientações sobre o ensino médio, em particular, o ensino de Sociologia apresenta-se perspectivas que podem ser consideradas “inerentes” à condição de sociólogos e de seus profissionais. Algo que vem a se confundir com o papel da Sociologia, enquanto campo do conhecimento científico, que pautado pelas mais diversas perspectivas trazem a problemática de entender as dinâmicas da sociedade industrial. Neste sentido, o sociólogo se debruçaria sobre os problemas da sociedade na busca de compreender e apontar caminhos. Esta foi (e continua sendo) a promessa da ciência, em que a razão instrumental, por meio de seus métodos objetivos e distantes do problema, seria capaz de achar a grande solução.

Não muito distante da nossa formação, os cursos de graduação - no caso particular das Ciências Sociais - apontam que o “fazer sociológico”, por meio dos métodos estabelecidos por grandes escolas sociológicas, que Mills (1982) chamou de “A grande teoria”, se estabelece como campo de informações (e formação) e conceitos que os futuros cientistas sociais (e professores de Sociologia) devem ter e ensinar como sendo o saber sociológico dominante (Mills, 1982). Quando se propõe algo mais prático, não se pretende, é claro, retirar a importância da teoria – pelo contrário, isso deve ser reforçado, como o próprio método que os sociólogos devem adotar, na medida em que estes, segundo Mills (idem, p.133) tem como tarefa “dominar a teoria e o método”. Mas, pretende-se, igualmente, mostrar que há outras possibilidades da Sociologia em sala de aula, na qual o livro didático continua sendo a principal referência. Portanto, há um papel a ser desempenhado pelo professor, como cientista social, que exerce um compromisso intelectual de pensar o trabalho sociológico, sendo mais amplo que as dimensões formais dos centros acadêmicos; nesse caso, ampliando sua atuação, no qual o ambiente escolar é uma dessas referências.

É neste ambiente escolar que também está o papel do cientista social, devendo superar a divisão que vem da formação que nos divide entre bacharéis e licenciados. Na prática docente existe o espaço para a pesquisa, o que implica em uma busca, enquanto professor, do que há de mais importante nas duas formações, aliando, assim, pesquisa e ensino. Sendo pesquisa e ensino elementos presentes nas orientações curriculares para o ensino da Sociologia, constitui um desafio aos professores de Sociologia, que, em alguns casos, podem não possuir a

formação na área<sup>1</sup>. O quadro abaixo mostra a realidade de como estão sendo ocupadas as disciplinas de Sociologia no Estado de Pernambuco. Contexto que reforça a necessidade de maior ampliação de recursos didáticos e paradidáticos na área da Sociologia. Faz-se necessário, igualmente, investir numa formação diferenciada para aqueles docentes que ensinam Sociologia, mas que não são diplomados na área.

Tabela 1

<b>Professores que ensinam Sociologia em PE</b>			
Formados em Licenciatura em Ciências Sociais / Sociologia	Não	49.041	89,7%
	Sim	5.613	10,3%

Fonte: INEP, Microdados do Censo Escolar – Docentes, 2012.

O que se propõe não é apenas a crítica, mas um “fazer e um saber fazer sociológico”, na perspectiva denominada por Wright Mills em *Imaginação Sociológica*. Numa concepção diferenciada, mas não diferente em princípios, tem-se o exemplo de Florestan Fernandes que, por meio de sua militância intelectual e política, fundamentou uma importante discussão acerca da Sociologia, na qual se tornou uma referência. E é essa perspectiva que vou tratar a seguir.

### 1.2.1 Diálogos possíveis a partir da perspectiva de Florestan Fernandes

A contar pelas várias fases que passou a Sociologia entre sua obrigatoriedade e saídas do ensino médio, mais recentemente, com sua volta ao ensino médio, a partir da lei nº 11.684/2008, em todos esses momentos, o que se punha em questão é o modelo de educação e à melhor forma desta disciplina atender às demandas do seu tempo. O pioneiro, como já referenciado, Florestan Fernandes destacou-se por sua defesa da Sociologia, quando ressaltava que, para além do seu papel, no contexto de um modelo mais adequado de escola pública, a disciplina deveria cumprir um relevante papel social na promoção de uma sociedade menos desigual. Para Fernandes (1978), as mudanças que ocorrem no processo de modernização e/ou suas formas de produção mudam as demandas, assim como transformam o ensino para que este se adapte ao modelo em questão. Ou seja, nesse processo ocorreram

<sup>1</sup> Sobre atuação de professores que não são formados na área que atuam ver reportagem que reproduz dados do Censo Escolar 2013. Fonte: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/11/maioria-dos-docentes-do-medio-nao-tem-licenciatura-na-area-em-que-atua.htm>. Acesso em 23/09/2015.

transformações no ensino que implicaram, também, na mudança no perfil do estudante, inclusive com a presença do ensino de Sociologia. A própria educação passou a ter papel na organização da sociedade, sendo um critério importante de status e ascensão social, o que serviria, igualmente, como uma das justificativas para inclusão da disciplina no ensino médio.

A própria discussão acerca do ensino da Sociologia foi bastante disperso. Segundo Silva *et al.* (2012), os debates em torno da importância da Sociologia foram marcados, em certa medida, por períodos muito distintos, alguns inclusive caracterizados pelo desinteresse dos próprios sociólogos. Conforme Silva *et al.* (2010, p.67), por exemplo, “[...] a partir de 1960, os intelectuais distanciaram-se pouco a pouco dos debates sobre o ensino das Ciências Sociais em geral, em particular no campo escolar”.

Silva *et al.* (idem, p.68) reforçam esse argumento utilizando-se da ideia de *campo* de Pierre Bourdieu. Segundo os autores, o campo escolar está numa posição “inferior” ao campo acadêmico, e um dos reflexos disso foi o abandono das discussões sobre a importância do ensino da Sociologia no ensino médio. Para reforçar essa afirmação os autores tomam como referência a quantidade de publicações em revistas de Sociologia acerca do tema. Para Silva *et al.* (idem, p.69), ocorreu uma produção mais intensa entre os anos de 1930 a 1955, que foi diminuindo numa razão direta de importância, direcionando-se apenas ao campo acadêmico. A partir dos anos 1960 há uma espécie de “silêncio” sobre o tema da Sociologia no ensino médio, que reflete uma perspectiva de “abandono” do assunto. Isso reflete, segundo os autores, a falta de consenso quanto à importância do ensino da Sociologia no ensino médio. Silva *et al.* (idem, p.75) citam, então, o exemplo do Prof. Antônio Cândido que vê o ensino da Sociologia com algumas restrições. Para Antônio Cândido, a disciplina estaria mais adequada à formação de professores, mas não para o ensino secundário. Outro autor indicado por Silva *et al.* (idem) é Luiz A. Costa, que, diferente de Antônio Cândido, defende a Sociologia no ensino médio, argumentando que esta seria importante no reforço dos currículos brasileiros, ao introduzir a cientificidade no sistema de ensino. Para Luiz A. Costa, a ausência da Sociologia agrava problemas do currículo, perspectiva bem parecida apresentada por Florestan Fernandes, reforçando a necessidade da disciplina num contexto de formação à cidadania.

São discussões que tendem a caminhar, igualmente, sobre propostas de ensino - embora reforço não ser o foco deste trabalho -, mas que evidencia a importância do ensino da Sociologia, que não deve ser tratada como “mais uma matéria”, sendo um problema, ainda a ser resolvido. Para Ferreira (2010, p.15), “ainda não conquistamos e sedimentamos os devidos

espaços da Sociologia dentro do ensino médio”, fato reforçado pela ausência de um currículo, o que desemboca em outra dificuldade: o que ensinar em Sociologia? Como já foi dito, este trabalho visa a preencher uma lacuna, nesse caso, direcionado a um tema específico, entre tantos da disciplina: os Movimentos Sociais. Numa relação interdisciplinar, recorrer à história da presença da Sociologia no ensino médio, nos indica, parcialmente, os caminhos a serem percorridos na prática profissional docente. Portanto, sua presença não se trata apenas de uma “vontade”, mas serve para repensarmos o porquê de nem sempre o ensino da Sociologia esteve presente no ensino fundamental e médio, o que levou também a uma carência de recursos metodológicos, problema mais moderado em outras áreas do saber.

Florestan Fernandes no livro *A condição de sociólogo* (1978), ao fazer uma retrospectiva de sua vida profissional e sua relação com o desenvolvimento da Sociologia (seu processo de institucionalização), já destacava a importância de se repensar o ensino secundário, sendo menos enciclopédico e mais voltado à preparação para a cidadania. Em outro contexto, Mills (1982), ao escrever *Imaginação Sociológica*, trouxe elementos que são sugeridos como atividades do sociólogo, que, enquanto pesquisador, vão além de um método tradicional. Ou seja, são elementos de uma prática que o intelectual exerce, cabendo, nesse exercício, por exemplo, a história e a biografia, como elementos importantes à reflexão e o entendimento da realidade. Ao refletir acerca do desenvolvimento de um campo científico e profissional restrito - como foi o da Sociologia ao tempo descrito por Fernandes - deseja-se mostrar o quanto essa condição descrita por Fernandes é igualmente importante para discorrermos sobre a Sociologia no ensino médio. Considerando o depoimento em particular, some-se a crítica que Fernandes descreve sobre o sistema de formação e educação no Brasil.

Ao tratar de sua trajetória, Florestan Fernandes, afirma sua característica autodidata, como resultado da formação precária oferecida pelo ensino médio. Sua formação contou com processos de aprendizagens nem sempre fáceis, numa universidade em que, em sua época, tinha preconceito com os manuais, o que veio a modificar-se com o próprio Florestan e Antônio Cândido ao tornarem-se professores na medida em que pensavam numa formação básica com um modelo de ensino-aprendizagem próprio para o ensino médio. Sua análise estende-se ao próprio modelo que tem por característica um conhecimento enciclopédico com cursos “monográficos” (Fernandes, 1978, p.7)

Trilhando um caminho e objetivando propiciar uma melhoria do ensino, a partir da própria biografia, as primeiras obras de Florestan Fernandes - *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* - constituem um esforço de

síntese na explicação das diferenças conceituais entre perspectivas e escolas sociológicas. Constituía, também, uma orientação para professores e alunos no campo de atuação da Sociologia (idem, p.17). A preocupação deste autor parte do seguinte: o que o estudante aprende e o que deveria aprender? Isso antecipa a crítica ao modelo enciclopédico, pouco relacionado com as novas dinâmicas sociais e culturais da sociedade moderna, ao mesmo tempo, em que faz um apelo a novas posturas - a começar pelas próprias publicações dos manuais - convocando os intelectuais para essas mudanças. Nesse sentido, Fernandes afirma: “Acho errado a pretensão de abstrair o intelectual do ambiente. [...] O intelectual não tem vida, é uma planta de estufa, que morre precocemente” (Fernandes, 1978, p.27).

Além da preocupação com a formação, o intelectual deveria exercer papel ativo na sociedade. Perspectiva que se aproxima do educador Paulo Freire (1996) ao lançar sua proposta da Pedagogia da Autonomia, que, à semelhança de Fernandes, preocupa-se com uma educação que não seja meramente conteudista. Cabe ao professor - no caso deste trabalho, professor de Sociologia - “ensinar a pensar certo” (Freire, 1996, p.27). Freire (1996, idem) propõe que não se leia a partir de um gesto repetitivo e memorizador, mas que se leia criticamente traçando evidências com a realidade em que se encontra o aluno. Para Fernandes, esse não tem sido o papel dos intelectuais no Brasil por estar inserido nos setores dominantes da sociedade (Fernandes, 1978, p.48).

Não se trata apenas de uma crítica, ao que representava os intelectuais, mas ao modelo de desenvolvimento do Brasil, no qual as elites burguesas atribuíam essa liberdade de pensamento como condição natural, em que os próprios intelectuais se encontravam, ou seja, retratavam a realidade do seu próprio universo e, por isso, mesmo que divergisse isso não seria um conflito contra a ordem. Ao trazer essas questões para educação percebe-se que muitos profissionais liberais atuavam no ensino médio e superior, essa configuração na perspectiva de Fernandes (idem, p.45) não tem por objetivo a preparação às demandas da sociedade industrial, mas - como já tido - a manutenção de uma ordem na qual a escola tenderia a ser uma repetição dessas estruturas.

A crítica de Fernandes às elites tem relação direta com as questões da educação de sua época, porque a tratavam como instrumento de formação dos seus quadros, pouco ligado à realidade do país. Na tentativa de mudar a educação e sua função social, o autor destaca o papel do movimento estudantil, que desde o ensino secundarista conduziu um papel de contestação da realidade e ao desejo de renovação da sociedade, atuação mais marcante do que a dos partidos políticos e, que veio a ser uma alternativa aos professores, frente ao modelo conservador dominante.

Florestan Fernandes argumenta, ainda, que a educação tem importância na organização da sociedade por exercer uma “função” nas definições de status e ascensão social (Fernandes, 1978, p. 51). Em vista dessas necessidades e das transformações estruturais a partir dos anos 1930, há emergência de novas classes sociais que trazem perspectivas de organização e trabalhos diferenciados. O avanço e a exigência de uma nova classe média, que agora buscava na educação novas possibilidades de ascensão, torna esta classe mais exigente naquilo que as políticas públicas e o Estado poderiam ofertar. É o momento em que os Movimentos Sociais - em especial o movimento estudantil - se organizam a partir do ensino secundário e por meio de várias doutrinas políticas, por exemplo, do movimento anarquista, ou mesmo pela influência do movimento operário. Momento que a atividade do sociólogo entrava em conflito entre ser apenas ritualístico ou ter uma atividade intelectual mais engajada com a realidade. O próprio autor cita alguns “avisos” dados por seus superiores nos textos e ensaios que escrevia. De certa forma, isso demonstra um fazer sociológico próximo da perspectiva de Mills, engajado com a realidade e compreendendo as estruturas sociais presentes.

O avanço dos campos de conhecimento resulta numa ampliação das necessidades de conhecimento do qual Fernandes (1985, p.90) já indicava como uma necessidade no campo das Ciências Sociais, ou seja, estes deveriam ser ampliados por meio da inclusão da Sociologia no ensino médio. A necessidade para além da inclusão de novos profissionais no campo do trabalho exerceria uma função necessária na divulgação do campo científico. O conhecimento é elemento importante em todos os níveis da sociedade; é também fundamental na orientação das atividades que necessitam da compreensão racional. Para Fernandes (idem, p.92), a Sociologia deveria oferecer instrumentos de análise da realidade social, isto é:

[...] noções básicas e operativas capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas e lhe suscite atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva diante dos fenômenos sociais, estimulando-se o espírito crítico e a vigilância intelectual [...]

Florestan Fernandes, indiretamente, antecipa-se à própria proposta da LDB nº 9.394/96 e lei complementar nº 11.684, de 02 de junho de 2008, porque já detalhava os objetivos do ensino da Sociologia em orientar os alunos num modelo de sociedade capitalista, em que as mudanças acontecem em caráter sistemático e permanente, principalmente, nas crises e conflitos que se estabelecem<sup>2</sup>. O ensino da Sociologia deve preocupar-se, portanto, com a “racionalização do comportamento humano, para amenizar os conflitos” (Fernandes, 1985,

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar que Fernandes em toda sua obra procura fundamentar uma crítica ao modelo capitalista, mostrando que a Sociologia, enquanto um conhecimento crítico da sociedade exerce papel importante na desconstrução da realidade.

p.93). Essas questões partem da necessidade da defesa da liberdade humana. O princípio de uma educação que possibilite escolhas, com fundamento racional, com fins de se escapar de enganos e propagandas dos meios de comunicação, ou mesmo para “entender” (compreender, visto por uma concepção weberiana) os significados ideológicos que pautam a realidade social.

A busca deste entendimento é a formação do “espírito” - ao contrário de um modelo enciclopédico, estático na sua concepção - que tende a ser um elemento de diferenciação. Toda formação visava apenas uma notabilidade e um reforço de dominação de classe, ou seja, a formação das elites. Nesse sentido, Florestan (1985) argumenta que a Sociologia tem importância dentro da estrutura de ensino por apresentar a necessidade de ajustamentos da sociedade brasileira, operando como instrumentos “conscientes do progresso social” (idem, p.101). A escola, também, desempenha papel importante na formação da consciência cívica, contribuindo para uma responsabilidade ética. Para este autor, “o ensino deveria formar uma visão cosmopolita do mundo” (Fernandes, 1985, p.104). Por fim, Fernandes (1985, idem) faz uma série de questionamentos para se pensar a prática do ensino da Sociologia no ensino médio. São questões ainda pertinentes num contexto de ensino, do qual a Sociologia tem papel importante e o professor de Sociologia deve estar ciente destas funções.

O ensino da Sociologia é uma das maneiras de divulgação dos conhecimentos sociológicos e desempenha o papel de formação científica na vida dos jovens. Nesse caso, a Sociologia cumpriria o papel de uma formação para o controle e bom funcionamento da sociedade, na qual a razão científica e instrumental toma o lugar dos costumes e das tradições. Os educadores, segundo Fernandes, ao perceberem a importância de uma educação pautada nas mudanças, sobre influência de Emílio Willems, discutem o quanto esta é importante, igualmente, na consolidação do conhecimento de princípios culturais - daí a importância da Antropologia - e das questões econômicas e sociais - com a Sociologia e Ciência Política. Estas disciplinas seriam necessárias para formar pessoas aptas ao regime democrático e ao enfrentamento de todas as incertezas que o sistema gera. Para Fernandes, o ensino da Sociologia daria orientações para “harmonizar” as atividades baseadas na compreensão racional (Fernandes, 1985, p.90), para criar competências semelhantes às defendidas por Mills (1982), em *Imaginação Sociológica*.

Ressalta-se que, no contexto em que escreve Fernandes, vê-se logo a importância do ensino da Sociologia num momento em que seus objetivos e orientações não estavam consolidados, nesse caso, antecipando-se à LDB e às Orientações Curriculares, que ganham

uma redação de lei e programa de ensino só a partir dos anos 1990<sup>3</sup>. A importância da disciplina reforça outra característica importante das sociedades capitalistas que é o seu caráter de mudança sistemático e permanente e, principalmente, de crises do próprio modelo de sociedade capitalista.

Há um elemento de crítica nesta perspectiva, no qual a Sociologia serviria para amenizar os conflitos sociais (Fernandes, 1985, p. 93) e compreender os processos sociais. São questões que partem da necessidade da defesa da liberdade humana, princípio de uma educação que oferece possibilidades de escolhas, com fundamento racional, com fins de se escapar de enganos, de propagandas dos meios de comunicação e até mesmo “entender” os significados ideológicos que buscam pautar a realidade. Essa proposta é a crítica de Fernandes ao modelo de ensino enciclopédico, que, no caso brasileiro, além de ser estático é elemento de diferenciação entre as classes, no qual o curso superior dava aos portadores de diploma notabilidade, ou seja, um ensino voltado à formação de elites. Sendo a escola o modelo desta desigualdade, ela também seria um elemento de ajustamento, operando como instrumento de “consciente do progresso social” (1985, p.101). Cabe, igualmente - e daí sua importância -, ao ensino da Sociologia formar pessoas com consciência cívica, responsabilidade ética e visão cosmopolita do mundo (idem, p.104).

Portanto, “consciência cívica e responsabilidade ética” demandarão uma nova postura do professor, acompanhada de práticas pedagógicas e sociais nas quais a perspectiva da imaginação sociológica de Mills sai do âmbito do discurso para se constituir como metodologia. Segundo Mills, a dimensão entre o público e o privado não pode ser dissociada, tendo em vista que uma complementa a outra, cabendo, nesse contexto, a imaginação criativa do método. Pensando nesta possibilidade, Neto (2012) apresenta o que seria os três pilares da imaginação sociológica: contexto, estrutura e cotidiano.

As três bases de interpretação da “Imaginação Sociológica” estão entrelaçadas com a história. A própria obra (de mesmo título) de Mills demonstra a importância da história na construção da análise sociológica. Nesse sentido, o trabalho do historiador “é manter a memória organizada da humanidade” (Mills, 1982, p.158), permitindo que os cientistas sociais possam usá-la como um registro (são arquivos). Quanto ao seu uso dependerá do problema e de sua adequação. O importante deve ser a compreensão das estruturas sociais presentes. Buscar elementos históricos na montagem do cenário que se pretende compreender é lançar-

---

<sup>3</sup> Com a lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 - Lei nº 9.394/96, e as Diretrizes Curriculares para o Ensino da Sociologia, em 2006.

se sobre as diferenças entre instituições sociais e nosso cotidiano. Essa perspectiva não separa a ação do indivíduo da história, pelo contrário, consiste numa tarefa de conciliar os aspectos biográficos com as dimensões das mudanças sociais. É a tarefa de lançar-se no contexto para compreensão das realidades.

### **1.2.2 Entre a imaginação e a prática**

O perfil de uma “nova educação” está relacionado, segundo Fernandes, ao avanço de uma nova classe média que enxerga na educação possibilidades de ascensão social que passa agora a exigir do Estado políticas públicas na área, deve-se ressaltar que isto tende a gerar problemas quanto ao modelo e ao acesso - conforme já apontado. Fernandes (1985) aponta que as exigências também se fizeram presentes no movimento estudantil, que agora começara a se organizar no âmbito do ensino secundário. No entanto, o que fica evidente é sua importância de discutir as mudanças e preparar os estudantes para os desafios para um novo modelo de sociedade. A escola, nesse caso, atua como reprodutora da sociedade e cabe ao professor de Sociologia dialogar com essas novas perspectivas, tendo em vista ser esta ciência, também, “um produto da modernidade” (Neto, 2012, p. 19).

O que pretendemos enfatizar, igualmente, é que a prática em sala do professor deve assemelhar-se à pesquisa, neste caso, com algo a mais: reproduzir experiências da vida (Pais, 2013), a partir de um conhecimento voltado a prática do cotidiano (idem, 109), mas não àquela voltada a preparação do mercado de trabalho (apenas). O conhecimento sociológico deve está imbuído de um princípio de compromisso com o uso da razão e da liberdade e valorização da experiência. O professor de Sociologia deve criar a disponibilidade de abertura, para encontrar a melhor maneira de demonstrar a realidade aos seus alunos. Daí a necessidade e afirmação de Pais: “o cotidiano é uma fonte de revelação do social” (Pais, 2013, p.111).

Ao tratar do tema dos Movimentos Sociais (interesse principal deste trabalho) cabe ao professor lançar estratégias para perceber que tipo de conhecimento os alunos trazem para sala de aula. Esses saberes devem estar relacionados com o ensino médio, seja por meio de sua legislação e/ou por suas diretrizes. Não podemos deixar de caminhar com estas orientações, tendo em vista que, os conteúdos dos livros devem fazer sentido à realidade local. Segundo Pais (2013, p. 115), o conhecimento sociológico deve fazer algum sentido: “[...] os conceitos sociológicos devem ser laboriosamente trabalhados numa relação de inteligibilidade com as intenções significativas que dão sentido as interações cotidianas”.

Portanto, o sentido dessas interações e, no caso específico, as explicações sobre o fenômeno dos fatos sociais não devem estar pautadas apenas nas imagens, ilustrações e conceitos presentes nos livros didáticos. O despertar dessa consciência crítica volta-se ao exercício da cidadania, que se constitui em um dos pilares da imaginação.

As atividades realizadas em sala (e outras dinâmicas) podem servir como momentos de construção do conhecimento, partindo do princípio que as atividades em sala de aula não devem ser reproduções (e repetições) de conteúdos dos livros e/ou de mensagem do professor. Pais (2013) aponta o papel da transposição entre teoria - ou conteúdos dos manuais - com a prática, ou seja, como relacionar o que se lê dos manuais e livros com a realidade? No caso do ensino de Sociologia, como “fazer Sociologia” aproveitando-se destes conteúdos e otimizá-los da melhor maneira possível?

A proposta de Pais é apresentar a pesquisa nos mesmos moldes de Mills, fazendo uma releitura, mas tratando do “artesanato” como uma possibilidade, saindo do que ele chama de “uso ingênuo e ritualista da prova na produção sociológica” (2013, p.118). Por se tratar de prova, a expressão acima se encaixa ao contexto da sala de aula e em parte ao uso exclusivo do livro didático. Do mesmo modo que se faz a crítica ao pesquisador por seguir cegamente uma teoria e não ser sensível às especificidades do problema (idem, p.118), ao professor de Sociologia no ensino médio, a autocrítica pode ser este elemento de flexibilidade na tentativa de agregar valores por meio de outros recursos didáticos. Não se trata de retirar o livro didático, que tem papel essencial, seja na consolidação do campo de atuação profissional dos cientistas sociais somado à contribuição do próprio conteúdo, mas estabelecer uma nova prática e visão de Sociologia enquanto conhecimento importante para os jovens.

O livro didático não pode ser apenas um manual de conceitos científicos, aos moldes da formação de cientistas sociais na universidade, mas como uma linguagem específica que aborde os três recortes recomendados nas orientações curriculares: conceitos, temas e teorias. Pais (2013) ao tratar da imaginação sociológica, enquanto prática do pesquisador, menciona a questão dos conteúdos e seus cuidados para que as informações produzidas tenham conexão com a realidade.

Outro autor a propor os usos da imaginação sociológica é Neto (2012, p. 20). Para ele, a partir dos contextos sociais e das possibilidades das quais a Sociologia pode se apropriar, para usá-la como “lugar privilegiado ao exercício da mediação educativa” cabe ao professor - para além do que está posto nas orientações curriculares - estimular e estimular-se pela curiosidade, ou seja, “criar novas maneiras de olhar a mesma coisa”, o que se constitui “um exercício intelectual de distanciamento”, um esforço intelectual de pensar nossas instituições

(no caso do professor, a escola e suas políticas). Padrões e valores, num exercício à maneira proposta em Mills, de trazer ao âmbito de sua atuação a dimensão de nossas biografias, ou seja, como pensar nossa realidade e cotidiano com as dinâmicas da vida institucional? Seria isto apenas uma atribuição dos sociólogos? Neto vai apontando possibilidades como esta: “Não é necessário que a imaginação sociológica se pautar por uma leitura rígida de contribuições dadas por toda essa tradição, posto que ela não precisa, e nem deve ser domínio exclusivo dos sociólogos” (Neto, 2012, p.32)

Portanto, uma das primeiras sugestões que se aponta para a prática do professor de Sociologia é trabalhar com os temas propostos pelo viés do campo científico - sendo um elemento indispensável ao reconhecimento -, mas que contenham contribuições para a vida. Aliás, a mesma perspectiva apresentada por Fernandes ao tratar da importância do ensino da Sociologia.

Um dos elementos importantes nessa proposta sociológica é a curiosidade na compreensão dos processos históricos e como eles interagem nas mudanças e dinâmicas do presente (Neto, 2012, p.37). Visto como condição inseparável, o tempo e suas noções estão entrelaçados às dinâmicas sociais nas quais nos encontramos. Para isso, cabe ao sociólogo, também, apropriar-se metodologicamente das dimensões do contexto. Antecipando-se ao que Neto (2012) propõe, cabe esperar uma nova postura do professor de Sociologia, igualmente, do intelectual, pesquisador, etc. Ou seja, compreender as estruturas sociais a partir de nossos elementos cotidianos, como a língua, as formas de controle social, os papéis sociais, enfim, as estruturas sociais e de como estas influenciam as ações dos indivíduos. No caso deste trabalho, como os contextos sociais - a partir dos temas, conceitos e teorias - influenciam os Movimentos Sociais e de como todas essas questões se relacionam com a dinâmica da vida escolar e dos estudantes? Questão que pode ser generalizada e proposta como a adoção de uma “postura” de uma prática da atividade intelectual que o põe na condição de *professor-sociólogo*.

A partir desta prática de ensino, Neto (idem, p.37) explicita a importância da imaginação sociológica:

“[...] a imaginação sociológica é visceralmente histórica, quando não, pela necessidade de pensar em atos humanos em sucessões de gestos marcados pela causalidade. Ou seja, não se trata apenas de atribuir ênfase à história, mas o que ela representa para o indivíduo, daí a necessidade de pensar o ensino da Sociologia contextualizando, procurando entender as dinâmicas no cotidiano dos estudantes, sem perder a dimensão das estruturas sociais que se fazem presentes através dos mecanismos de controle social, instituições, elementos culturais” (Neto, 2012, p.38).

Na prática docente não cabe ao professor de Sociologia, desde que seja realmente pensado como um “fazer sociológico”, ser apenas um repassador de conteúdos. Atividade em sala de aula não deveria estar igualmente, como reprodução dos status estabelecidos, nem muito menos no desempenho de funções criticadas por Mills (1982), chamadas por este autor de “conselheiro do rei”.

Nas Ciências Sociais, os usos da burocracia (comuns devido aos padrões e metas estabelecidos por instituições regulatórias) são apresentados, por Mills, como tendência, ocasionando perda da autonomia da Sociologia – reflexão cada vez menor acerca das estruturas da sociedade moderna. Ou seja, o excesso de preocupação com as questões burocráticas faz com que se responda a exigências nem sempre voltadas ao objetivo que se destina a Sociologia. Em sala de aula corre-se o mesmo risco, sobretudo quando o professor se deixa levar pelos conflitos internos, com pouca preocupação nas análises possíveis e, principalmente, quando não assume a função de agente histórico munido do conhecimento racional, adquiridos a partir dos métodos da Sociologia.

As anotações, observações que podem ser coletadas por informantes e pessoas simples, são recursos que podem ser utilizados na pesquisa. No caso da proposta para sala de aula, num processo de desconstrução e construção, as formulações das questões não devem estar limitadas ao livro didático, mas ao reconhecimento, por parte do professor, sobre o que os alunos sabem de determinado assunto e o que eles são capazes de pesquisar, seja nos livros e/ou mesmo na internet - hoje o principal recurso escolar. Nesse sentido, o conhecimento sociológico deve ser o instrumento lapidador, ou seja, é como se olhássemos por uma lente distorcida e, com a ajuda da Sociologia, melhorássemos o foco, vendo para além do que se estava posto e/ou mesmo fazendo novas descobertas.

Ao tratarmos do ensino das Ciências Sociais podemos trabalhar com a proposta metodológica apresentada por Martins (1998, p. 2) de uma Sociologia da vida cotidiana que indica a necessidade de adaptar-se às mudanças sociais ocorridas com o fim de grandes modelos explicativos - a exemplo dos modelos socialistas e capitalista de Estado, com forte presença de políticas sociais -, que perderam espaço com o neoliberalismo, em especial no Brasil durante a década de 1990. O contexto de mudança acontece quando esses grandes modelos se dissolvem, em especial o socialismo (soviético). Portanto, a vida social não está apenas (predominantemente) voltada às questões estruturantes - assim como o mundo não está mais dividido entre capitalistas e comunistas. Essas estruturas se modificaram, o modo de organização social seguiu essa tendência, pautando-se sobre as questões do cotidiano e, com isso, mantendo o foco no indivíduo. A força da sociedade civil e dos Movimentos Sociais,

segundo Martins (1998, idem) está na “eficácia das vontades individuais”.

O que Martins propõe não é o abandono dos estudos mais estruturais. No entanto, caminha-se na mesma direção da proposta do “artesanato intelectual” de Mills, como alternativa à “grande teoria”, em contexto muito caracterizado pelo excesso de individualização e, principalmente, na tentativa de melhor compreender o imediatismo no qual nos inserimos. Essa prática sociológica não implica pensar que as grandes movimentações não aconteçam ou que os Movimentos Sociais perderam seu sentido. Podemos citar o exemplo da Primavera Árabe<sup>4</sup>, quando um jovem em protesto às condições de opressão em que vivia ateia fogo contra o próprio corpo (Castells, 2013), ou mesmo às próprias manifestações de junho de 2013 nas principais cidades do Brasil, que parecem apontar na direção de que há questões que precisam ser pensadas de modo “alternativo”.

Essa crítica se expande para além da prática do professor, ao que Fernandes (1985) chamou de conhecimento enciclopédico - sendo tradicional (e conservadora) - contrário ao que deveria propor a Sociologia. A Sociologia exerce uma função educadora no modelo da sociedade industrial caracterizada por crises estruturais constantes. No caso do Brasil, segundo Neto (2012, p. 54), a construção da cidadania se constitui como desafio, pela complexidade de nossa própria formação e dos aspectos do País, enquanto nação. E, por isso, se justifica atribuir à Sociologia um relevante papel na desconstrução de práticas legitimadoras de poderes e injustiças. O que Neto (idem, p. 54) aponta como instigante nesta formação é: “[...] construir o que somos a partir do que aprendemos sobre nós mesmos; sumariamente essa reflexão desemboca no problema da cidadania”.

Para Neto (2012, p. 70), o ensinamento e a construção da cidadania estão, igualmente, relacionados com aspectos culturais da sociedade brasileira. Ele chama atenção, ainda, que independente das perspectivas teóricas e literárias que se adote para um mesmo problema, o que ele denomina de “a intervenção de alguma força arquetípica”, deve-se estar atento às particularidades, importante nestes exercícios de imaginação sociológica. Como referência busca-se na história a explicação de que a prática da cidadania não demonstra ter sido prioridade em nosso contexto. A própria perspectiva da história social no Brasil tem demonstrado as causas destas desigualdades, por meio de seus interpretes, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda com o conceito de homem cordial (2004)<sup>5</sup> e de Florestan Fernandes (1978)<sup>6</sup> acerca da condição do negro no Brasil. São possibilidades, por exemplo,

---

<sup>4</sup> Tema que será referenciado no capítulo sobre Movimentos Sociais.

<sup>5</sup>Ver HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>6</sup>Ver FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v.1

que o professor de Sociologia pode utilizar como elementos de interpretação de nossa própria realidade para contextualizar o tempo presente.

Para Neto (2012, p. 67), a desconstrução de antigos saberes deve levar os estudantes a refletirem sobre a primeira condição da formação humana, como exercício da cidadania, o que tem sido dificultado em razão de uma cultura personalista que estabelece, principalmente, nas populações mais carentes laços de dependência e fidelidade entre políticos e eleitores, o que propicia tratamento de desrespeito com setores da sociedade civil, por exemplo, com os Movimentos Sociais, que trazem, historicamente, no Brasil, o tema da cidadania nas suas bandeiras ou conjunto de reivindicações. Ressalta-se que não é o fazer política sobre a perspectiva partidária e ideológica - algo que pode ser facilmente confundido com tal atitude, embora isso não seja proibido, mas de pensar sociologicamente, com criticidade e independência, fugindo do princípio que Mills (1982, p. 195) denominou “conselheiro do rei”, ou seja, algo ainda mais comum quando os cientistas sociais estão empenhados nas atividades burocráticas, o que os levariam à perda de autonomia, impedindo pensar acerca das estruturas da sociedade moderna e seus problemas.

Manter independência é acreditar na liberdade do homem, que, pelo uso da razão, pode influir na história. O próprio Mills (idem, p.196) aponta limitações a este ideal, ou seja, ligado ao processo histórico construído pelos homens, tal ideal pode não ser exatamente como estes gostariam que fossem, porque o acesso ao poder de decisão varia de acordo com o grau de liberdade que se possui. Na maioria das vezes as pessoas se deixam conduzir por àqueles poucos que fazem a história, deixando que suas vidas se tornem marcadas pelo acaso e/ou pela sorte.

São argumentos que tem por objetivo romper com a lógica repetitiva e de uma formação apenas para o “mercado de trabalho”. A Sociologia como disciplina no ensino médio deve levar o estudante a ver que “ninguém está fora da sociedade. A questão é saber o lugar que se ocupa dentro dela” (Mills, 1982, p. 199). O professor deve transcender intelectualmente os ambientes em que vive; isto é feito a partir do momento em que ele se põe a examinar as estruturas sociais que o cercam. Não se trata apenas de uma “visão de mundo”, mas de como pensar sociologicamente.

Seguindo essa perspectiva, Berger (2002, p.37) afirma que “o sociólogo encontra material de estudo em todas as atividades humanas, mas nem todos os aspectos dessas atividades constituem material sociológico”, daí o papel orientador da atividade intelectual no ensino, no entendimento de que os fenômenos sociais são complexos. Por isso, a necessidade de trabalhar com perspectivas sociológicas que “vejam os processos para além das fachadas,

das estruturas sociais [...]” (idem, p. 41). Para além do cotidiano e do que estabelecemos em nossas relações e instituições. Faz-se importante passar pela prática da imaginação sociológica “para perceber a realidade, que as fachadas ocultam e, para isso, é preciso um considerado esforço intelectual” (idem, p. 42). Portanto, no processo educativo o professor de Sociologia deve manter como foco de interesse os problemas sociológicos, buscando sempre “a compreensão do que acontece em termos de interação social” (Berger, 2002, p. 47).

Como prática, os professores de Sociologia devem levar os estudantes a pensar em problemas de importância sociológica, a observar como as relações sociais modificam e/ou como interagem com as estruturas sociais vigentes. Citando o próprio exemplo de Berger (2002), ao falarmos sobre número de divórcio, o problema não será o debate do certo ou errado, mas a compreensão de como o casamento, enquanto instituição se modificou dentro da estrutura social.

Berger (2002, p.48-49) aponta que a consciência sociológica é desmistificadora, ao buscar “mergulhar” em outros níveis da realidade em que se encontram outras tramas sociais. A ideia da desmistificação está em compreender como a ação e os pensamentos (ideologias) podem resultar em realidades diferenciadas. Fazendo um paralelo com Weber, o autor demonstra que a observação e o estudo da ação social devem nos levar a compreender e a buscar consequências não esperadas dessa ação (idem, p.49), ou seja, na perspectiva da distinção entre o que se espera, enquanto ideia, e o que de fato acontece, enquanto perspectivas sociológicas, o que Mills chamaria de o método da “imaginação sociológica”.

Ainda sobre o material de estudo do sociólogo, Berger adverte sobre a importância de observar a constituição de realidades que resistem a uma ordem social estabelecida, sendo por si um fato (ou seja, mundos que existem independentes das vontades e correntes ideológicas predominantes), do qual seu entendimento acontece por meio das pesquisas e de um olhar sociológico, para além da metodologia. Neste sentido, o entendimento de realidades (ou de modo mais preciso, as pesquisas) “paralelas”, tida muitas vezes como submundo e/ou grupos que vivem a margem da sociedade, também ajuda ao sociólogo, na sua condição de professor, a explicar as formas de estruturas desta sociedade de baixo para cima (Berger, 2002). É uma forma de reconstruir concepções de mundo e sair da obviedade construída. Segundo Berger (idem, p.57), “tal método sociológico constitui *ipso facto*, uma rejeição do pressuposto respeitável que somente certas concepções do mundo devem ser levadas a sério”.

Em outra fala, o mesmo autor, reforça seu argumento:

[...] insistiríamos que a consciência sociológica predispõe uma pessoa para uma percepção de outros mundos, além do da responsabilidade de classe média, uma percepção que já traz em si, os germes da não respeitabilidade intelectual.

A Sociologia precisa ver vista como conhecimento prático, mesmo que, dentro do contexto da escola, seja dado um tempo mínimo ao professor para trabalhá-la em sala de aula. Tomar como referência o livro didático e a explanação dos assuntos propostos, não é apenas recomendação das diretrizes e dos parâmetros curriculares, mas orientação básica aos estudantes. Isso nos leva de volta aos argumentos de Martins (2013, p. 20), ao tratar de uma Sociologia da vida cotidiana, partindo dos mesmos pressupostos da imaginação sociológica que pode trabalhar com a “elaboração artesanal de narrativas”, que estão presentes em documentos, livros didáticos (no caso do professor), na expressão de uma visão de mundo, como fator “extracientífico ao conhecimento”, a exemplo do que fizeram alguns escritores como Gilberto Freyre, Jorge Amado e/ou mesmo os autores clássicos da Sociologia.

Martins (2013, p.24) afirma que o artesanato intelectual envolve a criação de técnicas de acordo com os objetivos e o objeto da pesquisa. Devem-se aproveitar os recursos disponíveis no momento da pesquisa. De certa forma, podemos pensar essa relação com a sala de aula. Por exemplo, ao realizar um plano de aula, nem sempre todos os recursos podem estar disponíveis e/ou mesmo o professor pode ter que lidar com circunstâncias sociais que alteram a vida escolar.

Ao retomar as premissas da imaginação sociológica de Mills, Martins enfatiza a importância do conhecimento que as pessoas, inseridas em '*in locos*' têm para a compreensão da realidade, do qual o pesquisador está inserido. Sobre isso não faltam exemplos, como os dados pelo autor. O conhecimento da classe operária entre Engels e Marx era diferente. Segundo Martins (2013, p.28), a classe operária de Marx é uma classe operária vista pela teoria, diferente de Engels, que chegou a visitar as vilas dos operários e até mesmo casar-se com uma de suas informantes (*idem*).

Os usos da linguagem e seus significados podem se diferenciar de acordo com as realidades e os objetivos empregados. O mesmo risco se pode criar com a linguagem a serem empregadas nos livros didáticos, o que justifica a necessidade do professor criar e adaptar os conteúdos de acordo com o contexto inserido. Os sotaques, gírias e os modos como os grupos sociais se organizam variam, o que pode levar os estudantes a não se reconhecer ou mesmo a entender parte do sentido exposto nos livros.

Sobre esta ‘adaptação’ da linguagem, Martins (*idem*, p.32) afirma:

O sociólogo monolíngue e unidentitário terá sérios problemas para produzir uma Sociologia minimamente consistente se não tiver condições de se ressocializar para os valores, concepções e orientações sociais dos grupos que estuda e para a diversidade do país em que vive.

Transportando seus significados à sala de aula, deve ser preocupação do professor de Sociologia (e de todas as áreas do conhecimento) dar sentido aos conteúdos apresentados em sala de aula, num exercício de reflexão, de forma permanente e sistemática. De acordo com Martins (2013, p.34), “um modo de dialogar objetivamente consigo mesmo”. A prática da docência não começa dentro da sala e não termina quando dela saímos. Também não é extensão das atividades que os professores levam para casa (provas, trabalhos para corrigir). “Dialogar consigo mesmo” é trazer as próprias lembranças, conforme indica Martins.

Elementos da imaginação sociológica que guardam semelhanças em seus princípios com a perspectiva educadora de Freire (1996), no qual o professor assume uma postura pensante e não reprodutora de conteúdos, não se abstrai apenas com a rotina burocrática da escola. O que se pretende, a partir destes apontamentos, é relacionar o que o sociólogo faz, enquanto pesquisador, e o quanto essa imaginação - vista como um fazer metodológico - pode transpor-se para a prática do professor de Sociologia, que nem sempre tem formação em Sociologia.

Com isso, percebe-se que o fazer sociológico não pode está restrito ao campo da pesquisa, aos centros acadêmicos, mas, igualmente, vinculado à prática profissional docente. O Professor Heraldo Souto Maior (2013, p.54) define o campo de atuação do sociólogo do seguinte modo:

Estritamente falando, sociólogo é que atende às formalidades legais e está ensinando Sociologia, pesquisando para o desenvolvimento do campo da compreensão da sociedade, aplicando os conhecimentos adquiridos em sua formação profissional em alguma área dessa sociedade ou algum tipo de problema social.

Como podemos perceber que “o fazer sociológico” não está restrito aos pesquisadores e programas de pós-graduação (apesar de ser uma atividade que está predominante vinculada a tais órgãos). “Ensinar Sociologia” abrange bem mais que uma mera reprodução de conteúdos. Neto (2012) exalta o professor-sociólogo que em sua função precisa reconhecer o local social, pensar sua prática de forma a particularizar os sujeitos envolvidos. Nesse caso, não se trata de ver o estudante como símbolo de rebeldia, mas identificá-lo a partir da moda, da música, das expressões culturais da comunidade (idem, p.102). A preocupação do sociólogo é perceber as dificuldades que os jovens enfrentam em articular elementos de sua biografia com atribuição de um sentido, mais precisamente de um projeto do qual a escola é instrumento de grande importância (Neto, 2012, p. 132).

Diante da proposta “professor-sociólogo” alguns desafios se apresentam à prática em sala de aula, do qual destaco a seguinte reflexão: a partir dos conteúdos sociológicos, como

atribuir um sentido aos alunos?

Um dos caminhos sugeridos (além das orientações curriculares) é que o professor não fique apenas no âmbito do discurso, sua *práxis* deve conduzi-lo ao entendimento do ambiente escolar para uma melhor contextualização das práticas pedagógicas. Um “olhar” sociológico, possibilite resgatar o potencial do estudante no entendimento de sua realidade local. Cabe, igualmente, pensar na tarefa de desnaturalizar os fenômenos sociais de que participa. Neto (idem, p.141) aponta a necessidade da interação social no processo educativo, levando os alunos a serem sujeitos de sua aprendizagem. Isto marca uma proximidade da proposta educativa de Paulo Freire (2009) num exercício de articular estes elementos com a realidade, cabendo ao professor-sociólogo à mediação necessária na apresentação dos conteúdos e seus significados.

Por fim, cabe na prática docente, sobre as várias possibilidades metodológicas, trabalhar num exercício de mobilizar conforme nos indica Neto (2012, p. 145):

Se a mobilização para a produção do conhecimento engendra a ideia de provocar o aluno para dialogar com a sua realidade circundante, o professor inicia sua empreitada como um propositor de conteúdos, que só serão significativos desde que se tornem concretos e sensíveis aos educandos; daí a necessidade de estarem relacionados diretamente com sua vida.

Enfim, a prática docente para o ensino da Sociologia não está separada da condição do sociólogo. Neste sentido, coloco este como um primeiro exercício (como preparação aos planos de aulas), concepção que não poderia está ausente de nenhuma aula de Sociologia: “No final das contas, o *métier* do sociólogo, tomando de empréstimo a alegoria de Kundera, é ‘rasgar as cortinas’ que ocultam as realidades, que as encobrem com suas representações fraudulentas” (Bauman, 2015, p.36).

No entanto, deve-se ressaltar que isto é um desafio para todos, em especial quando seu propósito é formar cidadãos críticos e conscientes de sua realidade. Em vista do apresentado, o livro didático não deve ser visto como o único recurso. O professor de Sociologia deve estar atento à sua realidade e interpretá-la à luz de sua perspectiva e/ou imaginação sociológica.

Com base nos princípios apontados pelos documentos que normatizam o ensino da Sociologia e dos autores que apresentam possibilidades sobre a prática sociológica por meio da educação - a exemplo de Florestan Fernandes, Mills, Paulo Freire – no próximo capítulo busco tratar de uma rápida revisão sobre o tema dos Movimentos Sociais. A ênfase não é tratar de um conceito, mas trazer em perspectivas apontamentos teóricos com a finalidade de apresentar a importância e a complexidade de um assunto que se confunde com a própria história das Ciências Sociais.

## CAPÍTULO II

### Movimentos Sociais: perspectivas atuais

#### 2.1 Movimentos Sociais: apontamentos iniciais na perspectiva de Remo Mutzenberg

Segundo Mutzenberg (2010, p. 405), a questão dos estudos sobre Movimentos Sociais está em “desvendar 'enigmas' das ações coletivas e os processos de mudança social”. Nesse sentido, “os movimentos sociais constituem a identidade construída por uma autoimagem” (idem, p.406). Portanto, tratamos desses movimentos a partir de grupos que se organizam em torno de um objetivo comum.

No seu sentido mais clássico, os Movimentos Sociais estavam vinculados ao proletariado (aos trabalhadores) sob a ideologia e lutas em volta do comunismo e socialismo. Na contextualização desse fato, Mutzenberg (2010) vai dividir a trajetória dos Movimentos Sociais, nos últimos 40 anos no Brasil, em dois momentos:

1º – 1970-1980 – caracterizado pela presença de um regime militar no qual a organização política ocorre como oposição ao regime em busca da democracia e direitos universais suprimidos pela ditadura;

2º – após 1990 – pós-regime militar, num contexto de democracia e implantação de conquistas realizadas pelo movimento de democratização.

O segundo período (após 1990) é caracterizado por um contexto de fortes crises econômicas e por mudanças na organização do Estado e de suas políticas. No plano internacional é o momento de expansão das políticas neoliberais, com o enfraquecimento do Estado, sobretudo nos investimentos sociais como saúde, educação e segurança pública. Acontece nessa fase o processo de reestruturação da economia, favorecido pela implementação de novas tecnologias no setor produtivo ocasionando desemprego em massa.

A presença preponderante do capital financeiro, a flexibilização da produção, o controle centralizado da informação, são apresentadas por Mutzenberg como características da globalização. Soma-se a essas questões a crise do mundo do trabalho e a fragilidade do movimento operário.

Sob este cenário “criam-se novos contextos de lutas por direitos (o direito a ter direitos), em resposta aos efeitos das políticas neoliberais” (idem, p.410). O autor ressalta que apesar da crise das ideologias é o momento de surgimento do pluralismo, dos movimentos identitários.

As mudanças entre essas duas fases dos Movimentos Sociais no Brasil - 1970-1980 e pós 1990 -, segundo Mutzenberg, são perceptíveis quando estes “saem das ruas para o campo institucional” (2010, p. 411) e passam a atuar nos conselhos participativos ou exercendo atividades de planejamento através das ONGs, fazendo ações que representam transferência de responsabilidade do Estado. Esse modo de atuação, em especial de líderes que saem da “rua” para a “operacionalização”, modifica a característica, dita por tradicional - de um movimento em oposição ao Estado -, para atuar nas disputas de espaço político (dentro do Estado). De acordo com Mutzenberg, há reafirmação de uma esfera pública de acompanhamento e controle sobre os processos de gestão. É, igualmente, nessa segunda fase, que muitos desses representantes vão ocupar posições (eletivas e de secretariado) nos governos (federal, estadual e municipal) exercendo um movimento duplo: da gestão (dos que antes pressionavam) e de apoio a demandas que foram postergadas em momentos anteriores.

Esse quadro de ampliação dos espaços democráticos abre possibilidades de ampliação dos direitos sobre a cidadania, por meio da noção de “direitos a ter direitos”. E esses novos grupos sociais se organizam numa ampla participação e divulgação de uma “cultura democrática” (Mutzenberg, 2010, p.417). Bom exemplo dessa ampliação de direitos está no acesso às universidades por meio das cotas raciais, implantada no Brasil desde 2000, primeiramente na UnB (Universidade de Brasília); no movimento sanitarista (conforme apontado por Mutzenberg), quando da conquista de um sistema de saúde pública - embora possamos tecer críticas ao modelo de financiamento atual, no momento de sua criação a essa conquista significou um avanço na luta por direitos; na Lei nº 10.639 de 2003, que insere a temática afro-brasileira nas instituições de ensino; e, para citar um exemplo mais próximo ao contexto deste projeto, a inserção do ensino da Sociologia, como componente obrigatório nas escolas públicas e particulares do ensino médio; enfim, são todos exemplos de um amplo espaço de movimentos articulados na divulgação dessa cultura democrática e de lutas por “direitos a ter direitos”.

No campo de movimentos contestatórios, ainda na década de 1990, surgem movimentos antiglobalização e o Fórum Social Mundial, que reagem na busca de novas identidades e modos de ação própria, na denúncia das desigualdades sociais. Esses novos Movimentos Sociais utilizam como estratégia de luta e divulgação os recursos tecnológicos da comunicação (Mutzenberg, 2010, p. 427) num ativismo político através das redes sociais. A exemplo de movimentos como o Greenpeace, que tem grande parte de suas ações divulgadas na internet, no Brasil, as manifestações de junho ganharam grande divulgação através das redes sociais, por meio de mensagens e vídeos lançados em tempo real.

Ainda sobre os aspectos das mudanças da política e da condução dos movimentos é preciso levar em conta não apenas a “substituição de princípios universais por valores individualistas” (Mutzenberg, 1999). De fato, para Mutzenberg, há um contexto de que os grandes projetos não se concretizaram (idem, p. 124). Nesse sentido, não é apenas o aspecto da globalização – que, neste caso, surge como resultado –, mas o fim dos modelos socialistas trouxe um momento de reflexão sobre os significados das lutas sociais, que já não respondiam todas as demandas apenas com o conceito de luta de classes.

## **2.2 A característica dos Movimentos Sociais na discussão de Maria da Glória Gohn.**

### **2.2.1 – Questões iniciais**

Os Movimentos Sociais têm sido caracterizados, pelos meios de comunicação, como grupos e/ou pessoas organizados dispostos a serem contra alguma coisa ou a causarem transtornos à ordem pública. Um bom exemplo é o modo como são tratados às ocupações do MST. O curto espaço de mídia dedicado ao movimento é usado apenas para tratar do problema sob a perspectiva da ameaça à propriedade privada. O mesmo acontece com as ocupações por parte dos Movimentos dos Sem Teto. O que se deve questionar sob esta perspectiva não é o posicionamento da mídia, tendo em vista que vivemos num regime democrático, no qual o espaço de livre expressão deve ser protegido, valorizado como um princípio básico. O que se questiona, quando se trata dos Movimentos Sociais, são os poucos espaços presentes na grande mídia comercial para o problema da terra, por exemplo.

Dentro de uma perspectiva histórica, a realidade não poderia ser diferente. Os Movimentos Sociais surgem numa relação de forças contra um poder constituído ou, como trata Gohn (1995), na afirmação de um contrapoder, se opondo e propondo modelos alternativos de sociedade, na criação de espaços de contracultura rompendo valores ideológicos e culturais dominantes. Percebem-se claramente a oposição aos Movimentos Sociais devido às diferenças, que, do ponto de vista de uma ordem estabelecida, são ameaças às classes dominantes. A visão que se tem dos Movimentos Sociais na grande mídia é tema para um trabalho à parte, no entanto, ao referenciá-lo, busca-se aqui contextualizar o assunto em nível do que se pretende desenvolver ao longo deste trabalho, refletindo como os Movimentos Sociais aparecem nos livros didáticos, por exemplo, e acerca das possibilidades de desenvolver caminhos alternativos aos conteúdos ali existentes. São questões que, para além de indicar referências teóricas, mostram nossa preocupação, no nível de um mestrado

profissional, em criar propostas que auxiliem nas atividades do professor em sala de aula, num contexto mais abrangente e menos unilateral.

Antes de partir para uma análise das questões mais relevantes, é importante trazer algumas perspectivas sobre o que Gohn define como “novos Movimentos Sociais”. As aspas indicam, preliminarmente, que algumas referências de análise não são tão “novas” e, por isso, importante utilizar a dimensão tempo, tomando por base uma ação social específica. Neste caso, será apontada essa periodização para caracterizar os Movimentos Sociais em nosso contexto (Gohn, 2014).

Os aspectos mais relevantes de mudança dos Movimentos Sociais, segundo Gohn (2014, p.21) aconteceu nos Estados Unidos entre as décadas de 1950-1960, com fortes transformações nos aspectos culturais. É o momento das culturas alternativas que questionavam o modelo de sociedade da época. Já na América Latina (a partir da década de 1960), o movimento popular articula-se com vários agentes sociais. Esse é um período caracterizado pela defesa dos direitos da pessoa humana (Gohn, idem), o que, na contramão dos princípios e de culturas políticas locais, mostra que os movimentos populares tinham que conviver com práticas caracterizadas pelo clientelismo político em suas diversas ordens de atuação. No Brasil, o estudo dos Movimentos Sociais centrava sua análise em questões estruturais, com forte influência das teorias marxistas.

Já nos anos 1990, Gohn (2014) aponta que o tema principal é a “crise dos movimentos”, período marcado por fortes mudanças no campo político. No plano internacional, a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética põem em discussão o novo papel das esquerdas que se veem sem referências e sem um modelo político a copiar. No Brasil, depois de mais de duas décadas de regime ditatorial, os atores sociais vão se redefinindo dentro de um novo cenário político. E, se antes os atores sociais convergiam num objetivo comum, agora se vê a entrada de novos atores sociais e novas agendas políticas. As categorias de análise sobre os Movimentos Sociais deixam de ter uma hegemonia no pensamento marxista. Uma das correntes de análise é o conceito de inclusão/exclusão social (Burity, 2006).

Para Gohn (2014, p.23), esse é o momento de distinção entre dois paradigmas: um pautado na estrutura (macro) e outro na ênfase nos atores sociais, configurando um debate entre estruturalistas e interacionistas. Na primeira teoria, o foco das análises está nas desigualdades sociais, nas discriminações, explorações, com discursos muito pautados sobre ideologias. Nesta perspectiva, os Movimentos Sociais são vistos como capazes de provocar mudanças nas consciências de grupos envolvidos. Existiria um forte potencial de mudanças, a partir dos Movimentos Sociais. Já os interacionistas focam suas análises a partir das

identidades políticas, das estratégias de mobilização, das relações de poder. As construções destas identidades acontecem pelos discursos, queixas e reclamações (Gohn, *idem*).

Em relação aos anos 2000, Gohn apresenta um novo cenário para os Movimentos Sociais. Há presentes dicotomias entre local/global, norte/sul. Há discussões em torno das teorias pós-coloniais, assim como a caracterização de novos atores sociais, a partir de outras demandas e de implementações de políticas que, agora, tomam como referência o conceito de inclusão social. É o momento em que muitos dos que se encontravam sob a atuação dos Movimentos Sociais, em décadas passadas, tomam a frente das políticas públicas pelas quais lutavam. Essa caracterização de atores e grupos sociais que pensam as políticas de inclusão, com as novas demandas dos Movimentos Sociais, para Gohn (*idem*, p. 24), não chega a definir o movimento como “novo”, mas, sim, a conjuntura (ou cenário) que estes indivíduos se encontram.

Outra característica dos anos 2000 são as abordagens fenomenológicas com foco nas identidades e subjetividades coletivas. É nesse período que as redes sociais entram nas discussões como método importante, servindo para construir ligações relevantes entre “o global e o local” (Gohn, *idem*), a partir dos meios de comunicação e das mídias sociais. Entre as novas abordagens, Gohn critica o que chama de as cidadanias tuteladas, que pensadas a partir de gabinetes tendem a desconsiderar as lutas políticas, vindo a reforçar apenas uma lógica de dominação (Gohn, 2014).

Ainda sobre as teorias pós-coloniais, destaque-se que as suas análises estão voltadas à descolonização do saber e do poder em busca de novas interpretações a partir do local (considerando aspectos do campo político, econômico, cultural e social). Para Gohn (*idem*, p. 29), uma das dificuldades que esta corrente enfrenta na América Latina é a “naturalização da injustiça, a exploração e a pobreza nas mentes da população, inibindo o desenvolvimento do pensamento crítico” (Gohn, 2014, p. 29). Autores como Paulo Freire exercem influência importante na formulação de uma educação pautada numa “ética da libertação” (Gohn, *idem*).

Ainda sobre a concepção dos Movimentos Sociais, Gohn (1995, p.166) mostra que, em São Paulo, as manifestações populares eram tidas pelo Estado como “fontes de perturbações de maior ou menor vulto”. Um abaixo-assinado para melhoria da rua considerava-se como baixa perturbação; já se os trabalhadores organizassem uma greve, esta seria vista como “perturbação de grande vulto”. Essa é uma perspectiva, ainda, histórico-social, também presente nos livros didáticos, que ilustra os princípios da prática tradicional na organização de um contrapoder, ou seja, de Movimentos Sociais que se organizavam numa disputa direta contra o poder do Estado na busca por padrões dignos de vida. Os Movimentos Sociais

tinham como foco de resistência a luta contra exploração do trabalho, por condições dignas de moradia e, mais recentemente, por reivindicações que buscam valorizar as identidades culturais, as lutas por igualdade de gênero, o respeito às diferenças, a exemplo do Movimento LGBT, nas lutas por respeito, dignidade e garantias sociais nas mesmas condições asseguradas a casais heterossexuais. Ainda sobre as referências aos Movimentos Sociais, destaca-se a discussão na literatura sobre ativismo digital, a exemplo da Primavera Árabe, que motivou uma série de protestos, na sua grande maioria convocadas pelas redes sociais, ou do Movimento Passe Livre, como exemplo mais recente de mobilização social ocorrida no Brasil, em junho de 2013.

Ao traçar a história dos Movimentos Sociais no Brasil, Gohn, aponta elementos importantes na compreensão de sua história e atuação no Brasil. A primeira é perceber os Movimentos Sociais como espaço de lutas e reivindicações “em busca de bens e equipamentos” (Gohn, 1995). Mas de que forma? Lutando por melhores condições de moradia, melhores condições de trabalho, transportes públicos de qualidade. Pautas que não foram resolvidas (apesar de repetidas), ainda muito presentes no cotidiano das grandes cidades.

Gohn (2008) não deixa de abordar perspectivas de análise dos Movimentos Sociais na América Latina. Assim, ressalta as razões da intensificação das lutas dos Movimentos Sociais que têm como motivação a conquista e demandas por melhores condições de vida, por melhorias nos serviços públicos – em especial educação e saúde – e suas lutas por direitos, num processo de ampliação por reconhecimento, a exemplo dos movimentos de mulheres, dos movimentos LGBT. Ressalte-se que Gohn trabalha com as tendências dos novos Movimentos Sociais, ou seja, seus estudos mais recentes não tratam especificamente dos Movimentos Sociais no campo do trabalho (movimentos sindicais), mas, sim, com a construção dos novos Movimentos Sociais, voltados aos grupos identitários e culturais. Importante ressaltar que não se trata de um abandono aos estudos dos movimentos sindicais, mas de uma ampliação destes estudos num cenário social que conta com a presença de novos atores sociais.

Seguindo essa caracterização, ressalta-se que estes movimentos lutam por melhores condições de vida, seja no meio rural ou urbano, a exemplo do MST, que além da pauta da reforma agrária inclui a luta por direitos na educação, na saúde, na mesma direção que os Movimentos do Sem Teto, na luta por uma política habitacional e por direitos sociais. Lutas que se completam com as pautas globais defendidas por movimentos que atuam em rede, os chamados movimentos globais, a exemplo do Avaaz, movimento atuante nas mídias sociais,

em especial na internet<sup>7</sup> e o Fórum Social Mundial, além de tantas outras entidades civis que atuam além de suas fronteiras.

Segundo Gohn (2008), o início deste novo século é caracterizado pelo (re)surgimento de novos Movimentos Sociais, num cenário de lutas sociais que tem como foco a resistência aos processos de colonização, na busca de reconhecimento e valorização das culturas locais. A autora destaca vários exemplos, dentre eles a questão dos índios bolivianos, que por meio da luta e da organização política conquistaram espaços importantes, inclusive elegendo o presidente de origem indígena. No Brasil, há vários movimentos que lutam por mais dignidade e melhores condições de vida, a exemplo do movimento LGBT, os movimentos de luta ambiental, que estão à frente de lutas, muitas vezes contra o próprio Estado, a exemplo, igualmente, da luta de resistência contra a construção da Usina de Belo Monte, no Pará. Devido ao elevado nível de conflitos, a grande maioria destes movimentos é visto como elementos que “comprometem a ordem”, sendo criminalizados pelos meios de comunicação e por vários segmentos da sociedade civil, quase sempre vinculados aos setores empresariais. São modelos de Movimentos Sociais com demandas que se modificaram de forma mais intensa nos últimos anos do século XX (idem, p.144).

Um dos autores que contextualizam as mudanças de paradigmas e retratam como as dimensões políticas foram se modificando é Beck (1997) com a teoria de “modernização reflexiva”. Esta perspectiva apresenta as lutas políticas e sociais não mais sob as promessas da revolução, muito presentes nos Movimentos Sociais mais tradicionais, como os sindicatos e movimentos políticos de esquerda. Esta mudança tem seu marco em 1989 com o fim da União Soviética, que veio, tanto do ponto de vista teórico como político desencadear - pelo menos num primeiro momento -, uma crise de legitimidade entre tendências ideológicas que deslumbravam no socialismo uma alternativa ao modelo de capitalismo. Por outro lado, os princípios do capitalismo e da democracia se consolidaram como tendência que vê na globalização de mercados seu maior expoente, uma promessa de futuro melhor.

Este processo de modernização reflexiva, segundo Beck (1997), significou mudanças nas estruturas sociais e consolidação de novos papéis no qual o significado do mundo não está apenas nos modelos construídos pela revolução industrial (embora o capitalismo se mantenha com muito mais hegemonia), tendo em vista que os modelos alternativos entraram em crise. É nesse contexto que surgem os novos Movimentos Sociais, no qual uma de suas características está na sua própria concepção, se voltado, agora, a uma gama maior de reivindicações devido

---

<sup>7</sup> Ver site <http://www.avaaz.org/po/about.php>. Acessado em 23/10/2015.

à própria ampliação das agendas de políticas públicas, em especial na América Latina. Um dos exemplos, conforme Gohn (2008, p. 441), são os movimentos antiglobalização que atuando por redes desenvolvem vários projetos de cunho social. Outro exemplo de “novos movimentos” são as ações comunitárias. Nesse sentido, Gohn traz um panorama deste novo cenário. Segundo a autora “[...] os movimentos não se limitam mais à política, à religião ou as demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento, identitários e culturais ganham destaque ao lado dos movimentos sociais globais” (Gohn, 2008, p. 441).

Há, igualmente, nessa mesma conjuntura, várias correntes de estudos e interpretações sobre os Movimentos Sociais. Entre as teorias Gohn destaca: teorias relativas às questões culturais, teorias sobre justiça social – voltadas às diferenças e desigualdades sociais -, teorias que tratam da autonomia na busca de construção de novas realidades. Além dessas (e outras) perspectivas, o que se evidencia na América Latina é uma ampla ação de olhares e de organizações sociais, sejam nos processos de lutas sociais, políticas e culturais, como também de instituições e pesquisadores voltados ao entendimento dessas ações (Gohn, 2008).

Descrevendo um panorama mais amplo sobre os Movimentos Sociais na América Latina aponta-se que a dimensão do “novo” representa perspectivas e contextos no qual vão inserindo-se os Movimentos Sociais. Vê-se, por exemplo, que vários estudiosos do tema vão deixando de lado a dimensão da política para trabalhar a constituição do sujeito pela dimensão política (Gohn, 2008). Os Movimentos Sociais se consolidam a partir de demandas específicas diferentemente de outras formas de Movimentos que já se formam com pautas “pré-definidas” (Gohn, idem). Os Movimentos Sociais podem surgir a partir de demandas específicas ou a partir de critérios pautados nas questões culturais e/ou identitárias. No entanto, Gohn deixa claro que não há apenas uma forma de constituir as identidades dos Movimentos Sociais. São questões que mudam de acordo com os contextos e necessidades. As grandes mudanças trazidas pelos novos Movimentos Sociais estão na “forma holística” adotada por estes (Gohn, 2008, p. 445). Ao lado dessa percepção holística vive-se a fragmentação do sujeito coletivo que, ao adotar uma pauta difusa, tende a convergir suas demandas para o Estado, embora não seja diferente da perspectiva dita “tradicional”, a diferença é que as políticas são mais direcionadas.

Essa convergência de pautas reivindicatórias dos Movimentos Sociais e o Estado tende a resultar nas políticas de inclusão, como resultado, também, do papel das redes de mobilização. Sobre essa pauta da inclusão social, Burity (2006) mostra que as políticas públicas estão articuladas aos aspectos culturais e identitários, no entanto, não foi um processo fácil e, no

caso brasileiro, tem características próprias. Sobre essas mudanças, segundo Burity (2006), verifica-se que o contexto brasileiro foi marcado por incertezas quanto ao processo de democratização, como consequência ainda da ditadura militar, e, alguns anos depois, como resultado do momento de indefinições por conta da crise dos modelos de Estado -, com o fim da URSS e a queda do Muro de Berlim -, o que abriu espaço para novas políticas, então pautadas no modelo neoliberal, que tem início no governo Collor e consolida-se nos governos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

### **2.3 – Movimentos sociais, redes sociais e inclusão: caminhos convergentes**

Para Burity (2006, p. 42), “[...] o discurso da inclusão social tornou-se um insistente suplemento da retórica neoliberal na forma de autocríticas de defensores desta”. O que se evidencia, para o autor, é a existência de um duplo discurso. De um lado, um Estado que se vê cooptado por uma economia de mercado, caracterizado por um modelo privatista, a exemplo do que ocorreu nos governos de Fernando Henrique Cardoso, sempre recomendado por agências internacionais como FMI e Banco Mundial; de outro lado, contraditoriamente e na tentativa de amenizar e desarticular a sociedade civil, o surgimento de políticas de inclusão social, que, somadas a nossa tradição política paternalista, reforçou a necessidade do Estado e o enfraquecimento da sociedade civil.

No campo da política há mudanças quanto ao tipo de discussão que é realizado. A categoria “exclusão” perde força (Burity, 2006, p. 45) e categorias vinculadas ao trabalhador e/ou a ideias de classes sociais - a exemplo do que é posto pelos sindicatos - favoreceram o surgimento de outras reivindicações. A dimensão das desigualdades e dos problemas sociais existentes não pode ser resolvida por uma única perspectiva de análise.

As agendas e pautas de reivindicações (cf. Becker, 1997) passam a ser vistas a partir da complexidade dos diversos grupos sociais envolvidos. Há tendência de uma “individualização” das lutas políticas e sociais. Não se trata apenas de campos de disputas entre esquerda e direita, tendo em vista que esta última, também, adota o tema da exclusão social. Com perspectiva diferente este é um tema que entra na pauta política como sendo um problema contornável por meio de políticas públicas. Segundo Burity (2006, p. 46), a exclusão passa a ser vista como um problema da falta de modernização, portanto, modernizar o Estado tem, neste caso, papel importante. Já as políticas voltadas aos aspectos culturais tenderiam a amenizar as assimetrias sociais. A questão central, para Burity (2006, idem) é que a ideia de inclusão estaria apenas voltada ao princípio do crescimento econômico, ou seja, ser

moderno estaria nas possibilidades de oportunidades (reforçando o papel da cultura, por exemplo). Essa concepção trouxe como consequência despolitização de uma agenda pública, antes muito mais ampla em seus aspectos sociais e, principalmente, na participação de atores sociais nesses processos.

O autor mostra que a construção da inclusão social, sua formação e implementação podem ser exemplificadas em quatro pontos (Burity, idem, p. 50), a saber:

1º - Por meio de atuação do Estado que inclua a temática de gênero, multiculturalidade, com vistas às tradições locais e todos os seus aspectos. Importante ressaltar que as questões culturais, segundo o autor, não são vistas da perspectiva antropológica, ou seja, como um estilo de vida. Cultura é visto como discurso de inclusão e modernização no qual, por exemplo, o acesso dos jovens a fontes de cultura constituiria uma política de inclusão;

2º - Por meio da sociedade civil organizada que se faz presente pela valorização da identidade, da pluralidade. No caso do Brasil são grupos que trazem as tradições e as perspectivas de lutas políticas, a exemplo dos movimentos que lutaram contra a ditadura militar (1964-1985), mas que, agora, sejam os antigos como os novos atores, atuam por meio das redes sociais;

3º - Inclusão por meio das práticas do mercado - o que se concebia apenas como pautas reivindicatórias, passa, igualmente, a ser um “estilo” comercializável para o atendimento desses perfis específicos;

4º - Novas práticas sociais nas quais o politicamente correto é visto como elemento essencial na redução da violência simbólica a grupos sociais vítimas nas suas mais diversas formas.

Para Burity (2006), essas possibilidades de inclusão social são possíveis com o auxílio das mídias, e de toda uma estrutura da indústria cultural. Sobre as perspectivas apresentadas há avanços nessas políticas de inclusão, em especial aquelas voltadas ao reconhecimento das especificidades, por exemplo, dos movimentos de mulheres, negros, LGBT, sem desconsiderar que, para além das políticas de inclusão, há, neles, atores sociais envolvidos em seus respectivos movimentos.

Para ampliar o entendimento sobre os Movimentos Sociais, destaque-se, também, que, para Scherer-Warren (2006), o problema da exclusão social, no contexto de globalização, é o que dá relevância aos estudos dos Movimentos Sociais e cidadania. A autora descreve a Rede de Movimento Social e seu papel político como uma base formada pelo terceiro setor (ONG) e por movimentos de base. A atuação destes atores acontece por meio dos fóruns de base e das

Redes das redes (conjunto de redes que se articulam) que consegue articular ações junto aos seus próprios membros e, no caso de pautas políticas, chamar a atenção do Estado e da sociedade para as suas reivindicações. Portanto, a produção dessa visibilidade (importante no jogo da pressão política) é a articulação dos atores sociais dentro dos Movimentos Sociais, nas ONGs e fóruns – tendo, este último, um papel importante na formação de agendas para implementação de políticas.

A luta pela cidadania é multifacetária (Scherer-Warren, 2006, p.127), isto é, tende a aproximar vários atores em torno de interesses diversos. Um exemplo são os movimentos pautados em direitos universais que conseguem associar pastorais, ONGs, movimentos de negros, movimento de mulheres, ambientalistas, todos em prol e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, a autora, lança algumas teses sobre o problema da exclusão pelo qual atuam as redes e os Movimentos Sociais. Entre essas teses, destacam-se aquelas que tratam dos problemas sociais e econômicos, nas quais as lutas por condições mínimas de vida, melhores possibilidades de trabalho, constituem formas de ação afirmativa. Na mesma direção, os problemas que envolvem a diversidade cultural reconstróem historicamente, no plano da cultura, os processos de exclusão, em especial aquelas voltadas às relações étnico-raciais, de gênero, das diferenças regionais, que antes eram vistas sob uma única perspectiva e interpretação, a exemplo da concepção sobre “democracia racial”, que excluía a história do povo negro em todas as suas dimensões socioculturais e históricas (Scherer-Warren idem, p. 130). A última tese a ser referenciada de Scherer-Warren (idem) envolve as lutas sobre os direitos ecológicos e o patrimônio natural e histórico. Para além da exclusão econômica, política e social o aspecto espacial é, igualmente, um indicador dessas diferenças, os mapas sobre a exclusão, por exemplo, as indicações que apontam as regiões norte e nordeste como as que possuem os índices de desenvolvimento econômicos e social menores, comparadas a outras regiões, ou seja, figurando como os mais desiguais, assim, vê-se a influência dos meios como elemento dessas desigualdades. No plano do território, o movimento #OcupeEstelita<sup>8</sup> mostra como as questões sobre território, meio ambiente e direitos também está envolvida nesse processo de lutas sociais e combate à exclusão social. Atuando em várias linhas de ação, utilizando-se das redes sociais, o movimento busca denunciar o uso indevido do espaço público por empresas privadas (construtoras) na derrubada dos galpões do Cais José Estelita para a construção de prédios luxuosos e outros equipamentos privados. O movimento atua exercendo pressão sobre o poder público, os meios de comunicação e segmentos empresarias,

---

<sup>8</sup> Ver <http://www.ocupeestelita.com.br/>. Acessado em 11/11/2015.

propondo políticas de urbanização voltadas à inclusão e valorização dos espaços públicos. Cabe em destaque seu modo de atuação por meio das redes sociais.

Scherer-Warren (2006, p.133) ressalta a importância das “Redes das redes” exercendo papel de articulação importante com outros movimentos, realizando interconexão entre as questões globais e locais. Nessa mesma linha, o Fórum Social Mundial (FSM) exerce papel importante no atendimento de muitas dessas demandas:

O Fórum Social Mundial tem sido um processo de articulação da sociedade civil e serviu de inspiração à criação de vários fóruns (p. ex.: o Fórum de Economia Solidária surgiu a partir do III FSM e o I Fórum Mundial de saúde ocorreu imediatamente antes do V FSM, realizado em Porto Alegre, em 2005).

Para Scherer-Warren (idem) isso reforçou o campo de atuação da esfera pública e criou novos espaços de participação e ação dos Movimentos Sociais e sociedade civil organizada. No entanto, há autores que destacam a importância dos Movimentos Sociais, trazendo para discussão o momento que passam os mesmo, neste início de século XXI. Bringel e Domingues (2014) fazem uma discussão sobre a Teoria Crítica e os Movimentos Sociais. Sendo Karl Marx e Engels os primeiros a formularem uma teoria crítica, inclusive com base nos movimentos operários, essa corrente teórica passou por várias mudanças e aprofundamentos ao longo do tempo. O autor exemplifica citando Habermas (Bringel; Domingues, 2014, p. 62) com o conceito de “ação comunicativa” mostrando o quanto esses processos teriam importância na ação emancipatória dos grupos sociais. Mas os autores fazem uma crítica a Habermas na medida em que este não demonstra um “otimismo” quanto ao papel dos novos Movimentos Sociais, em especial ao papel da classe operária (Bringel; Domingues, 2014). Em Habermas, a perspectiva muda ao discutir a democracia e os movimentos que surgem a partir das dinâmicas do mundo da vida, como expressão da sociedade civil e, por conseguinte, da capacidade de discutir e convencer questões por meio da legislação.

No caso da América Latina, os estudos sobre Movimentos Sociais mantiveram o foco sobre a classe operária como centro de atuação política. Para Bringel e Domingues (2014, p. 66), poucos estudos visaram aprofundar o tema, mantendo-se mais nas teorias “populistas”. Mesmo não sendo intenso o debate entre teoria crítica e Movimentos Sociais, há elementos de contribuição da teoria crítica. Bringel e Domingues (2014) afirmam que a teoria crítica precisa encontrar seu espaço dentro das questões sociais do século XXI, em especial num contexto de crises e incertezas vivenciadas na contemporaneidade, considerando que nem sempre os contextos políticos e sociais em âmbito local convergem com perspectivas globais e vice-versa.

Essa convergência entre demandas locais e globais fazem parte do campo de atuação dos Movimentos Sociais que mesmo atuando com novos atores sociais e/ou novos cenários veem o espaço como condição imprescindível de poder (Preciado; Uc, 2014). Percebe-se que há práticas políticas que visam articular práticas do cotidiano local em um processo de reconhecimento e trânsito dos atores sociais envolvidos (Preciado; Uc, 2014, p. 79). Esses movimentos buscam, nos seus espaços, autonomia, ao mesmo tempo em que são fontes de “heterogeneidades”. O movimento social como espaço da ação coletiva utiliza-se do lugar social para promover mudanças, embora o próprio autor reforce não necessitar de um local específico:

Um movimento social “não tem um lugar específico para fazer política. A partir de algum núcleo de constituição de sujeitos [...] começa a transitar e politizar os espaços sociais com suas críticas, demandas, discursos e projetos (*apud* TAPIA, 2008: 56), ou seja, trata-se do *não lugar da política*. (Preciado; Uc, 2014, p.81).

De acordo com Pinto (2014), os Movimentos Sociais passam a ganhar novas configurações a partir de 2011. Primeiramente, como reação a um modo institucional de fazer política, no qual a sociedade civil não se vê representada. Entre as várias movimentações que surgem nesse ano destaca-se: a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, o movimento dos estudantes no Chile. Pinto (*idem*, p. 130) mostra que o movimento *hippie*, já na década de 1960, se constituía uma alternativa ao *American way of life*, com proposta de outros valores e de alternativas ao padrão de vida americano, baseado no consumo e individualismo, além de propor uma nova conduta moral em padrões mais culturais. No contexto da Guerra do Vietnã o movimento conquistou o espaço público, pondo em cheque as políticas institucionais naquele momento. Um novo marco nos movimentos ressurgiu nos anos de 1980 e vão definir cenários políticos nas décadas seguintes. Nos países do Leste Europeu a crise dos sistemas socialistas (Pinto, *idem*, p. 132) acontece em um movimento de fora para dentro e com reorganização da sociedade civil destes países. Há, nesse contexto, a presença de novos atores, que irão espalhar-se por outros países envolvidos em processos políticos similares, a exemplo do sindicato Solidariedade na Polônia, na figura de um dos seus líderes Lech Walessa. Já no final da década de 1980 (novembro de 1989) a queda do Muro de Berlim praticamente encerra um processo que irá resultar em nova reorganização do mundo político e econômico.

A década de 1990 caracteriza-se pela implementação das políticas neoliberais que irão resultar em redefinição do papel do Estado, caracterizado por contenção de gastos nas áreas sociais, e por uma reorientação de responsabilidades, agora demandadas para o terceiro setor,

as ONGs e a iniciativa privada. Em parte, toda essa mudança é vista como elemento de despolitização da sociedade civil ao mesmo tempo em que estas assumem novas responsabilidades (Pinto, 2014, p. 133). Como resultado das novas políticas neoliberais, e por forte pressão de problemas sociais que vão se agravando, os movimentos mais voltados as condições sociais crescem e se organizam na luta por melhores condições de vida, a exemplo dos movimentos dos sem-teto, movimentos indígenas, movimentos negros, etc.

Ao longo das últimas décadas foram várias crises sociais e econômicas, agravadas pelas políticas de austeridade fiscal. Seguindo essa trajetória, Pinto (2014) mostra que os movimentos que ocorreram na Espanha e no Chile estão vinculados a esse contexto. No caso da Espanha, a forte recessão econômica, que afetou 46,2% da população economicamente ativa, e de forma mais diretamente os jovens, que se veem impossibilitados de entrar no mercado de trabalho (Pinto, 2014, p.136). No caso do Chile, as manifestações estiveram ligadas ao problema do financiamento estudantil e a mercantilização da educação, o que uniu estudantes, professores e reitores em prol de um modelo de educação pública e gratuita (Pinto, idem).

É necessário estar atento que agora há uma luta voltada à ampliação da democracia e de seus espaços, que mesmo com o fim de regimes autoritários - nos casos mais recentes do Chile e Brasil - não significou ampliação da participação popular nos espaços de poder, ou seja, vê-se a questão da desigualdade, não só pelo viés econômico, mas, igualmente, pela distribuição desigual do poder e da economia (Pinto, 2014, p. 138). Para Oliver e Savoia (2012, p. 146), esse cenário aparece difuso pela complexidade política da América Latina, realidade na qual os movimentos se identificam, mesmo considerando a diversidade de pautas e os diversos contextos. Percebe-se, por exemplo, que países como Chile e Panamá, por receio da crise internacional, adotaram perspectivas mais próximas às tendências neoliberais.

Oliver e Savoia (2012, p. 148), tratando das mobilizações na América Latina, trazem o exemplo da Bolívia, cujas mudanças começaram em 2006 com o estabelecimento de um modelo de democracia participativa, com o reconhecimento e autodeterminação das comunidades indígenas. Como resultado de uma revolução cultural, a ampliação dos espaços democráticos se deu pelas articulações dos Movimentos Sociais comunitários e de formas políticas. Na perspectiva dos autores isso representou apenas a primeira fase e o momento de consolidação da modernização pretendida. Com o novo governo se consolidando, novas dificuldades fizeram-se presentes. Sindicatos, movimentos indígenas, associações pressionam o Estado para o cumprimento de suas reivindicações. Um dos principais movimentos a articular e/ou a representar o momento de tensão vivido entre Estado e sociedade foi a Central

Obrera Boliviana (COB), que vinculado a forças mais tradicionais se reorganizam em 2011 como atores políticos mais fortes, trazendo como reivindicações o aumento de salários e criação de um fundo destinado à saúde (Oliver e Savoia, 2012).

Esse movimento de reivindicações, a partir de 2011 (Oliver e Savoia, 2012, p.147), acontece, também, pelas próprias forças de esquerda, intelectuais indígenas que criticam o não cumprimento de algumas agendas defendidas no momento da reforma, como a ampliação de um Estado plural, nacionalização de empresas, o fim de modelos extrativistas - neste caso, maior controle e proteção das regiões exploradas. Em 15 de agosto de 2011 é organizada a VIII Marcha de Pueblos Indígenas cujo objetivo era protestar contra o sistema de exploração das terras indígenas - neste caso, feita por empresas estrangeiras. Oliver e Savoia (idem) demonstram que esse movimento foi duramente reprimido por forças policiais num gesto de desrespeito aos direitos individuais de livre manifestação. No entanto, por pressão de outros setores da sociedade civil e Movimentos Sociais o projeto de exploração é arquivado pelo presidente, representando um avanço e conquista dos Movimentos Sociais indígenas da Bolívia. Isso é um exemplo da diversidade de demandas dos Movimentos Sociais na América Latina e de como estes se diferenciam de acordo com os aspectos culturais.

Em todas essas manifestações e organizações de lutas os usos da internet e dos smartphones (celulares) foram importantes como instrumentos de comunicação. De acordo com Pinto (2012), esses recursos possibilitaram uma dinâmica diferenciada de mobilização, ganhando tempo e unindo vários outros movimentos simultaneamente. Também nos casos do Chile e da Espanha, os movimentos foram liderados por jovens ocupando espaços públicos, fazendo discussões, mobilizando a população e prestando esclarecimentos. Assiste-se um novo modo de fazer política, com capacidade de agregar diversos segmentos sociais. Segundo Oliver e Savoia (2012, p.142), “muitas vezes na história recente dos movimentos sociais eles saíram às ruas em diversos países, mas a maneira como estes movimentos estão tomando a rua parece aponta para uma novidade na forma de se fazer política”.

Nesse sentido, o que vem a caracterizar as novas formas de mobilização? Mesmo que considerados “novos”, Domingues (2007) trata de suas características a partir das várias etapas pela qual passou (passa) a modernidade. De alguma forma essa contextualização nos aponta que há vários caminhos já percorridos pelos Movimentos Sociais ao longo desses dois últimos séculos. Sendo a primeira fase, segundo Domingues (2007), pautada por um capitalismo liberal (modelo vigente até hoje) com os mercados contando com o Estado atuando na manutenção de “uma ordem social”. No entanto, o que vai se concretizando é um cenário de crise, ao mesmo tempo em que esse Estado vai se homogeneizando.

Na América Latina, o contexto é semelhante. Marcado por um processo de modernização da produção com aumento do consumo (semelhante ao que temos hoje) decorrente da expansão de empresas que se instalam no Brasil (Domingues, 2007, p. 2). É nesse contexto de pressão social, decorrente da precarização do trabalho, aumento da pobreza e dos problemas sociais em que o Estado não se propõe a resolver e cumprir seu papel, que surgem os movimentos operários, que fundamentados na teoria marxista pautam suas lutas em contestação ao modelo corrente. Domingues ressalta que nem todos os movimentos operários atuavam sob essa perspectiva marxista, a exemplo de México, Argentina e Brasil, em momentos específicos de suas histórias estavam vinculadas as ideias fascistas (idem).

A partir dos anos de 1990, conforme já apontado, configura-se um novo momento para o qual Domingues (2007, p. 3) aponta algumas características:

- 1º Sociedades mais complexas e plurais;
- 2º Sujeitos individuais (e coletivos) mais “desencaixados” - há uma maior mobilidade física e identitária;
- 3º Posturas políticas “poliárquicas” - a participação política não acontece no âmbito do partido político e das eleições; com a crise do socialismo foram criadas novas formas de debate e atuação política.

O que Domingues (idem, p. 4) nos propõe, a partir desta caracterização, é a pluralização dos Movimentos Sociais, pensando que antes essas organizações estavam muito caracterizadas pelo movimento sindical - dada a sua importância no contexto político. Segundo Alexander (1998, p. 2), as concepções do modelo “tradicional” dos movimentos são vistas pelos intelectuais como um meio instrumental para se obter os seus objetivos. Ainda como elementos desta instrumentalização, Touraine (*apud* Alexander, 1998) associa a ideia de revolução com uma questão básica pautada na tomada de poder, ou seja, uma caracterização muito vinculada à atividade política tradicional. Em Alexander, há outros pressupostos, que os novos movimentos ainda trazem consigo que é o elemento de organização dos movimentos motivado pelas necessidades (sociais e pessoais), como também associados a conflitos de interesses divergentes - um exemplo, é o próprio movimento de estudantes do Chile -, ou quando vistos pelos aspectos culturais, num processo de ressignificação e resgate de valores que visam a preservação e ampliação de espaços públicos por meio da cultura.

Ainda reportando à América Latina não há como deixar de caracterizar o papel dos Movimentos Sociais num contexto de precarização do mercado de trabalho. Nesse sentido, Domingues (2007, p. 5), demonstra a presença de movimentos comunitários, de moradores, de associações que se constituem como alternativas a essa precarização. No entanto, preservando-se o modelo de sociedade industrial, os sindicatos mantêm sua força política. No caso do Brasil, a partir da década de 1990, depois da consolidação da democracia, ganhando

mais independência em relação ao Estado. No caso da América Latina, os Movimentos Sociais - também impulsionados pelo Fórum Social Mundial - trazem a pauta de resistência aos modelos neoliberais, nos quais os aspectos locais ganham relevância nessa organização.

É o momento de uma mudança de perfil, que Domingues (2007) vai definir como “politização das identidades étnicas. Para ele, há uma folclorização, nesse caso, quando se fala em uma transição entre o “velho” e o “novo”. Até porque se mantém ainda uma pauta de reivindicação “materialista” (idem, p. 6) baseada na reforma agrária, no controle dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que se discute o racismo, a violência contra mulher, a proteção ao menor, as políticas de controle urbano, ou seja, discussões que pautam a construção da identidade (idem, p. 7).

Na caracterização destas perspectivas dos anos 1990, ressalte-se que, na Argentina, os movimentos de direitos humanos estão presentes desde o final dos anos de 1970. Já no caso brasileiro, os movimentos ambientalistas mostravam a importância de preservação dos recursos naturais, a importância do desenvolvimento sustentável, sendo esta mesma perspectiva presente em Beck (2001). Para Alexander (1998, p. 4), a forma desses movimentos se organizarem fora do modo clássico é uma maneira de ser mais pragmático. O modelo clássico convergiu para nível micro, ignorando dimensões morais e afetivas da ação coletiva, dando ênfase na existência de redes e suas organizações (interligadas).

Isso nos leva a discussão, novamente, sobre as “novas” características dos Movimentos Sociais. Para ilustrar um dos exemplos, Riva e Muñoz (2014) fazem a relação entre Movimentos Sociais, migração e território. As novas características dos Movimentos Sociais estão baseadas em seu poder de espalhar-se por vários territórios, que graças aos meios de comunicação e a vários aspectos da globalização, vão criando necessidades globais que são vistas, igualmente, como demandas, sejam elas políticas ou não, migrando de acordo com suas necessidades. Riva e Muñoz (2015) demonstram que as novas migrações estão relacionadas com aspectos da globalização em processos que se reconfiguram, do ponto de vista social e/ou político.

Com a globalização os Movimentos Sociais ganham, igualmente, uma dimensão que está além das questões locais num encontro com as práticas sociais e formas de ação coletiva (Riva e Muñoz, 2014, p. 148). Ao tratar acerca da relação entre os Movimentos Sociais e as migrações deve-se estar atento ao fato de que o fenômeno não é algo novo. Exemplos sobre migrações não faltam. Em maio de 2015, a polícia da Indonésia resgatou 800 refugiados vindo de Bangladesh, notícia que não foi apenas vinculada na grande imprensa, mas motivo de reuniões entre as principais diplomacias do mundo e Movimentos Sociais humanitários

demonstrando preocupação com a condição destes exilados. O Brasil, também, já contou com processos migratórios mais intensos - o próprio êxodo rural motivou Movimentos Sociais que tratam da questão agrária no país. Processos mais e/ou menos complexos dessa natureza são fenômenos que mudam a geopolítica em todo o mundo (Riva e Muñoz, *idem*).

Com a internacionalização dos movimentos e demandas, está presente - e isso se constitui “o novo” - o fenômeno das redes conectando pessoas e lugares. Isso mudou o foco de análise, antes pautado em estatísticas, para uma maior preocupação com o papel das novas relações sociais. O papel das identidades e práticas sociais por meio das redes em diferentes espaços tem formado o que Riva e Muñoz (2014, p.151) definiram como comunidades transnacionais, com a presença dos ativistas sem fronteira, incorporando as questões culturais. Nos casos de movimentos que tratam das questões da migração, as políticas do Estado estão presentes, tanto em problemas políticos - no caso de regimes ditatoriais que forçam processos de migração em decorrência de perseguição política - como em casos em que Estados atuam em apoio a questões humanitárias. Nos dois casos, Riva e Muñoz (*idem*, p. 152) apontam que estão presentes dificuldades da ação coletiva.

#### **2.4 Movimentos sociais: o lugar do espaço público**

Durante séculos os Movimentos Sociais tiveram como uma de suas características a ocupação dos espaços públicos, algo que nos dias atuais sempre presenciamos em nossas cidades, em praças, avenidas, fábricas, instituições, portando bandeiras, cartazes. São grupos que circulam com camisetas, gestos, em momentos mais contundentes e frequentes quando comparados com aqueles setores organizados da sociedade civil. Prática que, infelizmente, em muitas sociedades, não é possível devido ao autoritarismo de grupos políticos que tendem a sufocar setores da sociedade que discordem do soberano. O Brasil, recentemente, vivenciou tal atitude, sob o pretexto de manutenção da ordem tentou-se sufocar alguns Movimentos Sociais e setores organizados da sociedade civil.

Os espaços políticos ocupados por grupos que se hegemonzaram pela força e não pelos espaços políticos da sociedade, tirou no plano das relações cotidianas a importância da política, algo que até hoje tem seus impactos negativos. A baixa participação dos jovens com a política<sup>9</sup> é um dos sinais disso, que vem acompanhado da falta de confiança nas instituições.

---

<sup>9</sup> Sobre participação dos jovens na política ver:

[http://ftp.cenpec.org.br/com/portalcenpec/imagens/participacao\\_jovem/Pesquisa\\_FespSP.pdf](http://ftp.cenpec.org.br/com/portalcenpec/imagens/participacao_jovem/Pesquisa_FespSP.pdf). Acessado em 23/9/2015

Sérgio Costa (1997), ao tratar sobre a participação dos conselhos de moradores nas cidades de Minas Gerais de: Uberlândia, Juiz de Fora e Governador Valadares constatou, em sua pesquisa, um hiato entre instituições e incorporação da democracia nas práticas cotidianas. Segundo Costa (idem) as características desta problemática que podem ser visualizadas em muitas cidades do Brasil, a exemplo do que acontece com o Ocupe Estelita, dando ênfase nestes dois casos sobre o papel da imprensa local, que no uso de interesses privados funcionam como um desarticulador das pautas que os movimentos reivindicam.

Perceber as associações, as organizações de bairro, Movimentos Sociais como porta-vozes de segmentos sociais, é entendê-los pelo viés da resistência política, ou seja, movimentos que entram na disputa política em busca de soluções e/ou em torno de questões sociais que envolvem pessoas em seus respectivos locais de trabalho e/ou moradia. É o caso do movimento negro, movimentos feministas, que, do seu local e de sua grande capacidade de articulação, ultrapassou os limites do próprio território na luta por igualdade e dignidade nos vários âmbitos da vida social.

Costa (1997) vai apontar um “hiato” entre instituições e incorporação da democracia às práticas cotidianas. Um exercício que tende a ver os Movimentos Sociais como elemento importante diante desse processo, e não como algo que deva ser criminalizado, a exemplo do que ocorreu com alguns participantes do Movimento Passe Livre, em São Paulo, nas manifestações de junho de 2013, quando foram duramente reprimidos. Faz-se necessário buscar compreender as tramas nas relações sociais e aceitar a ideia de que os problemas, que surgem no âmbito das comunidades ou mesmo a partir de movimentos que reivindicam das mais várias causas, fazem parte de um direito e devem estar inseridas num novo contexto da cultura política.

Pensar, portanto, no âmbito de uma formação para uma nova cultura política envolve um processo de desconstrução de muitos valores e crenças, ou seja, ver os Movimentos Sociais a partir daquilo que eles são por meio de suas atividades (sejam locais e/ou globais), a exemplo do Movimento dos Sem Tetos, por exemplo, que reivindica moradia e condições dignas na cidade, do combate à discriminação racial, pauta importante dos movimentos negros, ou seja, movimentos e pautas que lutam por transformações a partir de critérios que não podem ser vistos apenas como insatisfação, mas como um elemento imprescindível à cultura democrática que deve ser medida pelo pleno exercício do “direito a ter direitos”.

Hoje, com os meios de comunicação - conforme já apontado - fazendo parte da vida da maioria dos indivíduos -, ter acesso a direitos significa construir meios mais eficazes de informação e articulação política. Nesse sentido, Costa (1997, p. 4) vai apontar que os meios

de comunicação - que poderiam estar disponíveis na consolidação de uma ação para melhoria dos espaços públicos - são controlados por grandes grupos da comunicação (Globo, SBT, Bandeirantes - para citar os mais conhecidos), o que dificulta, por exemplo, um maior conhecimento das questões locais, ou seja, do que acontece no âmbito da cidade e/ou dos bairros. Estando grande parte dos Movimentos Sociais atuando no meio urbano - muitas vezes sua imagem tende a ser distorcida, nos poucos segundos que aparecem, quando o foco das questões locais tende a ficar restrito a notícias de jornais policiais, que terminam por nada esclarecer no âmbito da gestão pública.

Costa (1997) também aponta que, no plano local, existe a pressão dos políticos, que também influenciam os meios de comunicação local, muitas vezes na tentativa de ocultar problemas de sua gestão. O contrário é possível quando donos de jornal, influenciados, diretamente e/ou indiretamente por políticos, atuam de forma mais ostensiva para fazer coberturas favoráveis “aos amigos” ou, a depender da situação, atuando para mostrar problemas sociais apenas por um lado da situação.

Relacionar positivamente os Movimentos Sociais na construção da esfera pública local requer lançar um olhar sobre os processos de participação política no âmbito local. No caso particular do Recife, o conflito que envolve o Movimento Ocupe Estelita e o Projeto Novo Recife, sendo este último encabeçado por empresas, vê-se claramente como se dá a disputa desses espaços públicos. No dia 4 de maio de 2015, quando os vereadores da Cidade do Recife aprovavam o projeto que trata da construção de prédios residenciais e comerciais numa área antiga, nas proximidades do Porto do Recife, integrantes do Movimento Ocupe Estelita, que pretendiam entrar na casa legislativa para acompanhar a votação, foram impedidos pela guarda. A proibição, nesse caso, não pode ser vista apenas como um gesto normativo da Câmara Municipal, em tese um espeço do povo, mas como reflexo de uma disputa entre dois grupos que têm perspectivas diferentes em relação ao mesmo espaço físico.

Ainda para o caso do Ocupe Estelita a proibição não teve o efeito de restringir, pelo contrário, os dias que se seguiram a aprovação da lei, intensificou-se o debate nas redes sociais e na mídia local. Há outras manifestações que geram opiniões diversas e controversas entre si.<sup>10</sup> Pensando em disputas como essas, Costa (1997, p. 6) afirma que “[...] a valorização do legislativo como espaço de luta política dos movimentos sociais tem ampliado

---

<sup>10</sup> Para mais informações, ver <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/professores-universitarios-de-pernambuco-repudiam-cobertura-da-rede-globo-no-caso-do-cais-jose-estelita/> e <http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2015/05/04/camara-do-recife-recebe-integrantes-do-ocupe-estelita-na-noite-desta-segunda-545085.php>. Acessados em 19/11/2015.

a importância das câmaras municipais como território constitutivo das esferas públicas locais”.

Portanto, todas as ações que se projetam, sejam nas redes sociais e/ou nas ruas, suas pautas tendem a convergir, igualmente, para o debate nas casas legislativas, que inseridas no seu local tendem a refletir (ou pelo menos deveriam) todas as tendências das esferas públicas locais. Ou seja, sua relação de proximidade com o tema proposto tende sempre a indicar que é no plano local que se dá os elementos de sociabilidade mais importantes na trama política. Mesmo os Movimentos Sociais se constituindo também pelos “não-lugares” há o espaço antropológico, que vê a cidade nesse encontro diário, seja, isto é, no encontro com os amigos e/ou indo para o trabalho pode-se encontrar nesses espaços os recursos para se mobilizar e atuar politicamente por meio deles (Costa, 1997, p. 8).

Ao tratarmos dos Movimentos Sociais e de sua relação com os espaços públicos devemos atentar em perceber se as perspectivas criadas pelos agentes atuais são os mesmos e/ou em que medida seus sentidos se diferenciam. Sobre suas características - já tratadas em tópicos anteriores - é mais evidente uma conjuntura política que se alinha a um campo comum. No Brasil, houve algumas experiências, sendo a mais conhecida a articulação política para retirar do regime autoritário do Brasil, iniciado em 1964, que, num primeiro momento, desarticulou os movimentos políticos. Já no final da década de 1970 e início da de 1980, ganham força e resistência os movimentos para o retorno da democracia no País. Período muito caracterizado pelos mediadores (Mutzenberg, 1999, p. 128). Nesse caso, têm papel importante os Movimentos Sociais vinculados à Igreja Católica, sendo esta uma importante articuladora. As próprias associações de bairro tiveram papel importante (e ainda hoje exercem tal papel) em mobilizar pessoas em torno de causas democráticas, principalmente, em pensar a sociedade como um local a ser ocupado pelas pessoas que fazem parte dela. Isso levou muitos a redescobrir a importância da retomada dos espaços públicos para a consolidação da democracia.

Ainda sobre esses agentes mediadores, frise-se que os seus papéis são redefinidos; nós podemos perceber isso na própria relação que Mutzenberg (1999) faz ao mostrar que o “novo sindicalismo”, antes cooptado e tutelado pelo Estado, busca romper com o passado e ocupar as ruas na busca de mais espaços políticos.

Na relação dos Movimentos Sociais com os espaços públicos muitos autores, ao pensar sobre o papel dos movimentos, fazem uma abordagem que, embora possam ser divergentes, busca situar os indivíduos e a sociedade de acordo com os modelos teóricos com que se propõem a entender a realidade. No plano de uma formulação clássica sobre os Movimentos

Sociais, Alain Touraine trata da ação da história no plano do desenvolvimento, num acirramento da luta de classes, no qual os Movimentos Sociais seriam a força de mudança da sociedade (*apud* Mutzenberg, 1999, p. 125). Em Castells (*apud* Mutzember, 1999), as contradições estruturais do capitalismo avançado envolvendo o consumo e suas contradições entre capital e trabalho abrem as possibilidades de um modelo de socialismo, daí a importância dos Movimentos Sociais em ocupar esses espaços políticos (*idem*, p. 129).

Porém, é na própria ideia de inclusão que o tema dos Movimentos Sociais se amplia. Nesse caso, não é apenas a presença de Estado que não possibilita a participação de todos na esfera pública, seja por meio dos partidos políticos e/ou sindicatos - como modo mais tradicional. Inclusive, numa sociedade marcada pela diversidade, mas, principalmente, pela informalidade do mundo do trabalho, pela ausência do poder público nas comunidades, sejam rurais e/ou dos grandes centros urbanos, as atividades da comunidade, das associações e os movimentos locais vêm se ampliando ao longo destes últimos anos. Isso foi contribuindo para que as próprias políticas se voltassem para estes movimentos no atendimento de suas pautas (ou parte delas). Mutzenberg, citando Jacobi, irá tratar desse segundo momento sobre as relações entre os Movimentos Sociais e o Estado. Visto como representante das classes dominantes, o autor afirma que os interesses dos Movimentos Sociais não são únicos e, por isso, igualmente, se constituem como fonte de contradições, que nascem da própria incapacidade de o Estado suprir as reais demandas da sociedade - embora, nem sempre isso aconteça - ressalta (Mutzenberg, 1999, p. 134).

Essa relação entre Estado e Movimentos Sociais tende a gerar concepções sobre o próprio conceito e suas formas de atuação. Nesse sentido, ao tratar de aspectos de sua atuação escreve-se, igualmente, sobre o seu perfil, consubstanciado, o próprio autor já adverte, na “crença de que estes eram apartidários” (Mutzenberg, *idem*). Percepção que foi criada, por exemplo, com as grandes manifestações de junho de 2013, quando manifestantes seguravam faixas contra partidos e até mesmo não admitindo a presença dos mesmos.

A compreensão e objetivo dos Movimentos Sociais não estão apenas voltados às questões macroestruturais. As formações dos movimentos, também, dependem “dos valores, escolhas e preferências em que a subjetividade assume papel importante na abordagem dos movimentos” (Mutzenberg, 1999, p. 137). É o caso de movimentos feministas como a “Macha das Vadias”, que em várias cidades do mundo se organizam para denunciar a situações de explorações das mulheres e por lutas de igualdade e direitos de gênero, denunciam ao mesmo tempo problemas da violência contra a mulher. Movimento Negro, Movimento LGBT, etc., nos quais - para além das questões estruturais - vê-se que há

subjetividades presentes, como o reconhecimento a partir de valores, escolhas e crenças, etc. Essas questões abriram novas abordagens de tratar os Movimentos Sociais, em especial na reformulação do conceito de democracia como parte da construção de uma cultura política participativa e pluralista (Mutzenberg, 1999, p. 138).

## 2.5 Movimentos Sociais: das redes às ruas.

Pode parecer “clichê” afirmar que nos últimos anos ocorreu um aumento considerável do uso das redes sociais na internet. O *facebook*, acompanhado com a expansão dos *smartphones* em todo o mundo, ampliou ainda mais as possibilidades de acesso à internet. Em paralelo, veio toda uma dinâmica de mudanças comportamentais com o uso desses aparelhos. O uso desses equipamentos, aliado ao uso das redes sociais, têm trazido novas formas de sociabilidade. Não se trata apenas de amigos virtuais, mas de outras relações que se tornam possíveis, de informações que circulam quase que em tempo real.

Mantendo a tradição dos estudos dos Movimentos Sociais, Manuel Castells (2013) contextualiza seu objeto de pesquisa, mostrando como a ação desses atores sociais ganham outras características a partir do uso das novas tecnologias da informação. Segundo o autor (Castells, 2013, p. 8), “conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, [esses] indivíduos formaram redes”. Pensamento que está relacionado com a grande corrente de movimentações que acontecem a partir de 2011. A Primavera Árabe e o *Occupy*, por exemplo, refletem o mesmo desejo de mudança e de indignação perante as desigualdades sociais e a promessa não cumprida do sistema capitalista, ou mesmo frente a sistemas opressores - no caso da Tunísia – que, segundo Castells (2013, *idem*) teve como sentimento:

[...] basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas pelo poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor.

Em relação a esses sentidos de “indignação”, o ano de 2011 foi se constituindo como um ano de mudanças, pelo menos de grandes mobilizações. Exemplo citado por Castells (2013), a rede do movimento *Occupy* “Unidos pela Mudança Global” mobilizou pessoas de 82 países reivindicando justiça social e democracia real. Seguindo a tendência de muitos movimentos, ignorou os partidos políticos, não reconhecendo as tradicionais lideranças, tendo na internet sua forma de organização e extensão de suas redes locais.

Para Castells (2013, p.10), a relação entre comunicação e poder estão fortemente relacionadas. “Poder como parte constituinte da sociedade”, que por sua vez - seja de forma legítima ou não (como foi no Brasil entre 1964-1985) - é exercida por meio da coerção, o qual cabe ao Estado o seu monopólio, conforme apontado por Max Weber. Nessa forma de dominação existe uma tendência a não atender a todas as demandas dos atores sociais envolvidos em uma disputa que contrapõe valores e interesses. Na construção antagônica entre valores e interesses vai, segundo Castells (2013), constituir a ideia do contrapoder, no qual os atores sociais buscam, por meio de uma organização, reivindicar e até - em alguns casos - desafiar os poderes instituídos. Como se trata da construção de certos valores - o que se reflete nas perspectivas do que as pessoas pensam e agem -, para Castells (idem, p. 11), “torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades”, portanto, a principal luta pelo poder é a “construção de significados na mente das pessoas” (idem).

Partindo da ideia de que as novas formas de poder passam essencialmente pelo convencimento, os processos de comunicação e informação exercem papel importante na construção destes significados. A internet tem se consolidado como esse instrumento importante de comunicação, criando novos significados e espaços de sociabilidade, que vai se ampliando pelos recursos multimídias, e criando significados e “produção de relações de poder” (Castells, 2014).

Tratando de Movimentos Sociais e as redes, Scherer-Warrner (2013) traz perspectivas semelhantes, afirmando que as redes podem ser vistas como um movimento dialético de confronto e alianças que, do ponto de vista de análise, é necessário está atento às dimensões da espacialidade e da temporalidade, esta segunda acontecendo de maneira simultânea em vários espaços graças aos sistemas de comunicação. A maneira como se dão os laços de sociabilidade está baseada na construção de novas utopias (Scherer-Warrner, 2013, p. 193)

Scherer-Warrner (2013) trata do ciberativismo, que atua por meio das redes sociais. A autora cita a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) - o qual se caracteriza por uma estrutura horizontal, sem hierarquias e com ausência de uma centralidade organizacional. Isso difere dos Movimentos Sociais tradicionais, nos quais há uma hierarquia e um modelo organizacional mais complexo. Podemos pensar nas estruturas organizacionais dos sindicatos, que contam com diretórios, alguns com comitês locais, dentro desses modos diferenciados de organização. Outro exemplo de movimento que atua pelas redes é o AVAAZ - organização não governamental que realiza campanha em todo o mundo colhendo assinaturas sobre os mais diversos temas. No Brasil, a presidente Dilma Rousseff recebeu da instituição 1,9 milhão de assinaturas para que houvesse o veto ao Código Florestal aprovado

pelo Congresso Nacional, por exemplo.

Castells (2013, p.13) argumenta que esse processo de comunicação em rede é horizontal, no qual empresas e governos não têm controle sobre os meios, ou seja, é um processo autônomo quando comparado com os meios tradicionais. O que se coloca é como se dá a relação dessas formas de poder com os Movimentos Sociais? Segundo o autor: “Os movimentos sociais exercem o contrapoder constituindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detém o poder institucional”. (Castells, idem, p.14)

Sendo as relações de poder cada vez mais constituídas em rede, onde setores da mídia se conectam com setores da política, que por sua vez são financiados pelas elites econômicas, que, igualmente, dominam os meios de comunicação (Castells), o contrapoder irá se dá pela constituição de outros valores frente aos que estão estabelecidos numa sociedade de mercado. Há, igualmente, uma “re-programação” das reivindicações e concepções que se constituem num caminho de luta dos novos Movimentos Sociais, que, assim, procuram, para além dos espaços nas redes sociais (por meio da internet), conquistar os espaços públicos, caminho que, para Castells (2013), é onde acontecem os grandes processos de transformação na história.

Scherer-Warrner (2013) vai colocar os estudos pós-coloniais como elemento importante na configuração dos Movimentos Sociais. Segundo essa autora, os Movimentos Sociais devem estar conectados ao contexto onde estão inseridos. Isso implica que questões como etnia, gênero, classes sociais devam ser refletidas, primeiramente, como crítica a processos anteriores - neste caso, a colonização do ocidente que sempre pautou o pensamento social na América Latina. Essa é uma crítica que passa por todo um processo de desconstrução e reconstrução das identidades, igualmente, de perceber que há toda uma concepção de mundo e de história que foram estabelecidas a partir de uma visão eurocêntrica. O que foi estabelecido na América Latina como proposta de análise das desigualdades sociais não leva em considerações especificidades da própria história na América Latina, tendo em vista que todo um sistema de opressão sobre negros, índios e as mulheres foi operado pelos colonizadores europeus. Nesse ponto, a ideia de reflexividade – com base na perspectiva de Ulrik Beck (1997) é de fundamental importância. Ao relacionarmos com os novos Movimentos Sociais e as atuais mobilizações o que vemos é a construção, principalmente por parte dos meios de comunicação, de uma imagem negativa, que contraria uma ordem e um princípio de normalidade estabelecida pelos grandes centros. Grupos sociais que lutam por direitos, ou pela possibilidade de terem direitos, buscam no plano local, estratégias de divulgar pelas redes

sociais suas necessidades, de atrair outros grupos que podem, a partir de sua própria especificidade e realidade, juntar forças na desconstrução desse processo de colonização, ainda muito presente no contexto de América Latina.

Mais recentemente, Castells (2013) - no posfácio que escreveu à edição brasileira do livro “Redes de Indignação e Esperança” - trata dos protestos que ocorreram em junho de 2013, em todo o País, como um movimento de resistência dos jovens diante de um modelo de gestão pública que não privilegia os interesses públicos, no qual verdadeiras prioridades da população brasileira foram revertidas aos jogos da Copa do Mundo, que se realizaram em junho de 2014. Tal movimentação foi assistida e vivenciada com forte sentimento de indignação pela evidente falta de bons serviços públicos, ao menos foi o que se pode visualizar em cartazes espalhados por seus manifestantes. Para Castells, esse movimento ocorre por meio de uma cultura da autonomia, mais precisamente pela utilização da internet e das redes sociais. Como apontado por Gohn, às demandas podem ser por bens e serviços, no entanto, o modo como a população tende a se organizar ocorre no contexto da cultura do ciberespaço, ou “sociedade informacional” (Castells, idem). O que se viu nesse movimento, que ganhou as ruas, foi uma cobrança ao Estado do atendimento às necessidades básicas da população por meio de políticas públicas eficientes e eficazes. Para Castells, a repressão do Estado, pelos seus representantes, nesse caso, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o Prefeito da Cidade de São Paulo, Fernando Haddad, só gerou mais indignação.

Ao falarmos da sociedade da informação não pensamos apenas nos seus instrumentos - no qual abordarei mais adiante - mas, também, de estruturas econômicas que se formaram a partir do final do século XX - ponto comum em todas as discussões políticas e acadêmicas sobre as grandes transformações políticas e sociais ocorridas no final do século XX e início deste. Os partidos políticos, sindicatos, todos os Movimentos Sociais tradicionais entraram em crise de legitimidade, a exemplo mesmo do que aconteceu nas manifestações de junho de 2013, no qual havia faixas do tipo: “Nem direita, nem esquerda. Somos Brasil” (algo que pode ser questionável do ponto de vista do próprio conceito de Movimentos Sociais). Com o apoio de setores conservadores e com a “imparcialidade” da mídia, que tendia a mostrar os Movimentos Sociais sempre como movimentos contra a ordem e a propriedade. Que reação era possível naquele momento?

As relações de poder vão configurando-se nas relações do Estado, mas, aí, surge, também, o contrapoder, que se estabelece quando os atores sociais desafiam o poder nas (e das) instituições para reivindicar seus valores e próprios interesses, o que acontece por meio das resistências e reivindicações, no surgimento (ou ressurgimento) de Movimentos Sociais

(Castells, 2013).

No contexto das políticas neoliberais, um dos movimentos de mais notoriedade foi o Fórum Social Mundial (FSM), em 2001. Realizado, a primeira vez, na cidade de Porto Alegre (RS). O FSM não é um “movimento social”, mas uma reunião de vários movimentos trazendo reivindicações e lutas de vários segmentos da sociedade, com representantes de várias regiões do Brasil e de fora, no ressurgimento de novas utopias e no fortalecimento de lutas e resistências às políticas implementadas àquela época (Santos, 2000).

Estas são perspectivas que poderiam estar presentes nos livros didáticos, assim como compor um material auxiliar. O que fica evidente é a vasta literatura sobre o tema e as possibilidades de explorá-lo de acordo com o contexto que se queria inseri-lo. O tema configura-se, também, importante para entender o papel dos Movimentos Sociais nas lutas por mais dignidade e melhores condições de vida para as populações, os grupos sociais explorados ao longo da história do Brasil, realidade que não se descola da América Latina, também muito caracterizada pelas lutas sociais.

No âmbito da formação do mestrado profissional e na preparação dos planos de aula, temas, conceitos e teorias ficam evidenciados pelas várias concepções presentes, e por uma necessidade de buscar novas referências e de possibilitar acesso aos estudantes do ensino médio a instrumentos que ajudem a pensar a realidade social. E, para, além disso, voltar-se a uma ação prática dos usos sociais dos novos meios que possibilitam os Movimentos Sociais. Nesse sentido, este trabalho pretende cumprir um dos objetivos centrais da Sociologia que é educar para a cidadania e para o conhecimento mais amplo possível das questões que envolvem nossa contemporaneidade.

Ressalta-se, ainda, que neste capítulo ao apresentar vários autores em suas respectivas abordagens, busquei apontar como o tema Movimentos Sociais é diverso. Devemos ficar atentos que ao tratar deste assunto leva-se em consideração o tempo histórico no qual os autores vão inserindo suas análises sobre o tema. Do ponto de vista do conteúdo que pode auxiliar professores, outras questões poderiam ser levantadas – a exemplo das categorias sociais de análise, como por exemplo, a relação dos movimentos sociais num enfrentamento direto com setores privados, a exemplo do que ocorre com o Movimento #Ocupe Estelita, ou ainda, das manifestações de junho de 2013, que tem seu início com Movimentos Sociais, mas que no segundo momento, ao ganhar grandes proporções assumem outras características, desta vez de ação social, ou de manifestações. Portanto, é importante buscar as motivações, os sentidos em que as ações e os movimentos acontecem.

As leituras propostas devem lançar luz a novas possibilidades de análise, de acordo com

o contexto social no qual o *professor-sociólogo* está inserido. Sendo os livros didáticos um caminho que já indica os conceitos, os autores apresentados neste capítulo, complementam a possibilidade dos vários temas que os Movimentos Sociais suscitam, sejam por sua complexidade, mas, principalmente, pela atualidade e fluidez (Bauman, 2009) dos acontecimentos sociais que a cada ação e movimento dos atores envolvidos, podem ter formas diferenciadas de análise. Cabe neste caso, a experiência do artesão (Mills, 1982) de reconstruir a realidade social, ou dela lançar-se às novas possibilidades de interpretação.

## Capítulo III

### O Plano Nacional do Livro Didático – PNLD e Movimentos Sociais: análises e perspectivas

Este Capítulo analisa os livros didáticos de Sociologia aprovados no último Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, tendo como objeto de pesquisa específico o tema dos Movimentos Sociais. Além disso, por tratar de análises envolvendo propostas e normas oficiais do ensino médio para a disciplina de Sociologia será utilizada metodologia qualitativa. Segundo Bauer (2012, p. 191) este método é caracterizado “por uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”, permitindo produzir indicadores e reconstruir seus sentidos no plano do entendimento dos fenômenos a serem estudados.

Ao buscar nos livros didáticos a fonte de material (empírico) a ser analisado e trabalhado para confecção de propostas em sala de aula foram utilizadas as orientações e propostas de Richardson (1999), que apontam os estudos sobre materiais didáticos no campo da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, segundo o autor:

A pesquisa para a elaboração de material didático distingue-se da básica porque não se volta diretamente para a busca de conhecimentos em uma área específica, mas para a elaboração de um produto que possa ser, efetivamente, usado em escolas (Richardson, 1999, p. 83).

Em seguida Richardson distingue alguns passos que devem ser seguidos na pesquisa, dos quais apontaremos os mais importantes na elaboração dessa análise:

1. Definir um conjunto de objetivos específicos que o produto deve atingir;
2. Rever pesquisas anteriores a fim de descobrir deficiências de produtos elaborados e, naturalmente, identificar formas capazes de superar tais falhas;
3. Elaborar um produto de modo que se atinjam os objetivos previstos (1999, p. 83).

Partindo desses parâmetros, apresentar o PNLD e comparar com as propostas realizadas nos livros didáticos é um dos pontos importantes na construção dessa análise. Em segundo lugar, destaque-se a própria contribuição - necessária - para o ensino da Sociologia, cujos parâmetros utilizados na elaboração do material fundamentam-se, conforme indicado, nas Diretrizes e Orientações Curriculares e nas próprias exigências do PNLD.

Pretende-se mostrar que os livros adotados necessitam de maior ampliação de critérios para as discussões e novas possibilidades na elaboração de planos de aula; daí, a necessidade de uma maior contextualização (e atualização) sobre o tema dos Movimentos Sociais, no qual se observa:

- A) Necessidade de introduzir temas novos. As escolas apresentam questões específicas à

sua realidade, por isso, adaptar e/ou inserir materiais suplementares se faz necessário;

B) Estabelecer um diálogo com a produção das Ciências Sociais no Brasil. No caso do tema dos Movimentos Sociais, buscar referências do que está sendo discutido na contemporaneidade.

Para referências sobre o tema tem por base a construção das abordagens teóricas propostas por Gohn (2012), em especial do capítulo “A construção das abordagens teóricas sobre os Movimentos Sociais”, do livro *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. A autora faz um panorama das principais correntes teóricas dos Movimentos Sociais, entre as quais destaco (Gohn, 2012, p. 27):

- histórico-estrutural;
- culturalista-identitária; e
- Institucional / organizacional-comportamentalista

E busca responder as seguintes questões:

a) Em que medida o tema dos Movimentos Sociais pode levar os estudantes a refletirem sobre sua realidade?

b) O tema dos Movimentos Sociais contempla as características apresentadas na literatura selecionada?

Este é um exercício que, do ponto de vista metodológico, reflete a necessidade do que Florestan Fernandes apresentou em seus conhecidos ensaios “A reconstrução social da realidade nas Ciências Sociais” (1972) e “O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira” (1985) ao tratar o ensino da Sociologia como elemento central no processo de formação das sociedades modernas e de um modelo de sociedade pautado no conhecimento técnico-científico, ao mesmo tempo, voltado às questões da cultura, da política e formação humana (daí, seu papel central).

Do ponto de vista metodológico, segundo Fernandes (1972), com isso, busca não apenas os procedimentos de como manipular os dados, mas buscar de uma interpretação da realidade, nas perspectivas das Ciências Sociais que serão estudadas. Seja num processo de pesquisa quantitativa (não é o caso deste trabalho) ou de uma pesquisa qualitativa, “os dados acumulados servem para assegurar a convicção subjetiva do pesquisador” (Fernandes, 1972, p. 6). Portanto, o próprio Fernandes lança um questionamento importante que pode ser empregado na pesquisa social: “Em que consiste o processo de observação?” (idem, p. 6).

Entende-se, aqui, observação como processo de análise dos materiais disponíveis no qual o pesquisador está estudando. No caso deste trabalho, o processo de observação está centrado na leitura dos livros didáticos aprovador no PNLD-2015. Portanto, este trabalho –

como atividade intelectual – fundamenta-se sobre o olhar do “sujeito-pesquisador” (Fernandes, 1972). Assim, Fernandes afirma a necessidade de “descobrir e colocar em evidência as condições de produção dos fenômenos estudados” (idem, p. 7). Aqui, a análise do levantamento de evidências está pautada no PNLD e as “re-construções” de novas possibilidades, a partir do que já foi elaborado nos livros didáticos. Trabalho que não abandona sua característica de organizar e criticar o que foi levantado como dados secundários (neste caso, os livros didáticos de Sociologia), assim como de utilizar-se da observação (neste caso, a leitura atenta) como uma possibilidade na reconstrução do objeto de pesquisa.

Mesmo não tratando de uma pesquisa realizada em *locus*, o que se pretende, ao trabalhar com essa perspectiva em Fernandes, é oferecer possibilidades de “reconstrução” e/ou, utilizando-se de Mills (1982), da “imaginação sociológica” na construção ou reconstrução de material auxiliar para a sala de aula. Ou, pelo menos, oferecer uma maior possibilidade aos professores, que, ao se depararem com os conteúdos de Sociologia, possam perceber que estes não são conteúdos estanques ou apenas figurações históricas abordadas sociologicamente. Mas, no que for possível, levar a pensar sobre o contexto no qual o assunto possa estar sendo inserido, ou seja, uma ampliação do que já está posto, para que se vá além da simples reprodução a partir de cenários elaborados depois do momento da própria confecção e aprovação do livro pelo PNLD.

Ampliando a discussão, volta-se a elementos que foram apresentados por Mills (2009) ao tratar do “Artesanato Intelectual”, no qual a pesquisa parte da seguinte concepção:

Um bom trabalho em ciência social hoje não é, e usualmente não pode ser, composto de uma ‘pesquisa’ empírica bem delineada. Ela se compõe ante de um grande número de estudos que, em pontos-chave, ancoram afirmações sobre a forma e a direção do assunto (Mills, 2009, p.28-29).

Portanto, este processo de análise dos livros didáticos visa - partindo destas perspectivas - contribuir de formar particular para a utilização do tema dos Movimentos Sociais em sala de aula.

### **3.1 Sobre o PNLD: definindo parâmetros, suscitando perspectivas**

Qualquer material a ser utilizado em sala de aula no ensino médio deve estar em conformidade com as recomendações das OCEM - Orientações Curriculares para o Ensino Médio, em nosso caso particular, para a disciplina de Sociologia. Como já foi indicado no

capítulo anterior, esta preconiza orientações e objetivos específicos para o ensino da Sociologia. Além de ser visto como documento normalizador - e, talvez por isso, burocrático - , deve ser lido (ou deveria ser lido) como uma “carta” de princípios que deve ajudar os professores de Sociologia nas suas diversas realidades. Segundo Moraes e Guimarães (2010), as OCEM devem constituir alternativas à prática docente a partir de princípios epistemológicos, que devem propor no nível de conhecimento, o estranhamento e a desnaturalização de aspectos da realidade estudada.

O foco da análise neste capítulo está em perceber como esses critérios estão presentes nos livros didáticos de Sociologia para o tema dos Movimentos Sociais. Aprender - no que for possível - com o princípio do “estranhamento”, como está problematizado o tema dos Movimentos Sociais. Do mesmo modo, o quanto o tema é tratado como fenômeno social e, como tal, como se dá a superação do senso comum. De acordo com Moraes e Guimarães (2010, p. 48): “É essa propriedade das Ciências Sociais - olhar para além da realidade imediata -, que possibilita a dessacralização e desnaturalização dos fenômenos sociais [...]”.

Ou seja, despertar no aluno outra forma de conhecimento, no qual possa relacionar os conceitos e temas com aspectos da realidade. Moraes e Guimarães (2010) chamam a atenção para elementos importantes que o ensino da Sociologia devem conter:

- “A pesquisa deve ser vista como atividade básica”;
- Como os conceitos aparecem apresentando concepções ideológicas;

Ultrapassando essa perspectiva, a análise visa perceber o quanto os conceitos sobre os Movimentos Sociais podem ser homogêneos nos livros didáticos. Para Moraes e Guimarães (2010, p.50) “[...] cada conceito nas Ciências Sociais é preciso estar atento a historicidade e, por conseguinte, a caracterização do problema social, neste sentido, não é possível trabalhar com definições uniformizadas e homogêneas”.

Ou seja, perceber o quanto a abordagem do tema dos Movimentos Sociais abre possibilidades sobre o real significado dos Movimentos Sociais, por meio das apresentações conceituais e perspectivas teóricas, ou mesmo pela possibilidade da pesquisa, que deve ser vista como alternativa, tanto para o professor-sociólogo como para os estudantes. Esse deve ser um dos objetivos do ensino da Sociologia, em especial na tentativa de mostrar a utilidade prática das Ciências Sociais.

### 3.2 Plano Nacional do Livro Didático: sua importância capital

Di Giorgi (2013), ao trazer uma perspectiva do livro didático como elemento de capital cultural para o aluno e a família, aponta a existência de várias fases da política do livro no Brasil entre as quais se destaca os principais pontos:

- Em 1929, criação do Instituto Nacional do Livro (INC), mas, apenas, em 1938, foi “constituindo-se a primeira política nacional de legislação para tratar da produção do controle e da circulação dessas obras no país”; isso referente à produção de material didático (Di Giorgi, 2013, p. 1030). Segundo o autor, os livros aprovados nessa política poderiam ser empregados por 50 anos, ou seja, diferente do que temos hoje, não levava em conta seu tempo de uso, sendo pouco contextualizado. Depois dessa política, Di Giorgi, aponta outras mudanças, como segue:

- 1966: Através de acordos internacionais, foi criada a COLTED - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático. Essa política fora bastante criticada por ter o conteúdo dos livros controlados pela USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. Ressalta-se que nessa década os livros didáticos passam a ser escritos por professores de suas respectivas áreas (Di Giorgi, idem);

- 1971: É criado o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental - PLIDEF;

- 1976: É realizada a compra de livros a partir de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio da FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar;

- 1983: É criada a FAE - Fundação de Apoio ao Estudante;

- 1985, com a Lei 91.542 é criado o PNLD, em substituição aos programas anteriores, que, anos mais tarde, em 1988, com a Constituição Federal, será parte importante na ampliação de direitos na constituição de uma educação pública, gratuita e de qualidade (Di Giorgi, 2013). Para Di Giorgi, o MEC se preocupa com a qualidade do livro didático estabelecendo critérios importantes, o que pode ser visto como fundamental num modelo de sociedade, que, por ser grande territorialmente e culturalmente, deve estipular valores a partir de alguns requisitos específicos, tais como os seguintes:

[...] não “veicular preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos”, “fazer doutrinação religiosa ou política, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público” e “utilizar o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais” (Di Giorgi, 2013. p.1032).

Atualmente, o PNLD atende ao ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Em 2014, o PNLD incluiu como material o livro digital, indicações de sites nos livros, para que os estudantes que dispõem de internet pudessem realizar pesquisa, além disso, (em especial para locais que não dispõem de internet), incluiu, também, DVDs.

Ainda sobre o PNLD cabe, inicialmente, referendar essa política como processo avaliativo cujo objetivo, além de distribuir livros didáticos, é melhorar a qualidade dos materiais que o aluno vai receber como referência da área de conhecimento. Muitas vezes é a única referência que os estudantes e as famílias têm acesso. Apesar de receber algumas críticas, Di Giorgi (2013) argumenta que, além do capital cultural, os livros melhoram e aperfeiçoam as oportunidades dos professores em trabalhar os temas em sala de aula, portanto, vai além das críticas que apontam apenas interesses econômicos na confecção desses livros, muitas vezes vistos apenas como mercadoria, ou no controle pedagógico dos professores. Di Giorgi apresenta o livro didático em sua importância “na dimensão microsocial”, tendo em vista que seu manuseio por meio da leitura e da escrita são elementos importantes na construção do conhecimento e desenvolvimento do aluno.

Ainda de acordo com Meksenas (2011, p. 55), o livro didático é um produto específico da cultura de massa que veicula um conhecimento. Esta é uma concepção de um processo que tem início no século XIX com a expansão do sistema de ensino formal. Financiado pelo Estado, para Meksenas, busca-se hegemonia na sociedade civil, tornando-se assim um modelo de atuação pedagógica.

Ao tratarmos da análise dos livros temos que ver quais outras possibilidades adotadas na prática docente. O PNLD constitui numa das maiores políticas de distribuição de livro didático no mundo, no entanto, cabe - igualmente - ao professor buscar novas fontes para sua formação, o que não está descartado o uso do livro e nem dispensa a importância dessa política, fundamental na garantia de uma educação pública e de qualidade. Para Bortoni-Ricardo (2008, p. 614), esse programa que chama atenção por sua dimensão. O PNLD é o terceiro maior do mundo atendendo 36,6 milhões de alunos. Mesmo sendo um programa de grande êxito, a autora destaca a falta de acompanhamento de sua trajetória em sala de aula, ou seja, como os alunos fazem uso deste recurso, garantindo todas as suas possibilidades de uso.

O PNLD visa assegurar que os conteúdos estejam presentes no ensino médio como critério importante na formação da cidadania a partir dos conteúdos das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciência Política) (Goés, 2013) oferecendo possibilidade de um “novo olhar” sobre o mundo, não só pela mediação pedagógica do professor, mas como um material de leitura acessível e permanente.

### 3.3 PNLD: novas perspectivas para o ensino da Sociologia

A Sociologia ganhando obrigatoriedade, apenas em 2008, com a lei nº 11.684/08 e o primeiro PNLD-Sociologia, surge em 2012, o primeiro edital para os livros de Sociologia, sendo aprovados dois títulos: *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dácio Tomazi e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros. No entanto, segundo Góes (2013), mesmo com a aprovação desses dois livros como referências importantes, nem sempre os professores fazem uso constante dos livros. Importante ressaltar que, por tratar de uma política pública, por meio de um edital rigoroso quanto aos seus critérios de aprovação, o livro é um direito assistido aos alunos, mas, principalmente, uma fonte para a acumulação de capital cultural. Para Góes (idem, p. 28), outro desafio percebido é a própria linguagem, quanto à dificuldade de compreensão dos textos, o que, segundo a autora, “revela debilidades formativas”, o que não invalida o programa; pelo contrário, revela que o sistema educacional precisa incentivar os alunos à prática da leitura e superar - num esforço e interesse por mais políticas públicas - problemas de ordem estrutural do sistema educacional.

Ainda no que diz respeito à política pública encetada no PNLD, Bortoni-Ricardo (2008) também aponta para a dificuldade de acompanhar o uso dos livros didáticos na escola. Isso vem acompanhado de uma preocupação para que a comunicação aconteça de forma mais clara possível, não cabendo apenas ao professor o papel de “interprete” do livro. No estudo de caso desenvolvido por Bortoni-Ricardo o que se percebe é a necessidade de utilização de outros recursos didáticos (e/ou de outros subsídios) para entendimentos de textos que podem estar numa linguagem acessível, no entanto, por não fazerem parte do universo cultural do aluno muitos termos e conceitos levam-no a ficar distante do texto. Segundo a autora, “Um livro didático pode ser preciso, informativo, atualizado, quanto ao estado da arte da disciplina, sem ser opaco, de difícil leitura” (idem, p. 616).

O que a autora argumenta como importante, é a capacidade de trazer a linguagem científica de um rumo específico do conhecimento para a uma linguagem que deve ser própria ao livro didático. No Brasil, justifica-se essa preocupação quando relacionamos os números do analfabetismo semifuncional. Dependendo do lugar, em especial nos interiores mais afastados dos grandes centros, o precário acesso a outros meios de informação pode dificultar ainda mais na compreensão do livro didático. Segundo dados trazidos por Bortoni-Ricardo (2008, p. 617), o Projeto de Letramento no Ensino Fundamental (LEF) demonstrou que os

alunos do sexto e do sétimo ano demonstram dificuldades na compreensão das leituras obrigatórias da escola.

Evidencia-se, nesse contexto, a necessidade de pensar num acompanhamento do uso de livro didático, na utilização de outros recursos didáticos que auxiliem os temas presentes nos livros (a exemplo dos planos de aulas que são propostos neste trabalho), criando possibilidades nas quais a linguagem acadêmica seja escrita mais próxima da realidade dos estudantes. Ao professor-sociólogo cabe ser um agente de “letramento” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 637) fazendo com que os estudantes aproveitem ao máximo a leitura do livro.

Desenvolvendo uma reflexão sobre o livro didático, Meucci (2013) reforça o argumento de que o Estado brasileiro está entre os maiores compradores de livros didáticos do mundo. Através do PLND foi investida, referente aos livros aprovados no edital de 2012, a quantia de R\$ 720,7 milhões, valores que colocam esse segmento num contexto de mercado editorial importante. Meucci (2013) apresenta outros números sobre a distribuição, tais como: os livros foram distribuídos em 18.862 escolas, beneficiando 7.981.590 alunos.

Partindo de outra perspectiva, Munakata (2012, p. 64) faz uma discussão interessante sobre o livro didático ao colocá-lo como mercadoria. Segundo a autora, “o livro é visto como mercadoria por estar cristalizado nas relações sociais - por ser um instrumento importante de capital cultural, por ser utilizado no mundo do trabalho e de suas práticas”. Nesse sentido, isso nos leva a refletir que o livro está inserido num contexto de indústria cultural que tira a autonomia do seu criador (o artista, escritor, autor) na medida em que a obra é adaptada à publicidade (Munakata, 2012, p. 54). No caso do livro didático, sua função como mercadoria está intermediada pelos vários atores sociais responsáveis por sua consolidação, nesse ponto voltamos à referência apontada por Meucci. A questão central que a autora coloca é a relação da política editorial associada à tradição dos currículos nacionais. Como recurso de aprendizagem teme-se as influências ideológicas (em especial, de interesses do mercado) que possam ocorrer. Como exemplo, reportemos ao edital PNLD 2011, quando foram aprovados apenas dois livros de Sociologia, conforme indicado linhas acima.

Bortoni-Ricardo (2008) e Munakata (2012) partem de perspectivas diferentes indicando o livro didático como instrumento de trabalho importante que visa à socialização do aluno para a vida pública, portanto, para além da questão da distribuição - que exerce papel importante na política educacional -, observar essa perspectiva é fundamental no processo de ensino. Na sociedade da informação a comunicação ganha dimensões ainda maiores. Munakata (2012) problematiza que esse processo que nem sempre acontece de forma clara aos alunos. A linguagem desenvolvida nos livros didáticos pode estar distante da realidade de

muitos estudantes, lembrando que os livros distribuídos no Brasil, em sua grande maioria vêm do sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro).

Para Bortoni-Ricardo (2008), com isso, percebe-se a necessidade de uso de outros recursos didáticos (e/ou de outros subsídios) para o entendimento dos textos, que podem ter uma linguagem acessível. No caso da Sociologia, isto se torna uma questão ainda mais importante, porque estamos ainda engatinhando na implementação de escolhas dos livros, nestes casos com o segundo edital PNLD-2015, e o primeiro que aprovou, apenas em 2011, dois títulos.

De modo geral, o que se argumenta é a dificuldade em transformar uma linguagem científica em linguagem própria do livro didático, ou seja, transpor a linguagem da ciência de forma que os alunos a entendam. Além dos problemas que têm sua origem nos hábitos de leitura, dependendo do lugar, em especial nos interiores mais afastados dos grandes centros, como já chamamos a atenção, o acesso a outros meios de informação pode dificultar ainda mais a compreensão do livro didático. Ainda sobre essas perspectivas é interessante destacar dois pontos:

1º - Preocupação com a construção das palavras, que deve estar relacionada às questões da vivência do aluno, ou, pelo menos, a um nível de compreensão que permita que o próprio aluno desenvolva seus conhecimentos. Segundo Dascal, citado por Bortoni-Ricardo (2008, p. 619), ao comparar o texto a camadas de cebolas, cujas camadas internas representam o núcleo da informação e as camadas externas o conhecimento baseado em nossas crenças e valores pessoais, a compreensão da leitura será a relação do entendimento e da linguagem internas do texto, somados a suas experiências externas. Portanto, a linguagem a ser adotada nos livros didáticos deve estar o mais próximo possível da representação de mundo dos alunos.

2º - A experiência sobre a leitura dos livros didáticos nos mostra, como elemento importante, que a compreensão do aluno se dá por uma ação direta do professor, que atua como um agente de “letramento” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 637), fazendo com que eles (os estudantes) aproveitem ao máximo a leitura do livro.

Portanto fica evidenciado a necessidade de se pensar em um acompanhamento, de como o livro didático pode ser utilizado em sala de aula, e fora dela, além disso, a necessidade de elaboração de novos materiais didáticos ou paradidáticos, nos quais a linguagem acadêmica seja “traduzida” ao jovem, sem perder, obviamente, seu conteúdo e sua função na formação dos alunos. Este trabalho parte dessa necessidade e da apresentação dos planos de aulas com recortes locais, além de lançar-se, no contexto de formação profissional, o desafio de elaborar uma proposta de material didático de compreensão fácil a professores que possa, igualmente,

ser de fácil aplicação na medida em que esses recursos poderão ser disponibilizados no portal do professor, do MEC, hoje uma das ferramentas que os professores do ensino médio podem utilizar.

Além do que foi apresentado, torna-se, igualmente, importante pensar no livro como elemento de capital cultural, aliás, como já se antecipou aqui. Nessa perspectiva - tendo por base o conceito de capital de Pierre Bourdieu (Outhwaite, 1996) -, não se trata de pensar no uso do livro de forma instrumental e que os resultados sejam vistos como mérito daqueles que os usaram. O acesso à informação é um bem que traz na trajetória daqueles que os têm significados diferentes. No plano da educação, o princípio é nivelar e/ou garantir as mesmas oportunidades para todos. Neste sentido, Di Giorgi (2013) relaciona aprendizagem e cultura da seguinte forma:

A aprendizagem exige que os receptores dominem os códigos utilizados na produção dessa comunicação, uma vez que a escola se utiliza de padrões da cultura dominante. Assim, grupos familiarizados com esta cultura têm, naturalmente, mais facilidade em sua vida escolar, o que é constantemente interpretado ou como capacidade inata ou de inteligência própria do indivíduo. (Di Giorgi, 2013, p. 1048).

Portanto, não se trata de uma capacidade “inata”, mas de condições construídas socialmente. Nesse sentido, a escola, para Di Giorgi, atua como reprodutora das desigualdades sociais, daí a importância do livro didático que não será apenas uma apostila encadernada, mas para muitos estudantes e familiares uma fonte de informação importante, em especial em nossa realidade na qual os custos dos livros tendem a representar um dos fatores dos baixos níveis de leitura. Nos locais mais distantes, além dos fatores apresentados, pode se constituir nas poucas fontes de informação segura e de qualidade.

Essas questões remetem à preocupação sobre a confecção dos livros, em especial de Sociologia, que assim como das demais disciplinas são orientados e recomendados pelo Guia de Livros Didáticos. O PNLD lança editais para a inscrição de livros que serão recomendados às escolas públicas. Se inscrevem as editoras interessadas em participar do edital. O processo de seleção que compõem o PNLD é formado por equipe e comissão técnica que têm a missão de discutir e avaliar princípios básicos que devem compor a elaboração dos livros.

Segundo o PNLD devem ser respeitados os seguintes critérios:

Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia;  
Garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas;  
Permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social;  
Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a

autonomia (PNLD, 2011, p.8).

Além da comissão, uma equipe de pareceristas é escolhida para que avaliem os livros didáticos, que não podem ter nenhum tipo de identificação de autor e/ou editora. Os pareceres observam o seguinte: (1) critérios de legislação; (2) critérios teóricos conceituais; (3) critérios didático-pedagógicos; (4) critérios didático-pedagógicos - atividades e exercícios; (5) critérios de avaliação de imagens; e (6) critérios de editoração e aspectos visuais; e (7) manual do professor.

Essa normatização tem por objetivo zelar por uma qualidade técnica, mas, além disso, possibilitar que o estudante exerça uma atividade de reflexão, estranhamento e ressignificação do que se estuda. No caso específico do tema dos Movimentos Sociais pretende-se, aqui, verificar qual a percepção que é passada sobre o tema e quais os caminhos que podem levar o leitor a utilizar-se dos recursos da imaginação sociológica (Mills, 1982) como critério da reconstrução da realidade (Berger, 1972).

### **3.4 Do Plano Nacional do Livro Didático aos primeiros didáticos: alguns apontamentos**

Com a aprovação da obrigatoriedade e presença da disciplina de Sociologia no ensino médio em 2008, o edital seguinte do PNLD já contemplava a seleção de um livro didático, sendo que, dos 12 livros inscritos no edital de 2011, apenas dois foram aprovados, como já havíamos antecipado: *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dácio Tomazi e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, de Bianca Freire de Medeiros e Helena Bomeny.

Para a análise inicial será utilizado o livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dácio Tomazi, por ter sido utilizado anos 2012, 2013 e 2014 - vigência do primeiro PNLD de Sociologia - nas escolas do ensino médio da rede pública do Estado de Pernambuco. Ressalta-se que os dois livros aprovados nesse primeiro edital demonstraram, conforme o próprio Guia PNLD - 2012 (2011), atender às Diretrizes Curriculares e às Orientações Curriculares.

Para tanto, procurei listar os principais tópicos em que aparecem diferentes tipos de Movimentos Sociais e os autores tratados por Tomazi. Conforme os capítulos, temos o seguinte:

*Os Movimentos Sociais – Capítulo 15*

As greves trabalhistas

Movimentos *conjunturais* [grifo meu]

Movimento por melhores condições de vida na cidade - transporte, habitação, educação,

saúde;  
 Movimentos no campo;  
 Movimentos étnicos;  
 Movimentos feministas;  
 Movimentos ambientalistas;  
 Movimentos estudantis.

*Autores citados:*

Axel Honnetth - A luta por reconhecimento;  
 Émile Durkheim - El Socialismo;  
 Karl Marx - não cita uma obra específica;  
 Simone de Beauvoir - não cita uma obra específica.

Como exemplos de Movimento Social contemporâneo são citados os seguintes:

Movimento ambiental  
 Movimento Feminista

*Autores citados para os movimentos feministas e suas obras:*

Simone de Beauvoir - *O Segundo Sexo*  
 Betty Friedan - *A mística feminina*;  
 Kate Millet - *Política Sexual*;  
 Juliet Mitchell - *A condição da mulher*.

*Os Movimentos Sociais no Brasil – Capítulo 17*

No início do capítulo, Tomazi apresenta a contextualização histórica da realidade brasileira para ampliar a visão sobre os Movimentos Sociais, tratando-os desde a colonização, com a luta dos índios e africanos, passando pelas revoltas regionais no Império e República, resgatando, igualmente, momentos importantes da história do Brasil, como, por exemplo:

A inconfidência mineira (1789-1792);  
 Conjuração Baiana (1796-1799);  
 Guerra de Canudos (1893-1897);  
 Guerra do Contestado (1912-1916); e  
 Coluna Prestes (1924);

Em termos de apresentação percebe-se a ênfase sobre os Movimentos Sociais clássicos,

vistos a partir de suas ações coletivas, buscando objetivos comuns. No entanto, Tomazi (2010, p. 143) faz uma crítica ao afirmar que, com a institucionalização dos Movimentos Sociais, eles tendem a perder vigor nas suas lutas. Nas Palavras do autor:

Ao se institucionalizar, correm o perigo de perder o vigor, pois, para continuar sua ação, devem, também, obter recursos e assumir gastos com aluguel de uma sede, telefone, pessoal de apoio fixo e materiais (Tomazi, 2010, idem).

Que perspectiva sociológica é possível a partir de uma visão que aparenta pragmatismo? Ou que possa dar a impressão do que deva ou não fazer um movimento social? Parte desse questionamento se dá em razão das próprias concepções que alguns alunos possam ter dos Movimentos Sociais, quase sempre vinculados na grande mídia como algo que traz transtornos à população e/ou mesmo vinculados a práticas de segmentos que atentam contra a ordem pública.

Apesar das apresentações e das abordagens acerca dos Movimentos Sociais, a primeira concepção é a dos Movimentos Sociais vinculados à causa operária e, de forma particular, à organização das greves, como instrumento de mobilização dos movimentos dos trabalhadores. Chama atenção o box da página 145 (referente à versão do livro aprovado no PNLD 2012) com fragmento do texto do sociólogo Émile Durkheim, que trata da percepção dos Movimentos Sociais como uma condição moral, conforme podemos ver no fragmento do texto que se segue: “*O que domina não é a situação de nossa economia, senão o estado de nossa moralidade*” [grifo meu].

Primeiro, por se tratar do texto clássico, pode ocorrer, para muitos estudantes uma dificuldade de compreensão no contexto em que se escreve - isso porque não há nenhuma contextualização sobre o que está exposto - e, segundo, por ser uma linguagem sociológica. O segundo problema é que Karl Marx é referenciado tratando do movimento operário e da greve como forma de mobilização, no entanto, não há nenhum fragmento de texto - como apresentado em Durkheim - e/ou mesmo maior aprofundamento, sobre o que está ali citado.

Ao tratar tema dos Movimentos Sociais na contemporaneidade, apenas dois movimentos são citados: o movimento ambiental e o feminista. Por serem movimentos de âmbito mundial, ambos são vistos de maneira muito genérica. Por exemplo, não há nenhuma menção ao Greenpeace e ao WWF (ONG de caráter também ambientalista), que nos países que em atuam tem papéis específicos; no entanto, pergunta-se: quais as atividades desses movimentos no Brasil? Já o movimento feminista é visto muito mais pelo viés histórico, que por suas contribuições, não há referências de como o mesmo está presente na contemporaneidade. Assim como no primeiro caso, não contempla as possibilidades e

variâncias que podem ter os movimentos feministas no mundo e no Brasil. As lutas das mulheres por igualdade, as relações de gênero, no trabalho, na educação, na política, e todos os campos da vida social, vincula-se a uma perspectiva histórica, mas não se encerra com ela. Sente-se falta de uma mais visão sociológica, que deveria abordar o quanto esses movimentos contribuem para a construção da igualdade e fortalecimento da cidadania. O que se lê é apenas a descrição de seus temas, pautas e não como essas questões podem ser relevantes na desconstrução de valores que causam a desigualdade e não promovem a cidadania.

No Capítulo 17, muito pouco se apresenta sobre os Movimentos Sociais contemporâneos. No entanto, vê-se uma boa contextualização histórica sobre os Movimentos Sociais, mostrando desde o período colonial, do movimento de Canudos à Coluna Prestes, até os movimentos pela redemocratização, dos anos 1980. No entanto, para os anos 2000, muito pouco é dito. Apenas dois exemplos: o Movimento dos Trabalhadores dos Sem Teto e um caso sobre “A revolta dos Estudantes” (Tomazi, 2010, p. 166).

Outros elementos a serem considerados nesse livro são as imagens usadas para exemplificar o tema dos Movimentos Sociais. No Capítulo 15, que apresenta o tema de modo mais conceitual, as imagens empregadas são sempre de manifestações, passeatas, com exibição de faixas. Chama atenção a imagem utilizada para tratar dos movimentos ambientalistas. Mostrando a imagem de um mergulhão coberto de petróleo é das poucas imagens que fazem uma contextualização diferenciada sobre a imagem de Movimentos Sociais.

Fotografia de Domingos Peixoto/O Globo  
(Tomazi, 2010, p. 148)



Imagem 1<sup>1</sup>

Com relação ao Movimento Feminista, este é ilustrado com a foto da capa da partitura do hino “A Marcha das Mulheres” (idem), fazendo referência à luta pelos votos (ver Imagem 2, abaixo). Mesmo considerando que o espaço dedicado a cada tema é pequeno, diante da complexidade que a própria literatura sociológica abrange, o assunto é tratado historicamente

e traz poucas reflexões sobre as estruturas sociais e as condições que levam a organização de um movimento, ou seja, a imagem pode nos remeter que a luta das mulheres é apenas pelo voto, em dado tempo histórico. Deve-se ressaltar que o texto é mais abrangente. No entanto, por estar muito preso a características históricas, não reflete ao que se poderia remontar ao próprio contexto em que o livro foi escrito. Já a segunda imagem, apresentando um ato público, no ano de 2005, na cidade de Tóquio, Japão, no qual protesto é contra os estereótipos ocidentais; é das imagens que mais se aproximam do contexto atual e que pode ser mais facilmente lida pelos estudantes.

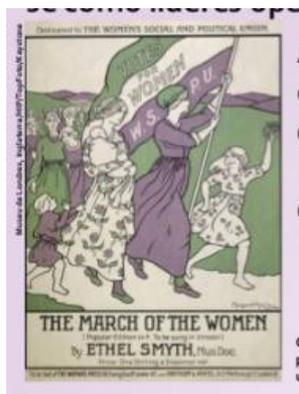


Imagem 2<sup>11</sup>

Já as imagens do Capítulo 17, “Movimentos Sociais no Brasil”, nas duas primeiras páginas (158 e 159) há três mapas que são lidos e compreendidos a partir do texto principal. O que poderia ser passível de crítica pode, igualmente, nos levar a considerar sobre o papel da interdisciplinaridade, em que a Sociologia pode dialogar com outras formas de linguagem, neste caso, a partir de mapas (Geografia). Chama atenção, mais uma vez, a presença da forte contextualização histórica em detrimento de uma maior abordagem sobre os Movimentos Sociais nas duas últimas décadas, por exemplo. Quanto às demais imagens, com exceção das que fazem referência ao MST e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, elas reportam mais aos momentos históricos (Tomazi, 2010, p. 164-165), como, por exemplo, ao movimento de Canudos (1887) e à ANL (Aliança Nacional Libertadora e o levante de 1935). Ou seja, todo o período das décadas de 1990 e 2000 não está representado como exemplos de atuação dos Movimentos Sociais no Brasil.

O final desses capítulos, que também marca o final da unidade 5, “Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais”, terminam com a leitura complementar de dois artigos e sugestões de

<sup>11</sup>Essa imagem compõe a discussão sobre movimento feminista (Tomazi, 2010, p. 149).

leituras. O primeiro artigo “Manifestantes de Aluguel”<sup>12</sup> mostra a iniciativa de um grupo de empresários na contratação de “manifestantes de aluguel”, isto é, pessoas que são contratadas para engrossar uma determinada manifestação, fenômeno apontado na Alemanha. Mesmo o artigo querendo demonstrar outro problema, por exemplo, a falta de mobilização espontânea da população, por parte do autor do livro Nelson Dácio Tomazi, não há uma contextualização do problema do ponto de vista sociológico. Então, corre-se o risco de induzir, e até mesmo reforçar, a ideia de que os Movimentos Sociais podem ser algo para “desocupados”. Conforme tratarei mais adiante na discussão sobre a questão das perspectivas sociológicas, com fundamento em Berger, o tipo de contextualização, de apresentação dos temas e até mesmo o uso de um teor ideológico não são cabíveis no âmbito de uma análise sociológica, sobretudo quando esta reforça apenas o que já está dito pelo senso comum. Nesse caso, sem maior contextualização, a primeira informação lida é a que os Movimentos Sociais partem de um mesmo princípio de organização, mesmo que a realidade lida seja na Alemanha.

Já o segundo texto é de uma especialista sobre o tema, Maria da Glória Gohn, a única referência, de fato, sobre os Movimentos Sociais na contemporaneidade. O título do segundo artigo é: “Os Movimentos Sociais e as transformações recentes”. Sobre esse artigo chama atenção o seguinte trecho da Maria da Glória Gohn:

Nos anos 90, os antigos militantes envelheceram, ou cansaram-se, ou tornaram-se dirigentes de organizações, parlamentares, etc. Os poucos novos que surgiram passaram a atuar de forma radicalmente diferente. O slogan “o importante é ser feliz” é bastante ilustrativo.

Trata-se apenas de um fragmento num contexto que fala das mudanças e de novos Movimentos Sociais, no qual a própria Gohn faz análises mais profundas (conforme visto no capítulo anterior). A própria autora parte de perspectivas que não tratam apenas da fragilidade - como é visto nos fragmentos -, mas de novas formas de organização que têm pautas diferenciadas para uma realidade social que se modificou ao longo dos anos, ou seja, não são as mesmas estruturas sociais, políticas e econômicas da época em que são descritos os Movimentos Sociais nestes capítulos. Os dois artigos tendem a trazer uma visão de finitude desses movimentos, o que contraria a sua própria definição. Se o tema está, em sua essência, tratado de forma apenas histórica. A ideia de mudança social e “desconstrução” de saberes parece contrariar a perspectiva de Berger (1972, p. 60): “viver na sociedade moderna significa viver no centro de um caleidoscópio de papéis em constante mutação”.

Com relação aos livros indicados ao final, temos o seguinte:

---

<sup>12</sup>Ver: [http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070116\\_manifestantealuguel\\_ac.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070116_manifestantealuguel_ac.shtml). Acessado em 02/07/2015.

- *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, de José Murilo de Carvalho;
- *O que é cidadania*, de Maria de Lourdes.

Como sugestão de filmes:

*O que é isso companheiro?* (Brasil, 1997);

*O velho* (Brasil, 1997);

*Sacco e Vanzetti* (Itália, 1972);

*Spartacus* (EUA, 1960)

Ressalta-se que esta primeira avaliação não visa desqualificar o livro e o tema dos Movimentos Sociais, mas apontar brechas que levem o professor-sociólogo a não se acomodar apenas tendo o livro como referência. O próprio Guia PNLD 2012 (2011) adverte para a dificuldade de se transpor um conhecimento científico que se consolidou longe do ensino médio. Ressalta-se que entre a obrigatoriedade da disciplina no currículo do ensino médio, em 2008, e esse primeiro edital do PNLD - Sociologia, em 2011, o espaço de tempo é curto. E, na prática de ensino, sua incorporação não deveria ficar centrada no livro do professor, mas, sim, na possibilidade de reflexão também daqueles a quem o livro didático se destina, ou seja, os estudantes do ensino médio e até mesmo às pessoas de sua casa, sendo muitas vezes o livro didático uma das poucas oportunidades destes à informação impressa.

Em Tomazi (2010), a descrição sobre o tema dos Movimentos Sociais pode ser criticada a partir do roteiro presente no próprio Guia do Livro Didático de 2012, quando, por exemplo, nota-se a ausência de autores contemporâneos, em especial brasileiros, que estudam o tema. No Capítulo 15, “Os Movimentos Sociais” são citados apenas Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883) e Simone de Beauvoir (1908-1986). Já no Capítulo 17, “Movimentos Sociais no Brasil”, apenas Maria da Glória Gohn é citada. Ressalta-se, ainda do ponto de vista teórico-conceitual, a boa contextualização histórica, elemento, igualmente, importante para a compreensão do tema estudado, mas não os únicos em se tratado de ensino de Sociologia.

Em realidade tão diversa como a brasileira, o processo de desnaturalização não parece tão evidente, quando, no Capítulo 15, são apresentados apenas dos dois Movimentos Sociais contemporâneos (movimento ambiental e feminista), com imagens já utilizadas pela mídia. Seguindo o mesmo roteiro crítico do Guia 2012 (2011), os dois capítulos poderiam apresentar informações de outras fontes, a exemplo de pesquisas sobre o tema e/ou outras manifestações culturais e artísticas que auxiliassem numa melhor apresentação do assunto.

Ressalta-se, já a partir dessa primeira experiência com o livro didático, a necessidade de criar novas fontes de material didático, somado ao fato de que em muitos casos a disciplina

apresenta um déficit de professores de Sociologia em sala de aula. Como já exposto aqui, segundo dados do INEP, apenas 10,3% dos professores de Sociologia em Pernambuco tem formação de licenciatura em Ciências Sociais<sup>13</sup>. A própria experiência do PNLD - Sociologia resultou em melhoras, a começar pelos seis títulos impressos e quatro livros digitais aprovados, no último edital. Lembrando que, no primeiro edital, foram aprovados apenas dois títulos. Quantos aos critérios de aprovação permaneceram os mesmos, o que indica melhorias por parte de escritores e editores na submissão de títulos para aprovação.

Seguindo com as análises dos livros didáticos, a partir dos critérios apresentados no II PNLD, o mais recente, busquei a comparação dos capítulos “Os Movimentos Sociais” (Capítulo 15) e “Movimentos Sociais no Brasil” (Capítulo 17), do livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Tomazi (Tomazi, 2013). Os capítulos do livro aprovado no PNLD-2015 contém a seguinte estrutura:

Estrutura do Capítulo 15 - “Os Movimentos Sociais”:

- Confrontos e parcerias;
- O recurso da greve;
- Box: nas palavras de Durkheim;
- Os Movimentos Sociais contemporâneos;
- O movimento ambiental;
- O movimento feminista;
- Box: O segundo sexo (texto de Branca Moreira Alves)
- Box: os indignados (texto retirado da internet)

Estrutura do Capítulo 17 - “Os Movimentos Sociais no Brasil”:

- Período Colonial;
  - Movimentos indígenas e de escravos;
  - Movimentos pela independência;
- Período Monárquico;
  - Revoltas regionais;
  - Movimentos nacionais;
    - Movimento abolicionista;
    - O movimento republicano;
- Período republicano;
  - Movimentos Sociais Rurais;
    - Movimentos messiânicos: Canudos e Contestado;
    - Movimentos e organizações atuais;
- Movimentos sociais urbanos;

---

<sup>13</sup>Fonte:[http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=149:mercado-de-trabalho-para-os-soci%C3%B3logos-e-a-Sociologia-no-ensino-m%C3%A9dio&tmpl=component&print=1](http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=149:mercado-de-trabalho-para-os-soci%C3%B3logos-e-a-Sociologia-no-ensino-m%C3%A9dio&tmpl=component&print=1).

- Movimentos Populares;
- Movimentos ligados à situação de trabalho;
- Movimentos sociais contra as discriminações:
  - Movimento negro;
  - Movimento das mulheres;
  - Movimento LGBT
- Movimentos militares e movimentos civis
  - Revolta da Armada e da Chibata;
  - Movimentos tenentistas;
  - Movimentos e levantes políticos da década de 1930;
  - Movimentos cívico-militares golpistas nas décadas de 1940 a 1960;
  - Movimentos contra a ditadura militar de 1964 a 1985;
- Movimentos sociais nos últimos anos: politização e despolitização;
- Cenários nos Movimentos Sociais no Brasil (seção com dois textos e questões para reflexão no final);
- Leituras e atividades;
- Sugestão de filmes;
- Conexão de saberes;
- Bibliografia.

Com relação ao Capítulo 15, referente ao texto principal, comparativamente ao livro anterior de Tomazi, aqui já analisado, não houve mudanças substanciais. Alguns títulos de seções foram modificados, outros foram suprimidos. Na seção “Nas palavras de” (box), conservou-se o mesmo texto de Durkheim utilizado no título anterior. Com relação aos Movimentos Sociais recentes, apenas dois são citados, os mesmos da edição anterior: movimento ambiental e movimento feminista. As novidades estão nas imagens com atualização, que os aproximam do contexto atual, embora a perspectiva seja sempre a de pessoas nas ruas com faixas e/ou bandeiras. Das dez imagens, cinco datam do ano de 2011 e quatro de 2012, apenas uma - de 2005 - utilizada para comparação entre os dois movimentos (Tomazi, 2013, p. 206). Já as gravuras foram as mesmas da versão anterior. Com relação às imagens, a novidade não está no ano em que foram geradas, mas por representarem circunstâncias e movimentos diferentes. No caso do movimento ambiental é citado o caso da Usina de Belo Monte (idem, p. 199). Outro exemplo foi a ação do Greenpeace na cidade de Santiago (Chile), ou seja, exemplos de Movimentos Sociais diferentes e atuantes, algo que faltava na primeira versão. Já para o movimento feminista, a imagem da manifestação “Macha das Vadias”, ocorrida em junho de 2011, na cidade de São Paulo, ilustra novas formas de atuação do movimento, vindo a desconstruir a impressão de que a luta das mulheres estava apenas voltada ao direito ao voto e/ou às reivindicações dos anos 1960, tendo como

representante a escritora Simone de Beauvoir – embora se destaque sua grande contribuição na luta das mulheres por igualdade.

No final do Capítulo 15 foi inserido um box cujo título do texto é: “Os indignados”. O texto trata do contexto atual dos movimentos que surgem a partir de 2010. Com referências a análises mais contemporâneas, o fragmento do texto é interessante por conter, em linguagem acessível (mais jornalística, embora não superficial), as razões pelas quais acontecem essas movimentações. A última seção denominada “Cenários” enriquece com informações e discute a maneira como o tema aparece nos sites de notícia e opinião, material que poderia demonstrar com maior profundidade como acontecem as mobilizações a partir do cenário político e social, mas sente-se falta, neste caso, da apresentação de conceitos e teorias explicitados por autores que estudam o tema. Essa presença de conceitos e teorias poderia reforçar a compreensão das leituras dos textos que aparecem no final do capítulo. Após esses textos são propostas duas perguntas que poderiam ser bem mais trabalhadas em sala de aula.

O Capítulo 17, “Movimentos Sociais no Brasil”, passou por maiores reformulações. Além das novas seções, conforme apresentadas, os textos foram reescritos dando maior clareza sobre o assunto. Destaca-se a importância sobre os Movimentos Sociais históricos no Brasil, a exemplo do movimento abolicionista, os movimentos messiânicos, que já constavam na versão anterior.

Sobre os movimentos e organizações sociais atuais Tomazi faz referência ao MST, descrevendo sua trajetória a partir de 1955, com a formação das ligas camponesas, além de ressaltar como sendo um dos mais atuantes no país. Outro movimento ligado ao meio rural apresentado como é o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, organizando na década de 1970. Essa organização não tinha sido citada no livro do PNLD-2012, mas o que chama atenção (além da novidade) é que por ser um movimento pouco conhecido poderia contar com um pouco mais de informações; nesse sentido surge um problema (que pode ser estendido aos demais livros): a falta de uma contextualização sociológica, ou seja, qual a natureza do problema sociológico propiciado pela existência de tais movimentos? A leitura, à primeira vista, pode fazer pouco sentido para quem o lê pela primeira vez e/ou apenas trazer uma informação de mesmo teor que às pesquisas realizadas em buscas de sites de pesquisa, daí a necessidade de contextualizar.

Pensando sobre a perspectiva sociológica, Berger (1972, p. 40) recomenda “olhar por trás dos bastidores”. Portanto, devemos analisar e ensinar - sempre que possível - que a compreensão da sociedade está também no entendimento das estruturas que a sustentam. Não é apenas o que está visível nas estruturas e/ou o que está posto no cotidiano. Mas também os

fundamentos ideológicos, os interesses e as tramas sociais que se estabelecem na constituição da realidade social. Daí a importância de mostrar os Movimentos Sociais como práticas de um comportamento político que buscam alternativas a modelos já estabelecidos ou a estruturas de poder que tendem a beneficiar apenas um segmento. Trazendo o exemplo do MAB (Movimento dos atingidos por Barragens) a questão não é apenas a expulsão de suas casas e terras, que as famílias perdem, são igualmente importantes os laços afetivos, as tradições e as histórias dissolvidas por grandes construções que desconsideram valores fundamentais da condição humana. Questões de cidadania que não podem ficar circunscritas apenas ao relato histórico.

Ao professor-sociólogo caberia “ver além das fachadas das estruturas sociais” (Berger, 1972, p. 41) Essa atitude envolve exercício de esforço intelectual, a necessidade de mergulhar nas “histórias”, perceber como as interações foram se estabelecendo, nas perspectivas que os indivíduos vão estabelecendo. Não simplesmente desconsiderando o valor que tem a contextualização dos fatos, mas perceber quando começa e onde está o problema sociológico.

Na seção “Movimentos Sociais Urbanos” três exemplos de movimentos são referenciados: a Revolta da Vacina, de 1904, no Rio de Janeiro; o Movimento contra o Custo de Vida (MCV), de 1973, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de 1997. Logo em seguida, o capítulo trata dos movimentos ligados ao trabalho com uma rápida citação do movimento anarquista influenciando os movimentos sindicais e sociais no início do século XX (Tomazzi, 2013, p. 224). Um dos problemas visto nessa sequência é tratar os movimentos anarquistas como herança de uma tradição de migrantes italianos e, por isso, algo que não se faz presente mais. Caberia, no momento atual, uma discussão específica sobre os movimentos anarquistas na atualidade. Ressalta-se que a nova tendência do movimento anarquista no mundo tem acontecido por meio das redes sociais. Um dos mais conhecidos é o Black Blocs, que estiveram presentes nas manifestações de junho de 2013. No entanto, sua forma de atuação é anterior a essa data, tem origem nos ideólogos anarquistas do passado. Por tratar de um movimento que se utiliza das redes sociais e de grande maioria de jovens, caberia uma informação aos jovens sobre esse movimento, que, na maioria dos locais por onde atua, tende a ser criminalizado, tendo em vista sua ação diferenciada em relação aos demais movimentos.

A novidade desse Capítulo 17 está na seção “Movimentos sociais contra as discriminações” (Tomazi, 2013, p. 225). Com a lei 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileiras e indígenas, a inserção do tema do movimento negro que vem num momento oportuno, com isso não se quer afirmar que o breve

conteúdo substitui o tema das relações étnico raciais, que tem agora uma especificidade como disciplina, mas demonstrar a importância de um movimento que devido há anos de luta e resistência tem conseguido criar novas alternativas por reconhecimento. Trazendo em perspectiva a importância do TEN (Teatro Experimental Negro), o autor indica que o processo de luta desses movimentos busca por meio da cultura despertar a consciência e a importância dos negros no Brasil.

O segundo movimento, dessa seção, trata do movimento das mulheres. Repetindo muitas questões do capítulo anterior, não chega a tratar das diversidades que há entre as pautas do movimento. Com viés demasiadamente histórico, não há problematização sobre os movimentos feministas no Brasil, inclusive, a única imagem que aparece na seção mostra um ato público realizado em São Paulo na década de 1980.

Por fim, o terceiro movimento é LGBT. Num contexto de grandes discussões sobre luta por direitos e reconhecimento, pelo lado do movimento e, de outro, por repressão-, pelo lado de setores conservadores da sociedade-, alguns, inclusive, propondo algo já banido, como a proposta de congressistas Brasileiros em defesa de um projeto de lei que ficou conhecido como a “cura gay”, o tema é bastante oportuno, em especial para jovens que podem e devem discutir o tema das diferenças e das escolhas que envolvem a sexualidade. É, igualmente, um dos temas que compõe um dos objetivos apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), em especial sobre a missão de mostrar o quanto a sociedade é diversa, e que todos devem ser respaldados no direito quanto à dignidade humana. Conforme as próprias concepções das DCNEM, podemos constatar como um dos objetivos da educação o seguinte:

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, *gêneros* [grifo nosso], origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. (DCNEM, 2010, p.20)

A seção em análise traz a problematização sobre as condições de violência que passam os segmentos LGBT, apresentando no fim demandas que os movimentos reivindicam.

Depois de apresentar os “Movimentos Sociais contra discriminação” tem-se a impressão de ocorrer uma “quebra” ao tratar dos “Movimentos Militares e Civis” (Tomazi, 2013, p. 229), por conter um caráter demasiadamente histórico. Esclarecendo que não se trata de minimizar os movimentos citados (Revolta Armada, Revolta da Chibata, Coluna Prestes), que tiveram papel importante, no entanto, ao não trabalhar com contextos mais próximos da época e realidade dos estudantes o debate sobre os Movimentos Sociais e suas implicações tende a

ficar mais distantes e até mesmo a reforçar estereótipos. Outro ponto que não fica claro é: por que não começar por esses movimentos históricos? Isso leva a questionar sobre a preocupação e a necessidade de definir o que deveria ser o campo ou conteúdo próprio da Sociologia. A maneira como está descrita a Coluna Prestes, por exemplo, diz muito pouco sobre os Movimentos Sociais. Nesse sentido, o que pode ser considerado próprio para o ensino da Sociologia?

A grande pergunta após a leitura dos textos dos “Movimentos Sociais” nos dois capítulos é qual a diferença entre o que é próprio da Sociologia e o que é próprio da História? Não se pretende desconsiderar o conhecimento histórico - que é fundamental na contextualização. No entanto, a Sociologia tem particularidades que a difere das demais áreas das humanidades. Isso não tira a possibilidade de interdisciplinaridade, no entanto, o olhar sociológico deve se dá com base, também, no que está sendo produzido nessa área do conhecimento. Isso constitui um desafio, algo que já foi apontado no último Guia do Livro Didático - Sociologia 2015 (2014).

Buscando construir uma perspectiva sociológica, Berger (1972, p.47) chama atenção sobre o que é o problema sociológico. O “problema” sociológico não está na mesma ordem do que as pessoas possam definir como algo a ser resolvido. Geralmente, esperam que o sociólogo aponte soluções para as questões da vida social, ou seja, pretendem que o sociólogo resolva os problemas da pobreza, da violência, questões voltadas ao comportamento e/ou mesmo que ele fale do problema político em termos de perspectivas de futuro. Esperam por uma solução “mágica” ao que, acreditam, seja um problema sociológico, e não social. Portanto, o problema sociológico é diferente de problema social. Segundo Berger, numa perspectiva sociológica, a prática (metodológica) consiste numa consciência sociológica, ou seja, na compreensão da realidade social a partir de uma interpretação dos sistemas sociais (Berger, 1972, p. 48). Como apontado, anteriormente, não ater-se à mera descrição, mas procurar ver “o que há por trás das cortinas de fumaça” (Berger, idem).

É esse olhar, ou pelo menos uma perspectiva que vise traçar características sociológicas, que o professor deve buscar, elemento que Berger (idem, p. 57) irá chamar da “não-respeitabilidade”, que é a capacidade de questionar, de pôr em dúvida e/ou mesmo de buscar outras formas alternativas de enxergar a sociedade. Isto não implica necessariamente uma atitude revolucionária (embora considere importante do ponto de vista da criação), tendo em vista que a concepção sociológica sempre traz seus riscos às formas de poder instituídas, ou aos defensores de interesses particulares. É a percepção que nos indica como recurso importante: “[...] insistiríamos em que a consciência sociológica predispõe uma pessoa para

uma percepção de outros mundos [...]” (Berger, 1972, p. 57).

A falta de “perspectivas sociológicas” tende a nos direcionar a temas distantes do mundo da vida, distantes da vida na cidade, nas comunidades e, por conseguinte, da vida dos estudantes. Numa sociedade cada vez mais dependente das tecnologias e que criou novas formas de sociabilidade pelas redes sociais, torna-se, também, importante mostrar como esses instrumentos são utilizados como formas alternativas na construção de cidadania e sua potencialidade, nas mobilizações que têm ocorrido nas últimas décadas. É preciso levar em conta as formas de ativismo digital e seus impactos sobre as formas de organização dos Movimentos Sociais.

Um exemplo das características do novo ativismo e dos novos movimentos (que não foram apresentados nesses capítulos analisados, nas duas versões do livro) é como os jovens utilizam as redes sociais para se mobilizar e reivindicar. Paralelo, assiste-se aos surgimentos dos neo-anarquistas, por meio do Black bocks, que, nas grandes cidades do mundo, têm utilizado as redes para se organizarem e difundirem seus ideais. Há, também, o caso de jovens que, por meio das redes sociais, marcam os “rolezinhos”. Sendo a grande maioria dos participantes moradores da periferia e negros. Buscam, de forma indireta, mostrar à sociedade sua condição de igualdade negada pelo próprio espaço que almejam utilizar. Nos dois casos, podemos, facilmente, discutir problemas relacionados à cidadania, as novas políticas de ocupações dos espaços públicos, quer sejam nos grandes centros urbanos e/ou mesmo nas cidades menores, que cedem espaço (e aderem) a uma lógica do consumo, e de um modelo de inclusão, cada vez mais pautada no mercado.

Aspectos marcantes têm acontecido nos últimos anos, no campo das mobilizações. A Primavera Árabe, ocorrida inicialmente na Tunísia, em 2010, estendendo-se ao Norte da África, os Indignados, em 2011, na Espanha, o Occupy Wall Street, nos EUA, as manifestações de rua em junho de 2013, nas principais capitais brasileiras, o movimento #Ocupe Estelita, no Recife, todos esses Movimentos Sociais não estão caracterizados no texto apresentado na página 237, da nova versão do livro de Tomazi, intitulado “Site alemão oferece ‘manifestantes de aluguel’”. Há algo dinâmico nesses novos movimentos, ao mesmo tempo contestatório - em especial ao modelo de capitalismo que não tem incluído os jovens ao sonho do consumo. Muito diferente da mensagem transmitida no livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*, de Tomazi.

A sociedade moderna é caracterizada pelas mudanças sociais, algumas vezes impulsionadas pelas novas tecnologias, outras pelas estruturas econômicas - embora seja difícil fazer a separação -, no entanto, partir dos pressupostos sociológicos, implica pensar o

quanto as estruturas sociais podem ser relativizadas, em consonância ao que Berger (1972, p. 61) denominou de “fluidez geral de cosmovisões”.

Essa questão serve para colocar um contraponto às duas versões do livro *Sociologia para o Ensino Médio*, até porque, nas duas versões aparecem, em alguns momentos, possíveis causas e motivações das mudanças sociais. No entanto, mesmo indicando objetivos pelos quais estas ocorrem, não é possível identificar o problema sociológico. Não está evidente o papel de desconstrução de uma realidade. O que motiva as pessoas a se organizarem em torno de uma causa? Quais as motivações e os interesses? As discussões no final dos dois capítulos ajudam a responder essas questões, mas não parecem ser suficientes. As leituras complementares poderiam estar no início de cada capítulo como forma de contextualizar o tema. O importante seria que os Movimentos Sociais aparecessem como características atuantes na sociedade e que se fizessem presentes, principalmente, em regimes democráticos (ou pelo menos sua forma de atuação livre), portanto, sendo um elemento da contemporaneidade. Indicando formas de identificá-los em nossa cidade, como alternativas aos modelos sociais, políticos e econômicos existentes.

Por fim, tanto no planejamento, como na avaliação o professor-sociólogo deve estar atento a dois elementos importantes no ensino da Sociologia: a desconstrução da realidade ou a sua desnaturalização, ou seja, de que modo o estudante pode ser capaz de sair do senso comum e pensar mais criticamente o tema e, segundo, de que modo (ou em que medida) pode enxergar os temas no contexto em que estamos inseridos?

O tema dos Movimentos Sociais (nos dois capítulos) cumpre os requisitos importantes previstos no PNL D – 2015, em especial da interdisciplinaridade das Ciências Sociais - uma discussão que pode ser facilmente conduzida pelo viés da Ciência Política, mas falha por não conter de forma explícita outro critério importante: o rigor teórico e conceitual. Destaco, principalmente, o aspecto teórico tendo em vista que poucos autores das Ciências Sociais são referenciados, problema que está presente nos dois capítulos. Leva-se em consideração que a própria abrangência do tema, em qualquer direção, poderia conduzir a uma diminuição de outros elementos, ou seja, se optar por mais teoria, até que ponto os temas poderiam se fazer presentes no capítulo? Essa é uma questão que aos poucos começa a ser resolvida, lembrando que o ensino da Sociologia - mesmo que consolidada - ainda precisa construir seus caminhos.

### 3.5 Novos títulos: ampliação de horizontes?

Com aprovação do PNLD-2015, mais livros didáticos de Sociologia, este trabalho amplia sua análise para as versões dos livros impressos, buscando observar e comparar os avanços e as novas possibilidades que foram criadas a partir dos dois editais.

O próximo livro a ser analisado é *Sociologia em Movimento*, escrito por vários autores e editado pela editora Moderna, ou seja, em sua referência: SILVA, Afrânio *et al.* *Sociologia em Movimento*. São Paulo: Moderna, 2013.

O capítulo acerca do nosso tema está organizado do seguinte modo:

- Abertura do capítulo: relaciona os objetivos e propõe a questão norteadora;
- Cronologia: traça uma linha do tempo com datas marcantes e fatos históricos etc.;
- Considerações sociológicas: “esmiúça” o tema - revela diferentes pontos de vista;
- Indicações: traz sugestões de filmes, documentários, livros e endereços eletrônicos;
- Saiba mais: informações complementares ao tema;
- Quem escreveu sobre isso: apresentação de autores;
- Glossário: esclarecimentos de conceitos;
- Instrumento jurídico: apresentam leis que regimentam a questão social - demonstra a importância do ordenamento jurídico na sociedade;
- Atividades: questões para pesquisa e debates, reflexões etc.; e
- MovimentoAção: proposta de atividades que visam ações vinculadas à política e à cidadania;

A primeira observação a ser comentada em relação ao livro *Sociologia em movimento* é a quantidade de autores: 19. O que pode demonstrar uma diversidade de especialidade maior, assim como uma riqueza de detalhes sobre o capítulo em análise, sem falar que o próprio título já remete a ideia do que este trabalho se propõe: “movimentos”.

O capítulo inicia com uma questão norteadora:

Qual o papel dos Movimentos Sociais na transformação política e na ampliação e manutenção dos direitos de cidadania da população?

A resposta a esta questão é apontada nas várias seções do capítulo, destacando a importância dos Movimentos Sociais para a conquista de direitos.

No início do capítulo temos a seguinte definição de Movimentos Sociais: “Movimentos Sociais, portanto, são ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação. Em geral envolvem confronto político e tem relação de oposição ou de parceria com o Estado”

(SILVA, Afrânio *et al*, 2013, p.196). Além disso, é visto como força para mudança social, vinculado ao princípio de construção da cidadania.

Apresenta de forma sucinta, através do infográfico, a história dos Movimentos Sociais no Brasil. Forma de apresentação simples, mas que leva o estudante a entender o percurso histórico dos movimentos ocorridos no Brasil e no mundo.

Outro aspecto diz respeito às imagens que fazem um diálogo com o texto de modo que ambos não fiquem descontextualizados. A imagem citada no texto transmite o conteúdo da realidade e como estão bem-dispostas nas páginas tende a tornar a leitura menos cansativa.

Na seção 3, “Características estruturais dos Movimentos Sociais”, o texto traz visões distintas quanto a características e modos de atuação. Vê-se de forma mais nítida o princípio da desnaturalização. Segundo Moraes (2010), esse processo de desnaturalização consiste em mostrar que os fenômenos sociais são construções sociais resultantes dessas mesmas relações, que têm, igualmente, como característica um contexto histórico que envolve decisões e interesses, ao contrário de uma perspectiva do senso comum que tende a ver os fatos como algo “natural”, muitas vezes definidos erroneamente como “culturais”. Portanto, Movimentos Sociais não são vistos apenas sobre uma perspectiva, sendo mais comuns àquelas voltadas às lutas reivindicatórias e/ou contra o Estado. A desnaturalização se dá quando observamos os movimentos como ações coletivas que pedem a transformação da sociedade ou como ações coletivas que visam à conservação de conquistas (SILVA, Afrânio *et al.*, 2013, p. 199).

Ao contrário das duas versões do livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Tomazi, a burocratização de alguns Movimentos Sociais não é vista como elemento que o descaracteriza, trata-o apenas como mais uma forma de organização, entre as possíveis, como podemos contatar:

A organização dos Movimentos Sociais varia de acordo com o grau de burocratização, o que pode levá-los a adotar meios institucionais de luta política, como ocorre com movimentos que se tornam ou se vinculam a partidos políticos ou, mais recentemente, a organizações não governamentais (ONGs) (SILVA, Afrânio *et al*, 2013, p.199).

A seção “Infográfico”, nas páginas 200-201, trata de uma pesquisa cujo título é “A corrupção e a cidade” trazendo um exemplo de atuação diferenciada de movimento social, saindo do que comumente aparece, a exemplo de manifestações com faixas de protestos. Nesse caso, específico, trata de uma associação que resolveu investigar os recursos públicos de algumas cidades. Além dos casos de desvios de recursos públicos em várias áreas sociais e de práticas abusivas, o infográfico é interessante por mostrar outra forma de atuação do movimento, numa forte relação com a ideia de cidadania e participação política.

As demais seções continuam com abordagem do tema, sobre a dicotomia entre transformação e conservação, na relação de parceria ou de confronto com o Estado. Essas diferenciações estão no modo como o Estado é governado. Se o Estado é centralizador a tendência é que as organizações sociais e políticas estejam em confronto, como aconteceu no período de regime militar (1964-1985). Em casos de sociedade mais democrática, os movimentos atuam a ampliação e cumprimento de direitos, fazendo pressão política ao mesmo tempo em que ao auxilia nas garantias constitucionais (SILVA, Afrânio *et al*, 2013).

O capítulo apresenta uma diferenciação entre os Movimentos Sociais tradicionais e os novos movimentos. Os movimentos tradicionais vinculados historicamente à luta dos trabalhadores são apresentados como movimentos que tem uma organização burocrática vertical e hierárquica, sendo representados pelos sindicatos e associações. Os novos Movimentos Sociais são apresentados como àqueles voltados as questões de identidade, direito às minorias e expressão de valores culturais. Por tratar de conteúdos voltados a estudantes do ensino médio, há uma seção para o movimento estudantil, mostrando seu papel de luta e transformação durante vários períodos do século XX, citando a UNE em dois momentos histórico do Brasil: nas lutas pela democratização do país – Movimento Diretas Já e o Fora Collor, que resultou no seu processo de impedimento, do então presidente.

Ainda sobre os novos Movimentos Sociais, apesar de tratar dos seus objetivos, a problematização sobre essas novas ações não está explícita. Parte do problema se deve a falta de referências de autores. Ao tratar dos movimentos tradicionais se referência autores como Marx, Engels e Lênin, com relação aos novos movimentos nenhum autor é tido como referência.

A seção “Considerações sociológicas” traz o texto “Occupy Wall Street” tratando das manifestações de 2011 em vários países. Um evento recente, dentro de uma perspectiva histórica, que poderia está início ao capítulo, servindo como leitura para introduzir o tema dos Movimentos Sociais e sua relação com o cotidiano e/ou mesmo com movimentos da cidade e/ou do bairro.

Já na seção “Instrumento jurídico”, o autor faz uma breve introdução ressaltando que, apesar de não ter uma legislação específica, num Estado Democrático de Direito, devem ser respeitados os princípios da liberdade individual e a ordem pública (SILVA, Afrânio *et al*, 2013, p. 209). Chama atenção para duas constituições federais, uma democrática e outra do regime militar, explicitando as diferenças sobre os princípios que norteiam cada uma, destacando na introdução do capítulo as formas de atuação dos Movimentos Sociais em cada período.

As atividades do capítulo, vindas ao final, estão intercaladas. A primeira está após a legislação e de um texto; a segunda, logo após as indicações de leitura, e contém um bloco de três perguntas, seguida das questões de pesquisa. As indicações de filmes, livros e sites estão voltadas ao tema dos Movimentos Sociais. Com relação aos filmes, são indicadas três produções nacionais, “Eles não usam Black-Tie” (1981), “Terra para Rose” (1987), “O Sonho de Rose” (2000).

Por fim, o capítulo traz elemento, ainda pouco usado, que é a associação do ensino e a pesquisa. Em “Movimentação”, ao propor a criação de um jornal, o livro cumpre o 4º critério de avaliação do PNL, didático-pedagógico, que além de trabalhar com as diferentes competências dos alunos estimula a interdisciplinaridade com outras disciplinas.

O final do capítulo conta com uma vasta bibliografia sobre o assunto, o que marca uma contradição, tendo em vista as poucas referências a autores dentro do texto principal.

Outro título aprovado foi *Sociologia para jovens do século XXI*, de Luiz Fernandes de Oliveira<sup>14</sup>. O capítulo está organizado do seguinte modo:

- Box – com texto sobre “Movimentos Sociais e direitos”
- Definindo e caracterizando os Movimentos Sociais;
- Movimentos Sociais e a revolução socialista;
- Movimentos Sociais no Brasil contemporâneo;
- O surgimento dos novos Movimentos Sociais;
- Movimentos Sociais no século XXI;
- Interdisciplinaridade;
- Interatividade;
- Pesquisando e refletindo.

O Capítulo 15, “Você tem fome de quê?” - Movimentos Sociais ontem, tem início com um box que traz um fragmento de texto escrito por Solon Eduardo Annes Viola intitulado “Movimentos Sociais e direitos”. Nesse texto há uma crítica à globalização, ao mesmo tempo em que denuncia as desigualdades sociais presentes no Brasil. O texto aparece antes da definição de Movimentos Sociais, mas indica que, ao lado dos problemas sociais, explicitados no texto anterior, a ideia está vinculada aos Movimentos Sociais.

O conceito de Movimentos Sociais aparece logo na seção “Definindo e caracterizando os Movimentos Sociais”. Não está presente uma definição explícita sobre Movimentos

---

<sup>14</sup>OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

Sociais, mas uma caracterização destes e de suas formas de atuação. Nesse sentido, o autor aponta: “Temos que compreendê-lo como um fenômeno intrínseco às sociedades e resultantes sempre de algum tipo de ‘conflito’” (Oliveira, 2013, p. 233). Mesmo vinculando-o ao conceito de mudança social fica evidente, ao longo do capítulo, que uma das condições dos Movimentos Sociais - levando em conta suas características históricas - é o conflito, ou seja, os Movimentos Sociais são resultantes de discordâncias e de lutas que visam a ampliação de direitos. Ação coletiva é vista pelo autor como forma e recursos de organização para amenizar a opressão (idem, p. 234)

Outro ponto a ser ressaltado - ao contrário do capítulo visto em *Sociologia em movimento* - o Estado é visto apenas como mantenedor de uma ordem, de um *status quo*, “já que quase sempre ele representa os interesses das classes dominantes” (idem, p. 234).

A seção “Movimentos Sociais e a revolução socialista” contextualiza o tema a partir da teoria de Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo Oliveira (2013, p. 234), esses autores contribuíram de modo significativo para a postura dos Movimentos Sociais, levando a um modo de atuação mais político, tendo a teoria marxista, influenciado o movimento operário e grande parte das mobilizações durante o século XIX e XX. Essa seção é importante, por trazer uma perspectiva teórica ao tema contextualizando historicamente, mas sem perder a perspectiva sociológica e de como se compõem os movimentos hoje.

Em “Movimentos Sociais no Brasil contemporâneo” a maior parte da seção ficou muito presa à contextualização histórica e as influências teóricas dos movimentos sindicais do início do século, nesse caso, citando o anarco-sindicalismo, que, por tratar de um conceito específico, poderia ter alguma nota de explicação (algo que não aparece no capítulo). Outros Movimentos Sociais foram citados como “contemporâneos”: Guerra de Canudos (1896-1897), A Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910) (Oliveira, 2013, p. 237).

Ao tratar sobre “O surgimento dos novos Movimentos Sociais” o autor marca a década de 1960 como momento das novas formas na organização dos Movimentos Sociais. Nessa seção, chama atenção o modo como são apresentados “os novos Movimentos Sociais”:

[...] apesar de terem surgido como reação às opressões e contradições existentes, não tinham como projeto político principal a destruição das relações de produção capitalista e a construção de uma sociedade alternativa (Oliveira, 2013, p. 237).

Os “novos movimentos”, como uma nova forma de fazer política, no entanto, não são apresentados com clareza, inclusive que “novos” movimentos são esses, nem as suas características (com seus objetivos) de atuação. No desenvolvimento da mesma seção é apresentado o “novo sindicalismo” como referência ao movimento operário e aos

Movimentos Eclesiais de Base (CEBs) e, citado sob influência da CEBs, os movimentos negros, feministas, ecológicos e de trabalhadores que lutam pela reforma agrária. Outros Movimentos Sociais são apresentados, tais como: o movimento das *Diretas Já*, o *Fora Collor*. No entanto, o que se percebe é uma descrença no que Oliveira está descrevendo como “novos movimentos”, a exemplo do trecho que segue:

Por fim, podemos dizer que o “**último suspiro**” [grifo nosso] dos novos movimentos sociais brasileiros, nessa década, foram as eleições presidenciais de 1989, na primeira vez em que Lula concorreu e sofreu a sua mais dura derrota para [...] Fernando Collor de Mello” (Oliveira, 2013, p. 240).

Além de não indicar quem são os novos Movimentos Sociais o próprio termo “último suspiro” parece dar um ar de finidade aos Movimentos Sociais, que, em 1992, estiveram presentes no *Fora Collor*, movimento que resultou no *impeachment* do então presidente (Fernando Collor). O texto parece indicar apenas um modelo de movimento social - nesse caso, o movimento operário - desconsiderando toda a história, as pautas políticas e outros segmentos, a exemplo dos movimentos feministas, do movimento LGBT - que embora indicado na imagem da página 239 não está citado nessa seção.

No que diz respeito à seção “Movimentos no século XXI” estão citados:

[...] sem-terra, movimento negro, movimento de mulheres, os movimentos contra a discriminação de gays e lésbicas, os sindicatos, os grêmios estudantis, o movimento ecológico, o movimento pelos direitos humanos, os partidos de esquerda e algumas organizações Não Governamentais (ONGs). (Oliveira, 2013, p. 241).

Mesmo apontando quais seriam os Movimentos Sociais do século XXI, não há uma definição sobre os mesmos. Ao listar os movimentos, o autor parece indicar que suas pautas são as mesmas. Ressalta-se que, nas últimas seções, também não há novas referências teóricas (além daquela que fora citada como importante na forma de atuação dos Movimentos Sociais). Quanto às imagens - conforme já chamando a atenção - a bandeira do movimento LGBT é mostrada como exemplo de novos Movimentos Sociais, mas, fora isso, não há uma apresentação e/ou mesmo descrição do movimento.

A parte destinada a “Interdisciplinaridade” traz um artigo de Frederico José Falcão, historiador, tratando das Mães da Praça de Maio, grupo de mulheres da Argentina que se organizaram contra a ditadura daquele país na busca de seus filhos desaparecidos durante o regime militar. Já as atividades do final trazem questões do ENEM. Apesar das atividades e sugestões de leitura, não há referências, nessa seção, à prática da pesquisa a ser desenvolvida fora da sala de aula.

Por fim, chama atenção neste capítulo referências a autores dentro do texto, em especial,

à teoria, nesse caso, a Karl Marx e Engels com “Manifesto do Partido Comunista”. Para tratar dos novos movimentos poderiam ser utilizados outros autores, o que pareceu evidenciar uma importância maior aos movimentos tradicionais em relação aos novos.

*Sociologia Hoje*, de Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha e Barros, não traz capítulos específicos sobre os Movimentos Sociais. O tema aparece em dois capítulos, conforme segue:

Capítulo 12 - “Globalização e Política”, que está dividido do seguinte modo (observar destaques em negrito):

- 1. O conceito de globalização;
- 2. A governança global;
- 3. A globalização e o Estado;
- **4. Movimentos Sociais globais;**
- 5. O Brasil e a globalização.
- Capítulo 13 “A sociedade diante do Estado”, dividido em:
  - 1. A luta pela cidadania;
  - **2. Os Movimentos Sociais;**
  - **3. Problemas da ação coletiva;**
  - 4. Capital social e a participação cívica;
  - 5. As revoluções.

No capítulo 12, conforme os tópicos, os Movimentos Sociais são tratados no contexto de temas e teorias mais abrangentes, nesse caso, Globalização, que, além da conceitualização, apresenta um dos principais sociólogos da atualidade, Antony Giddens. Percebe-se que há uma contextualização sociológica e menos histórica, com foco numa análise que parte das questões mais gerais da globalização, das suas relações econômicas e políticas até os seus impactos positivos e negativos nesse processo, embora se dê ênfase ao segundo aspecto. As seções estão intercaladas com o box “Você já pensou nisso?” Neste box é possível ler pequenos textos que fazem a relação de aspectos do cotidiano com a realidade, sempre lançando questionamentos que podem ser debatidos em sala de aula ou mesmo respondidos como atividades.

Antes de chegar propriamente ao assunto dos Movimentos Sociais, o capítulo trata de assuntos como governança global e direitos humanos, pelo viés da Ciência Política, mostrando a importância da política - seja em âmbito internacional e/ou nacional - no mundo em que vivemos. Portanto, o tema da globalização não é visto pelas caracterizações

“tradicionais”, apenas como o acesso às redes de computadores ou a lógica de um mercado global. A questão do Estado, com seus interesses internacionais, o impacto nos países mais pobres, enfim, contextualiza de modo mais sistemático e teórico problemas que vão justificar, seja do ponto de vista político quanto sociológico, a existência dos Movimentos Sociais nos dias atuais.

O tema dos Direitos Humanos, sua (breve) história e o papel que exerce no contexto de globalização são importantes. Trabalha na perspectiva da desnaturalização sobre um tema quase sempre tratado pelos meios de comunicação de forma deturpada. Além de apresentar sua função para a paz e preservação de valores fundamentais da condição humana, o tema pode ser facilmente relacionado com os Movimentos Sociais, em sua dimensão de atuação global.

O tema Movimentos Sociais aparece na seção “4. Movimentos Sociais globais” trata da globalização sendo um processo que envolve as dimensões da política, da economia e do social, o texto parte dos problemas que vivenciamos. Citando os autores como Anthony McGrew e David Held, apresenta o papel das ONGs como organizações importantes nas lutas em defesa do meio ambiente (o caso do Greenpeace e do WWF), da OXFAM, médicos sem fronteiras, enfim, entidades que a nível global se organizam em defesa dos direitos humanos e redução dos problemas sociais.

Chama atenção nesta seção o tópico “Globalização e Política” por dois aspectos:

1º - A referência aos movimentos antiglobalização, com ênfase ao período de 2008, quando vários países do mundo entram em crise financeira, que resultou no movimento “Occupy Wall Street”, por exemplo. O texto não desconsidera o papel dos movimentos tradicionais (que será tratado no Capítulo 13), porém, o que se evidencia num modelo de sociedade global, pautado nas lógicas do mercado capitalista, são as novas formas de atuação dos Movimentos Sociais. Modelo, por exemplo, que não está evidente no livro de Tomazi *Sociologia para o ensino médio*, aqui já analisado, cuja ênfase está mais em perspectivas históricas, nem está demasiadamente presa a perspectiva teórica marxista do livro *Sociologia para jovens do século XXI*, de Luiz Fernandes Oliveira, também aprovado no último PNLD - Sociologia;

2º - Embora não trate diretamente das obras de autores brasileiros são citados Octavio Ianni (1926-2004), Renato Ortiz (1947-) e Milton Santos (1926-2001) como pesquisadores importantes nos estudos sobre mudanças sociais no Brasil.

No final do capítulo, além de um breve resumo - importante para auxiliar o professor e o estudante na revisão do tema - seguem as atividades, que são questões formuladas de forma

bastante simples e direta fazendo com que suas respostas remetam apenas a quase apenas uma releitura do texto. As seções “Interagindo” e “Contraponto” apresentam atividades mais reflexivas. A primeira, com a letra de canção seguida de um texto que problematiza seu conteúdo; e a segunda (questão), uma imagem produzida por Jeff Clark do site Neoformix.com, que, no ano de 2009, diante de protestos contra o governo do Irã, utilizou-se dessa imagem como símbolo de resistência, sempre vinculados às redes sociais do mundo.

O capítulo termina com sugestões de livros, filmes e sites. Chama atenção a diversidade de indicações. O primeiro *A sociedade global*, de Octavio Ianni, conforme já tinha sido indicado aqui, trata do tema da Globalização, portanto, importante no campo da Sociologia. O segundo título das Ciências Sociais é de Renato Ortiz, *Mundialização e Cultura*. Os demais livros inovam nas indicações por trazer indicação de romances, como *Estive em Lisboa e lembrei de você*, de Luiz Ruffato, e, igualmente, o livro de contos *Diga que você é um deles*, de Uwem Akpan.

O Capítulo 13 “A sociedade diante do Estado” segue a lógica do Capítulo 12. Nele o tema dos Movimentos Sociais está inserido dentro de uma discussão mais ampla. Uma das características dos dois capítulos é a referência a autores e suas teorias. Já na primeira seção faz-se referência à filósofa Hannah Arendt (1906-1975) ao tratar da cidade como o “direito a ter direitos” (Machado *et al.*, 2013, p. 247). E, como o tema é cidadania e Estado, a noção de direitos apresentada retira a concepção de que os Movimentos Sociais agem contra o Estado, muitas vezes na violação de direitos - algo que, infelizmente, é muito apregoado por alguns setores da mídia. O box apresentando o perfil de T. H Marshall reforça a importância de se estudar com base na formulação teórica do que se é pensado no campo das Ciências Sociais.

Na seção 2, “Os Movimentos Sociais”, ao invés de partir de uma definição sobre “o que são” os Movimentos Sociais, o texto contextualiza sua importância para formação da cidadania. Segundo o manual “os Movimentos Sociais foram - e são - fundamentais na tarefa de exigir do Estado o reconhecimento dos direitos que compõem a cidadania e para que os próprios cidadãos discutam entre si quais devem ser esses direitos.” (Machado *et al.*, 2013, p. 249)

Em seguida, os autores diferenciam os Movimentos Sociais dos partidos políticos, que embora possam estar presentes tem objetivos diferentes. Fazendo referência ao sociólogo norte-americano Charles Tilly, os Movimentos Sociais são vistos como um “conjunto de práticas para reivindicar”, além de distinguir esses movimentos a partir dos dois tipos de lutas: lutas por redistribuição e lutas por reconhecimento, no entanto, o que o texto pretende mostrar é que os principais movimentos atuais têm os dois sentidos, a exemplo dos

movimentos feministas, movimentos negros e movimentos indígenas.

Saindo de uma leitura mais sociológica, as demais seções vão trabalhar com correntes que se aproximam da Ciência Política. Apresentando a teoria do economista Mancur Olson (1932-1998), da “ação coletiva”, isto é, busca entender os interesses e motivações dos indivíduos na lógica coletiva. Embora busque uma relação com os Movimentos Sociais, por tratar de ação coletiva, esta perspectiva aproxima-se muito mais da política com o Estado, nos movimentos de interesses, do que propriamente que dos Movimentos Sociais, que têm estão baseados na organização, em função de objetivos, nos quais os seus membros tendem a se agregar em função dos princípios únicos. Não parece evidente um jogo de interesse próprio nos Movimentos Sociais, tendo em vista que, na maioria dos movimentos, a lógica da solidariedade e da consciência política é resultante da comunhão das mesmas ideias e não em função de interesses próprios, sendo este último, uma característica muito mais próxima da política e dos seus interesses com o Estado. Embora o autor reforce que é muito mais importante a organização dos indivíduos em busca dos interesses, do que o isolamento em busca dos próprios interesses, não se perde a importância dos Movimentos Sociais nessa relação de busca de direitos.

Quanto aos demais elementos que aparecem como “Você já pensou nisto?”, é sempre um convite a contextualizar o que se leu nos parágrafos anteriores com a realidade. As imagens e os mapas repassam as mensagens de acordo com as discussões ali suscitadas. Já a seção de sugestões, vem em menor escala, apresentando apenas os livros: *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri (embora fosse mais acessível o filme) e *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, além do filme “Gandhi”. Obras que apresentam em contextos sociais diferentes o tema dos Movimentos Sociais.

O último livro a ser analisado é *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, organizado por Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros, que não contém capítulo específico sobre o tema dos Movimentos Sociais, embora apareça em algumas referências, a exemplo do box que trata da Reforma Protestante (idem, p. 94) e no final do livro há um verbete sobre o tema em questão. Esse livro, que tem como perspectiva cenas do filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin. O livro, também, é bastante rico de referências já consagradas nas Ciências Sociais e de autores brasileiros. Deve-se considerar que há muitas imagens de manifestações o que de certa forma põe o tema indiretamente sobre os demais assuntos.

### 3.6 Em síntese aos livros: o que temos?

Pode-se constatar que os livros didáticos, aqui analisados, que são os mais adotados em nossas escolas, apresentam perspectivas diferenciadas dos Movimentos Sociais. Buscando atender às exigências do PNLD, mesmo que alguns apresentem mais ou menos problemas e lacunas, vê-se que o acesso aos livros didáticos configura-se como uma necessidade e um direito fundamental dos alunos inseridos no sistema público de ensino, em especial num contexto social e político diverso, como o caso brasileiro. Para o professor de Sociologia, deve-se ressaltar que o livro é, também, fonte de informação, mas que não pode ser o único. Mesmo que cada livro apresente propostas variadas de atividades e interação entre os temas, conceitos e teorias para o cotidiano em sala, sua repetição pode gerar uma descaracterização de um dos critérios importantes no ensino da Sociologia: a busca pelo estranhamento e a desnaturalização dos processos sociais.

Verifica-se é que os livros nunca trazem o tema a partir de uma atividade que possa, previamente, explorar o que alunos já sabem sobre determinado tema, em especial, no nosso caso, os Movimentos Sociais. Segundo Mills (1982), o exercício de imaginação passa por um aprendizado que busca valorizar a experiência de vida. Bem próximo à proposta de Paulo Freire (1996, p. 29), como já citado, que explicita que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Daí, pensar a atividade docente sem separá-lo daquilo que seria a atividade do cientista social, que, de acordo com Mills (1982), é um ofício que o coloca na busca de um aperfeiçoamento constante. A leitura dos livros didáticos, vistos além de seus conteúdos, que orientam os professores quanto ao que ensinar em Sociologia, não deve constitui um fim em si mesmo. De acordo com Silva (2012, p. 807), o livro didático é uma fonte de informação e formação para o professor, no entanto, para cada leitura é preciso estar atento ao momento histórico (e ao contexto social) em que foi escrito e no qual está inserido.

Um dos pontos que podem ser levantados sobre essa contextualização é o fato do tema dos Movimentos Sociais não conter muitas referências (autores nacionais). Lima (2015) traz essa problemática ao tratar da “colonialidade” do saber. Sendo a desnaturalização e o estranhamento objetivos estabelecidos nas orientações curriculares para o ensino médio (OCEM), recorrer apenas ao modelo e aos autores clássicos das Ciências Sociais não permite ampliar perspectivas de ver outras formas de sociedade. Segundo Lima (2015), isso leva a “naturalizar” práticas e discursos de um modelo de sociedade liberal (eurocêntrico - ou o que se produz nos EUA e Europa), o que pode ganhar, também, um caráter de senso comum.

Para Lima (2015, p. 6) “[...] com a 'naturalização da sociedade liberal', que é modelo almejado pelo projeto de modernidade, este tipo de sociedade passa a ser considerado não apenas um modelo desejável, mas a única forma de vida possível.” A naturalização das relações sociais, de práticas e discursos, tende a reforçar estruturas de poder, assim como consolidar preconceitos. No caso de estudos voltados aos Movimentos Sociais o cuidado e o objetivo em desnaturalizar algumas concepções devem estar no centro das preocupações do professor-sociólogo. A busca de outras fontes e atividades deve ser valorizada, assim como, o manuseio do livro (nesse caso, os capítulos que tratam de nosso tema) deve ser igualmente, flexível. Por exemplo, nos livros em que aparecem textos complementares tirados de artigos e de especialistas usá-los pode ser a melhor maneira de se introduzir as discussões sobre os Movimentos Sociais, isso logo no início das aulas, e não ao final dos capítulos como é comum. Cabe ao professor buscar recortes locais sobre o tema, o que permitiria um debate mais próximo da realidade local com possibilidades de discussões mais ricas por partes dos estudantes e professor.

Em relação ao que foi apresentado sobre os Movimentos Sociais fica evidente uma padronização na forma de exposição do conteúdo, como, por exemplo, do próprio conceito. Apenas o livro *Sociologia em Movimento* se diferencia por trazer mais elementos da Ciência Política. De acordo com Silva (2012), a preocupação e a recomendação do MEC, quanto a abranger as três áreas clássicas das Ciências Sociais, fez com que autores e editoras tivessem mais cuidado na elaboração dos seus livros didáticos. Silva (2012, p. 813) relata o caso dos livros de história:

[...] receado a expulsão de produto do PNLD passaram a ter cuidados evidentes para que os livros não veiculassem mais estereótipos, desnaturalizações graves, erros de informação ou conceituais, preconceitos de gênero, condição social ou etnia, bem como outras formas de proselitismo e incoerências metodológicas graves [...].

É o exemplo da própria Sociologia, pelas dificuldades ainda presentes num trabalho de transposição entre os conhecimentos produzidos em âmbito acadêmico para uma linguagem e um modo de ensinar para o ensino médio. Não é demais reforçar que por se tratar de material que circulará nas mais diversas regiões do Brasil, ainda que se tenha a recomendação, cabe igualmente ao professor complementar os conteúdos com referências locais. Outra questão é a preocupação com o conteúdo ideológico. Silva (2012), ao debater o tema com base nos livros de história, que trabalharam acerca da perspectiva da “nova história”, retrata os casos de alguns pais que lançaram questionamentos sobre o teor do que estava presente no livro. Ainda não há evidências de que o mesmo possa ocorrer com os livros de Sociologia, tendo em vista

a própria maneira como o tema dos Movimentos Sociais é apresentado. Mas é possível que ocorra. Daí a importância de não perder as dimensões sobre os conceitos, temas e teorias, recomendado nas orientações curriculares. Dos livros estudados caberia observação sobre dois títulos: *Sociologia para o Ensino Médio*, de Tomazi e *Sociologia para Jovens do Século XXI*, de Oliveira, nos quais a ênfase na história, se não tratada criticamente, pode comprometer as dimensões sociológicas da disciplina.

Ainda sobre o livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Tomazi, o texto “Manifestantes de aluguel” (Tomazi, 2013, p.237), demonstra uma perspectiva dos Movimentos Sociais que não condiz com a realidade dos movimentos da América Latina, em especial do Brasil. Inclusive, não condiz com a posição de vários movimentos de mulheres e de entidades da sociedade civil que lutam pelo fim da violência contra as mulheres e/ou de movimentos que lutam pelo direito ao aborto. Daí o cuidado do professor em oferecer outras leituras. Em relação ao livro *Sociologia para jovens do século XXI*, por tratar de uma perspectiva mais próxima ao marxismo e ao mesmo dos Movimentos Sociais com mais elementos do marxismo, isso não significou uma melhor abordagem.

Para Moraes (2010), parece existir uma necessidade de fazer escolhas entre teorias ou temas. Os livros que foram analisados deixam evidentes essas escolhas, talvez devido à própria estrutura de funcionamento do ensino e/ou mesmo do espaço destinado a determinado tema, termina impondo limites aos conteúdos abordados e aos números de páginas destinados a cada tema. Some-se isso ao próprio tempo que o professor tem em sala de aula, em média apenas 50 minutos, o que pode representar, na grande maioria das vezes, uma aula por semana. Em casos raros, duas, duas horas e meia. O que Moraes (2010) propõe - independente do material que se tenha em mãos - é que os professores de Sociologia criem alternativas que levem os alunos a participar mais ativamente das aulas, assim como a pensar sociologicamente.

Muito dessas alternativas podem ser construídos a partir de pesquisas. As atividades sugeridas pelos livros e até mesmo as poucas pesquisas indicadas podem ser uma sugestão para os próximos livros. Nesse sentido, Moraes (2010, p. 54) afirma que a pesquisa no ensino da Sociologia deve fazer parte do processo de ensino-aprendizagem constituindo etapa importante no processo de estranhamento e desnaturalização. A pesquisa consiste nesse “exercício de autoconhecimento que oferece ao estudante instrumentais” à compreensão racional que lhe possibilite uma visão mais profunda da realidade.

Enfim, o ensino de Sociologia conta com um recurso importante - o livro didático - portanto, cabe ao sociólogo, no exercício de sua atividade docente, não abandonar

“perspectivas sociológicas” (Berger, 1972) que podem ser construídas a partir do local em que está inserido. Em Berger (idem, p. 56), ao buscar referências no entendimento da realidade social, percebe-se a reconstrução da realidade, seja para o sociólogo ou para quem está interessando no entendimento da sua realidade - o local do qual falamos. Tal posicionamento tende a refletir as perspectivas que criamos sobre essa mesma realidade, daí a necessidade da autocrítica e dos referenciais metodológicos e teóricos que orientam a explicação nesse caleidoscópio social. Ao sociólogo não cabe à visão monocromática da sociedade e, mesmo que sua visão tenda a refletir uma perspectiva conservadora, não pode desconsiderar que no estudo social não tratamos de mundo, sociedade, social, e todas as variantes de modo singular, mas de possibilidades e significados criados pelas interações do cotidiano, que muitas vezes não é resultado do que as regras e/ou as tradições normativas estabelecem, mas de dinâmicas particulares, de conflitos e percepções que na relação indivíduo-indivíduo vão construindo lógicas próprias. Nesse sentido, o sociólogo vai se distanciando do senso comum e, por isso, afastando-se da tentação de resolver os problemas sociais - como muitos querem e almejam - para construir referenciais que visam a enxergar para além das cortinas de fumaça e/ou dos muros, muitas vezes construído para que esses contextos continuem submersos sobre a lógica do senso comum.

Nesse sentido, o desafio que se impõem ao apresentar o tema dos Movimentos Sociais é envolver os alunos neste processo de descoberta, de possibilidades e, principalmente, no conhecimento que lhe é apresentado mostrando-lhes implicações e perspectivas para a vida. Certamente, este é um desafio que se impõem, não apenas aos autores, mas a todos os professores comprometidos com o ensino da Sociologia no ensino médio.

**3.7 Livros didáticos de Sociologia que foram analisados (em ordem alfabética):**

MACHADO, Igor José de Renó, AMORIM, Henrique, BARROS, Celso Rocha. **Sociologia, Hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

BOMENY, Helena, FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SILVA, Afrânio *et al.* **Sociologia em Movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## Capítulo IV

### Planos de aulas: complementando perspectivas

Para elaborar e justificar os planos de aulas e a prática profissional, enquanto um “saber fazer”, segue-se, aqui, os pressupostos da sequência didática, conforme preconizado por Anastasiou (2004). Para condução da preparação da aula, a partir da sequência didática, é necessário um diagnóstico prévio avaliando as capacidades e necessidades do aluno (Araújo, 2013). Tarefa que muitas vezes pode ser antecipada a partir do contrato pedagógico, ou seja, de uma conversa inicial com os alunos, na busca de expectativas sobre percepções que trazem da realidade no qual estão inseridos. Para Araújo (idem, p. 323), a sequência didática é vista como “um modo do professor organizar as atividades de ensino em função de núcleos temáticos e procedimentais”. Seguindo nessa mesma linha, a sequência didática “é um conjunto de atividades escolares” por meio da construção da oralidade e dos gêneros textuais (Araújo, idem); daí a importância do livro didático e, no caso deste trabalho, o uso de referências teóricas e observação da realidade no âmbito local. Para elaboração destas sequências destaque-se, também, a própria estrutura da plataforma que foi adotada para utilizar e disponibilizar os planos de aula, ou seja, o Portal do Professor do MEC.

A fase seguinte - para a condução da aula, na prática da sequência didática - é a organização das atividades, conforme previsto nos objetivos propostos. A fase final, que pode ser, também, vista como produto, é o momento da avaliação. Nessa fase, o professor deve verificar quais os avanços realizados. Araújo (2013), por exemplo, ressalta que esse método requer adaptações, portanto, cabe ao professor – que tem papel central na condução – ver quais as demandas específicas, e as várias aulas sobre um mesmo tema servem como opções a serem tomadas em separado ou vistas como uma unidade didática que podem compor módulos.

Num primeiro momento, é importante que os estudantes estejam no foco das discussões, nas exposições e confrontos de ideias; em seguida, na reconstrução de novos saberes a partir da exposição das teorias e de seus re-significados.

Para os planos de aula deve-se, também, fazer discussões sobre a legislação do ensino médio, sobre a normatização da Sociologia, por meio do PNLD e seus respectivos livros. Então, o que segue são apenas perspectivas diante das inúmeras possibilidades de planos de aulas. Recomendando que o livro didático seja sempre a principal referência, tendo em vista que sua qualidade e o seu rigor conceitual estão assegurados pelo PNLD, mas, ao mesmo

tempo, não podemos nos fechar às possibilidades de criação do próprio material. Entendendo que o professor-sociólogo pode (e deve), como resultado de sua pesquisa e sua reflexão, produzir seu próprio material, utilizando-se do que Mills (1982) denominou de artesanato intelectual. E com recortes da realidade, com reflexões vindas da própria comunidade, através dos estudantes. Deve buscar aproveitar, sempre que possível, os próprios recursos que os alunos portam sem suas bolsas - a exemplo dos *smartphones* - ou, caso a escola já tenha, computadores conectados à internet. Usar a imaginação e, que em certa medida, tenha a coragem de transcender o próprio tempo da aula, em média 50 minutos por semana. Ao professor, agora exercendo sua função de sociólogo, cabe indicar, também, as categorias sociais que serão trabalhadas em cada encontro.

Conforme já dito, para a elaboração desses planos de aula foi utilizado o modelo do Portal do Professor, no site do Ministério da Educação (MEC)<sup>15</sup>. Sendo, igualmente, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), vinculado a um Programa de Mestrado Profissional, a intenção é disponibilizar esses recursos neste site, ensejando, então, fortalecer e legitimar uma prática que os professores já realizam no seu cotidiano - ao elaborar seus planos de aulas -, agora compartilhando em rede; isso constitui um exercício importante para ampliar os recursos e conhecimentos do ensino da Sociologia, também, para o tema dos Movimentos Sociais, que, como visto nas análises, tende a ser representado a partir de perspectivas tradicionais e históricas. Os planos visam - do lugar em que se escreve - oferecer leituras vindas, por exemplo, da nossa realidade local.

Por seguir a estrutura do Portal do Professor, a forma de apresentação não é mesma que tem se adotado ao longo do texto, com as normas da ABNT. As cinco aulas apresentadas, assim como nos livros didáticos estudados, não esgotam o tema dos Movimentos Sociais, ao mesmo tempo, que seus conceitos principais devem ser, primeiramente, buscados nos livros de Sociologia. Aulas propostas sejam aos professores, quanto para os estudantes, constitui um dos elementos importantes no processo de aprendizagem que é a pesquisa.

Ainda sobre o portal do professor, onde estarão disponíveis as aulas, a visualização das aulas é de livre acesso ao público. Quanto à inserção do material é necessário que o professor realize um cadastro com informações básicas. Para inserir o material o professor deve seguir cinco passos:

---

<sup>15</sup> Ver <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>. Acessado em 24/04/2015.

1º Autoria: Deve indicar quem são os autores da aula. Caso seja apenas um não é necessário preencher nenhuma informação, tendo em vista que ao logar o próprio sistema reconhece automaticamente o autor principal;

2º Estrutura Curricular: Aqui deve indicar o nível de ensino ou modalidade, seguido com componente curricular. No caso deste trabalho, Sociologia. Depois do componente curricular, indica-se o tema que será tratado na aula.

3º Dados da Aula: A partir desta sessão começamos a inserir informações sobre a aula. Neste campo são solicitados: Título; O que o aluno poderá aprender nesta aula; Duração; Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno; Palavras-chave.

Todos esses campos são autoexplicativos – o que facilita o preenchimento.

4º Estratégias e Recursos: Esse campo é o mais interessante do portal, por oferecer outras interfaces. É possível inserir imagens, links de outros sites e, quando necessário, textos complementares.

5º Avaliação: Definição dos critérios de avaliação a ser empregado no final da aula.

## AULA 1

**Título:** Movimento Passe Livre: da contestação a conquistas

**O que o aluno poderá aprender com esta aula (objetivos)**

Primeiras noções sobre os Movimentos Sociais;

Inicialmente apresentamos as noções iniciais de Movimentos Sociais que podem ser utilizadas em todas as sequencias didáticas. Apresentamos como entendimento de Movimento Sociais a definição da pesquisadora Maria da Glória Gohn. Segundo a autora:

“Um Movimento Social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade, adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte as suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.” (Gohn, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 14).

Além disto, pretende-se:

Apresentar como os sociólogos brasileiros tratam o tema dos Movimentos Sociais;

Apresentar o Movimento Passe Livre como exemplo das novas formas de ação social.

**Duração:** 02 aulas (50 min cada)

**Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno**

Noções sobre política, governo e Estado;

Perceber, com base em estudos anteriores, que noção de cidadania os alunos trazem ao apresentar o tema do Movimento Passe Livre.

**Palavras-chave:** Cidadania, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Direitos

**Estratégias e Recursos**

Os primeiros minutos serão para obter o máximo de informação sobre os Movimentos Sociais a partir da seguinte pergunta: Vocês sabem e/ou já ouviram falar dos Movimentos Sociais?

Organizar em grupo para que eles discutam entre si as questões suscitadas.

Ao final da apresentação dos grupos, o professor, utilizando a lousa, pedirá dos grupos as principais palavras que foram mais importantes na discussão.

Depois de realizada essa primeira discussão, os mesmos grupos irão analisar as imagens que serão apresentadas, respondendo as seguintes questões: as imagens apresentadas correspondem ao que foi discutido? Justifique. O que diferencia uma imagem da outra?

Palavras-chave primeira discussão	Palavras-chave segunda discussão	Resultado das duas discussões

Imagens a serem apresentadas:

Imagem 1



Imagem 2:



Imagem 3



**Fontes:**

Imagem 1: <http://topazio1950.blogs.sapo.pt/165366.html>

Imagem 2: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-332337-manifestacao-e-finalizada-com-abraco-simbolico.html>

Imagem 3: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/mobilidadeurbana/2013/08/avenida-conde-da-boa-vista-e-do-passe-livre/>

Apresentar imagens de algumas manifestações. Essa exibição poderá ser feita em slides ou outro recurso em vídeo disponível.

Uma atividade complementar é sugerir que os estudantes pesquisem se há algum tipo de mobilização que trate dos aspectos da mobilidade urbana e de suas condições de uso. Nesse caso, podem fazer entrevistas com uso de *smartphones*, que, devidamente, autorizados,

podem ser usados em sala (na segunda aula)

### **Recursos complementares**

Como leitura para as duas aulas, que deve auxiliar no texto final, indica-se "Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo" que está disponível no Google book no seguinte endereço:

<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/08/30/nao-comecou-em-salvador-nao-vai-terminar-em-sao-paulo/>

Como sugestão ao debate, indica-se o programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em que são entrevistados os principais representantes do Movimento Passe Livre

<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>

### **Avaliação**

Avaliação consiste em perceber o quanto os estudantes vão construindo seu conhecimento em torno do tema do Movimento Passe Livre e das contribuições que cada grupo faz ao logo das discussões e do preenchimento do quadro, acima indicado, com as palavras-chave. Nesse sentido, será avaliado como os estudantes desenvolvem suas capacidades em trabalhar em grupo e o nível das argumentações que são apresentadas. O segundo momento será a avaliação dos textos finais, considerando-se os argumentos apresentados e de como eles se apresentam face às expectativas que foram apresentadas no início da aula.

O texto deverá ser entregue três dias após a segunda aula para que o aluno possa refletir e desenvolver mais pesquisas sobre o tema.

## AULA 2

**Título:** Os Movimentos Sociais: apontamentos na perspectiva de M<sup>a</sup> da Glória Gohn.

**Duração:** 02 aulas (50 min cada)

Esse plano se caracteriza trazer orientações conceituais sobre os Movimentos Sociais, a partir do texto de Maria da Glória Gohn. Tem, igualmente, a proposta de ser “elementos de reflexão” para o professor de Sociologia que pretende trabalhar em mais profundidade o tema dos Movimentos Sociais.

Ao falarmos sobre os Movimentos Sociais nos vemos a imagem de manifestações, lutas, bandeiras, slogans. Mais recentemente, em especial os meios de comunicação, não tem se referido ao termo “movimentos”, mas à expressão “manifestação”, termo que tem sido mais frequente. Na página seguinte, vemos alguns exemplos de notícias divulgadas por dois sites de notícia de Pernambuco:

Notícia	Fonte:
<p><b>Protesto bloqueia o trânsito na PE-15</b>  Publicado em 08/06/2015, às 17h27   Atualizado em 08/06/2015, às 20h06  Vários seguidores do Twitter do @JCTransito informaram que o trânsito está bastante caótico <i>Foto:</i>  @luzfabianofoto/Twitter  Manifestantes atearam fogo em pneus bloqueando o trânsito na PE-15, no fim da tarde desta segunda-feira (8). O ato interditou o tráfego no sentido Paulista, na Cidade Tabajara, em Olinda, na Região Metropolitana do Recife. A manifestação terminou por volta das 19h.</p>	<p><a href="http://noticias.ne10.uol.com.br/jc-transito/noticia/2015/06/08/protesto-bloqueia-o-transito-na-pe-15-550904.php">http://noticias.ne10.uol.com.br/jc-transito/noticia/2015/06/08/protesto-bloqueia-o-transito-na-pe-15-550904.php</a></p>
<p>JC Trânsito  Ainda com pagamentos atrasados, técnicos de enfermagem voltam a protestar na Agamenon  Publicado em 30/07/2015, às 10h46   Atualizado em 30/07/2015, às 11h56  Técnicos de enfermagem do Hospital da Restauração voltaram a protestar, na manhã desta quinta-feira (30), pelo pagamento de plantões extras. A mobilização começou na Avenida Agamenon Magalhães, na área central, por volta das 10h30, e seguiu pela Avenida Conde da Boa Vista e pela Rua da Aurora para chegar ao Palácio do Campo das Princesas.</p>	<p><a href="http://noticias.ne10.uol.com.br/jc-transito/noticia/2015/07/30/ainda-com-pagamentos-atrasados-tecnicos-de-enfermagem-voltam-a-protestar-na-agamenon-559452.php">http://noticias.ne10.uol.com.br/jc-transito/noticia/2015/07/30/ainda-com-pagamentos-atrasados-tecnicos-de-enfermagem-voltam-a-protestar-na-agamenon-559452.php</a></p>
<p>Movimento Ocupe Estelita realiza nova manifestação nesta quinta-feira  Publicação: 07/05/2015 07:24 Atualização: 07/05/2015 07:37  Os integrantes do Movimento Ocupe Estelita realizam um novo ato público nesta quinta-feira. O protesto está marcado para as 16h, na Praça do Derby, região central do Recife. Os ativistas pedem a anulação da lei que institui o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, que foi sancionada à distância pelo prefeito Geraldo Julio e publicada no Diário Oficial. O projeto, que tramitava na Câmara dos Vereadores do Recife, entrou na pauta de votação de forma extraordinária, sendo aprovado por unanimidade. A vereadora Isabella de Roldão e a Faculdade de Direito do Recife estão preparando mandados de segurança para solicitar a anulação da votação da Casa, segundo os ativistas.</p>	<p><a href="http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/07/interna_vidaurbana_575231/movimento-ocupe-estelita-realiza-nova-manifestacao-nesta-quinta-feira.shtml">http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/07/interna_vidaurbana_575231/movimento-ocupe-estelita-realiza-nova-manifestacao-nesta-quinta-feira.shtml</a></p>
<p>Protesto » Manifestação de Brasília termina em clima pacífico  <u>Agência Brasil</u>  Publicação: 12/04/2015 15:55 Atualização:  Balanço final da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) sobre a manifestação contra a corrupção, a favor da democracia e pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff realizada hoje (12), em Brasília, mostra que o movimento teve um pico de concentração de 25 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios.</p>	<p><a href="http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/04/12/interna_politica_571014/manifestacao-de-brasilia-termina-em-clima-pacifico.shtml">http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/04/12/interna_politica_571014/manifestacao-de-brasilia-termina-em-clima-pacifico.shtml</a></p>

Como a grande maioria dos Movimentos Sociais está vinculada à luta por direitos e reconhecimento, essa tem sido uma das formas mais tradicionais, e ao mesmo tempo, inovadoras de organização política, tanto em sociedades democráticas e, até mesmo, em sociedades submetidas a regimes ditatoriais. Um exemplo é o próprio movimento estudantil, por meio da UNE (União Nacional dos Estudantes), que se organizou contra o regime militar no Brasil, entre os anos de 1964-1985. Outro exemplo clássico vem do movimento operário e/ou sindical, quase sempre referenciado nos manuais e em textos acadêmicos. Esse é um tipo de movimento que acompanha o tema dos Movimentos Sociais praticamente desde o surgimento das Ciências Sociais, como, por exemplo, referenciado por autores como Karl Marx ao tratar do proletariado. Ao longo desses anos, várias teorias foram sendo reelaboradas a respeito, a ponto de muitos autores chegarem a classificar os Movimentos Sociais como “velhos” e “novos”.

Entre os estudiosos que se dedicam ao tema dos Movimentos Sociais encontra-se Maria da Glória Gohn, socióloga com doutorado em Ciência Política. Em seu currículo na Plataforma Lattes, do CNPq, consta mais de 100 artigos publicados e mais de 80 livros de autoria, coautoria e organização, sem falar das inúmeras pesquisas, acerca do tema<sup>16</sup>. Diante de obra tão extensa, sobretudo para tratar do tema no ensino médio, é necessário ser seletivo. Então, para efeito dessas duas aulas, será usado o livro *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*, publicado pelas Edições Loyola, em 2012.

Para Gohn (2012, p. 14), o movimento social é sempre “expressão de uma ação coletiva” e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Os estudos de Gohn se caracterizam por entender os movimentos da ação social quase sempre constituídos a partir de “práticas comunicativas” que resultam em lutar por algo. Ainda, segundo a autora, os Movimentos Sociais são organizados por grupos da sociedade civil que buscam direitos individuais ou coletivos. Entende-se por direitos individuais os princípios básicos referentes aos seres humanos. O direito à vida e sua guarda, sob condições dignas de igualdade e respeito. Todos deveriam ter direito a educação, saúde e trabalho digno (algo previsto em leis, mas que ainda constitui a pauta da grande maioria dos Movimentos Sociais).

Assim, procura-se:

1 - A partir das ideias iniciais, sugerir aos estudantes que pesquisem sobre os Movimentos Sociais de sua cidade (e/ou comunidade) procurando identificar quais as suas pautas de reivindicações. Nesse momento, é importante está atento ao que foi identificado

---

<sup>16</sup> Ver <http://lattes.cnpq.br/8315862641929394>. Acessado em 02/08/2015.

pelos estudantes como sendo movimento social e os critérios que foram utilizados para a indicação.

Essa atividade pode ser desenvolvida em grupos. Caso a escola tenha à disposição um laboratório de informática a aula pode ser feita com pesquisas na internet começando pela apresentação da autora por meio de seu currículo na Plataforma Lattes.

### **Novos Movimentos Sociais: o que significa?**

Gohn (2012) afirma que os estudos sobre “os novos Movimentos Sociais” tiveram início entre 1960-1970. Entre os autores europeus pioneiros - particularmente Espanha - destaca-se Manuel Castells ao estudar os movimentos urbanos. Na América Latina, tais estudos têm início na década de 1970, muito caracterizado por movimentos de bairros, pela organização das CEBs (Comunidade Eclesiais de Base) inspirados pela Teologia da Libertação.

A partir dos anos 1980, ainda seguindo a trajetória dos Movimentos Sociais dos anos de 1960, como os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, a exemplo da luta dos negros por igualdade e liberdade, dos movimentos feministas, dos movimentos pela liberdade e igualdade de gêneros, os estudos dos Movimentos Sociais ganham novas perspectivas teóricas para explicar suas várias formas de atuação. Para Gohn (2012), os estudiosos que apontam os Movimentos Sociais atuando em conformidade com as oportunidades políticas, identificam uma série de variantes que passam a ser levados em consideração em suas análises, tais como: as estruturas culturais, as conjunturas políticas e os resultados esperados pela ação coletiva. Essa é uma perspectiva que esteve mais presente nos EUA, mas que veio a influenciar, em anos posteriores, estudiosos de outros países, inclusive na América Latina, particularmente a partir de 1990.

Para Gohn (2012, p. 34), é o momento em que a América Latina assiste ao crescimento das ONGs. No entanto, independente de perspectivas que se usavam contra ou a favor das ONGs como novo modo de ação social, uma série de outras mudanças marcavam os estudos sobre os Movimentos Sociais, principalmente, quanto à sua nova forma de organização e as novas pautas. Para a autora, a crise das esquerdas no mundo, com o fim dos modelos socialistas no leste europeu e a queda do Muro de Berlim, fez com houvesse mudança quanto às questões em torno da desigualdade social e das lutas políticas. As questões não estavam mais voltadas às grandes transformações conduzidas pelos operários, numa luta contras as desigualdades sociais. Os novos movimentos se voltam para a ideia de inclusão social, ou

seja, uma nova constituição de direitos, que reparassem as injustiças e que incluíssem os indivíduos a partir de um princípio do reconhecimento.

Nesse sentido, as ONGs desempenham papel importante porque tendem a atuar na busca desses direitos. Seja em parceria ou não com o Estado, buscam garantir esses direitos, a exemplo de ONGs que trabalham na promoção da saúde ou nas várias possibilidades de promoção de educação e cidadania. Um dos exemplos, em Recife, é o Centro Josué de Castro<sup>17</sup> que, além de atuar com pesquisas, desenvolve ações de promoção à cidadania, na promoção de fóruns e outras formas de divulgação.

Do ponto de vista da conjuntura internacional, com o fim da Guerra Fria, os processos de Globalização do capital expandem-se criando novos cenários sociais, marcados pela reestruturação produtiva, pela introdução de novas tecnologias nos parques de produção ocasionando desemprego em massa. Autores como Castells e Boaventura de Souza Santos, fazendo novas leituras dos contextos sociais, tratam os Movimentos Sociais, a partir das redes sociais e do multiculturalismo, respectivamente.

No artigo “Teoria Sociais na Contemporaneidade” (2014), Gohn coloca o tema dos Movimentos Sociais agrupados em quatro eixos teóricos:

- Eixos culturais;
- Justiça Social;
- Teorias pós-coloniais;
- Ações Coletivas.

No entanto, para a autora, os estudos acerca dos Movimentos Sociais ainda apresentam grandes lacunas, porque as relações sociais em volta das ações não são cristalizadas, e por terem como característica o questionamento das estruturas sociais (políticas e econômicas) seus resultados tendem sempre a ser parciais. Um exemplo são as manifestações de junho de 2013, muito ainda está sendo produzido no campo acadêmico a respeito. No entanto, a pergunta que autora lança para a compreensão dos movimentos é: “Qual a diferença entre o novo e a novidade?” (2014, p. 21), ou seja, no campo das Ciências Sociais é necessário, também, um tempo para que seja possível desenvolver pesquisas que visem aprofundar os temas em questão.

O que parece ficar evidente nos estudos sobre os Movimentos Sociais é a forte ênfase sobre as questões culturais e de identidades. No Brasil, essas tendências ganham força a partir da constituição de 1989 (também conhecida como Constituição Cidadã), quando grande parte

---

<sup>17</sup> Ver: <http://www.josuedecastro.org.br/index.php> Acessado em: 01 de setembro de 2015.

dos atores sociais, que lutavam por democracia (ou pelo fim do regime militar), passa a ocupar outras posições, isto é, muitos passam a serem gestores de políticas públicas, a atuar no interior do Estado. Por outro lado, temas mais próximos às perspectivas marxistas passam por transformações em suas categorias de análises - ou seja, ganham uma nova visão -, quando as questões sociais passam a ser vistas pelo prisma da inclusão/exclusão, das redes de solidariedade, do terceiro setor, das redes sociais etc.

Uma questão que Glória Gohn aborda criticamente - também constatado na leitura dos livros didáticos de Sociologia, aprovados do PNLD - 2015 - é a pouca produção de referenciais teóricos para os Movimentos Sociais. Os grandes paradigmas utilizados para análise vêm das escolas dos EUA e da Europa. Nos livros didáticos de Sociologia o tema dos Movimentos Sociais, na sua grande maioria, é tratado por uma ou por duas tendências, mas há poucas referências a autores latinos americanos, e, no nosso caso, os brasileiros são apenas rápida e superficialmente lembrados. Para Gohn (idem, p. 24), essa tendência tem diminuído a partir dos anos 2000 com novas teorias e discussões trazendo a problemática entre o local e Global ou o Norte e Sul. Para a autora, não é apenas uma mudança teórica, mas um modo como os sociólogos (e pesquisadores das Ciências Sociais em geral) devem conduzir o seu trabalho. Segundo Gohn (2014, p. 25):

O trabalho do pesquisador é cognitivo e político porque deve realizar um rastreamento para elaborar uma cartografia de processos sociais 'se fazendo' e não já dados, prontos ou acabados.

Buscando compreender o local e sua relação com o global, ou mesmo desvendar as questões em torno da cultura e identidade, é importante que o professor fique atento sobre os movimentos que ocorrem na escola, na comunidade, na cidade e como os estudantes vêm isso. A ausência de organização associativa ou de qualquer natureza política também pode falar muito sobre as condições de promoção da cidadania, seja pela sua efetivação ou pela falta do cumprimento de direitos mínimos.

O que vem sendo discutido na América Latina como descolonização do saber, vai muito além da crítica do que foi constituído como modelo a ser seguido vindo dos EUA e Europa; é oferecer possibilidades de trabalhar com experiências construídas no plano local, sem desprezar os aspectos da globalização, mas utilizar ao mesmo tempo suas ferramentas para a compreensão da realidade e para a desnaturalização de processos sociais - quase sempre construídos por recursos midiáticos atendendo interesses de uma pequena parcela da sociedade.

A sugestão para trabalhar com os princípios norteadores dessa construção do saber,

valorização e compreensão da realidade local e descolonização pode ser visualizada no filme “Escritores da Liberdade”. Há muitos aspectos a serem trabalhados no filme, que, mesmo sem tratar diretamente a questão dos Movimentos Sociais, suscita as questões das identidades culturais, das desigualdades econômicas e sociais como parte de um elemento de mobilização que, por força desse processo de reconhecimento, pode trazer resultados.

É sugerido como atividade um debate com os estudantes para que eles reflitam acerca das diferenças e semelhanças das diversas realidades em que estão inseridos a partir da pergunta: qual seria o papel da mobilização social para a promoção de cidadania (tendo em vista que esse é um dos objetivos dos Movimentos Sociais e da própria disciplina Sociologia).

### **Bibliografia utilizada na aula**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos. PNLD 2015. Sociologia**. Brasília, 2014.

GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimento sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

### AULA 3

**Título:** Como surge um movimento?

**O que o aluno poderá aprender com esta aula (objetivos)**

- Mostrar que a maioria dos Movimentos Sociais surge a partir de demandas e/ou como forma de resistência a situações das mais diversas formas de exploração ou condição social;
- Perceber que existe uma grande quantidade de Movimentos Sociais com objetivos e características diferentes;
- Por meio de pesquisas, traçar um perfil mínimo dos atores sociais envolvidos nos Movimentos Sociais;

**Duração:** 2 aulas (50 min cada)

Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno:

- Conceito de Movimentos Sociais;
- Princípios básicos de cidadania;
- Conceito de política e sua importância na organização da sociedade

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Mudança Social, Cidadania.

**Estratégias e Recursos**

Na primeira aula, professor vai propor que os estudantes pesquisem na internet jornais e/ou entrevistem pessoas conhecidas para levantar se em sua comunidade (rua, bairro e/ou cidade) existem Movimentos Sociais. O estudante poderá pesquisar associações de bairro, ONGs, sindicatos, grupos culturais que têm atuação na comunidade e/ou na cidade.

Como material de apoio, sugere-se que os estudantes assistam vídeos que apresentem algumas perspectivas sobre os Movimentos Sociais. O primeiro vídeo, do sociólogo Manuel Castells, mostra um pouco acerca dos novos Movimentos Sociais. A segunda indicação é a letra da música “É!”, de Gonzaginha.

Organizados em grupos podem assistir e discutir os vídeos e ler a letras e/ou ouvir a música já organizando estratégias sobre a melhor maneira de pesquisar sobre os movimentos mais próximos da sua realidade.

Como antecipação às duas próximas aulas, o professor pode orientar para que as formas de apresentação das pesquisas sejam as mais diversas, como, por exemplo: teatro, composição

de uma música que retrate a realidade pesquisada, uma redação que faça a relação entre o que foi pesquisado e as indicações de leitura e os vídeos. Deixando claro sobre a importância de todos participarem e criarem as estratégias para apresentarem os conteúdos.

### **Recursos complementares**

Vídeo 1: <https://www.youtube.com/watch?v=RJY4YZ17pVE>

Letra da música "É!" de Gonzaguinha <http://letras.mus.br/gonzaguinha/16456/>

Artigo de Opinião: <http://oglobo.globo.com/opiniaio/o-palacio-os-movimentos-sociais-10518759>

Artigo Científico: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/julienetenoriodealbuquerque.pdf>

### **Avaliação**

Avaliação será feita a partir dos relatórios e da participação dos grupos que desenvolverão os trabalhos. Também será avaliado o nível de participação dos membros dos grupos, através das orientações que o professor for aplicando. Ao final de todo o processo a turma também fará uma autoavaliação tratando dos aspectos positivos e dos pontos que poderiam ser melhores trabalhados.

## AULA 4

**Título:** Ocupe Estelita: por alternativas à cidade.

**O que o aluno poderá aprender com esta aula (objetivos)**

Essa aula pretende trazer a discussão sobre o uso dos espaços urbanos e o papel dos novos Movimentos Sociais que buscam manter os traços históricos e culturais da cidade.

Desde 2011, intensificaram-se as manifestações com características marcadas pela ocupação de espaços públicos, em especial das principais avenidas das grandes cidades, a exemplo do movimento *Occupy Wall Street*, nos EUA, dos indignados, na Espanha, e até as manifestações na Tunísia, depois que um homem, em protesto, ateou fogo contra o próprio corpo. Isso demonstra, primeiramente, que há novos mecanismos de organização da ação coletiva, segundo, a necessidade de novas demandas.

O Movimento Ocupe Estelita apresenta perspectivas semelhantes a muitos desses movimentos. Nesse sentido, pretende-se mostrar aos estudantes como o Ocupe Estelita pode ser contextualizar dentro de uma perspectiva mais ampla, sem perder as características locais. E perceber o papel das redes sociais na divulgação do movimento.

**Duração**

3 aula (50 min. cada)

**Conhecimentos prévios**

Conceito de Movimentos Sociais

Cidadania

**Palavras -chave:**

Cidade, Movimentos Urbanos, Cidadania

**Estratégias e Recursos**

Na primeira aula os alunos devem assistir ao seminário realizado na cidade de Fortaleza que contou com a presença de David Harvey.

Em seguida, deve-se pedir que os estudantes se organizem em grupo de três para em casa organizarem uma redação com os pontos que mais chamaram atenção. Os principais pontos serão discutidos em sala de aula.

Para auxiliar, será distribuído um texto que apresenta o Movimento Ocupe Estelita, publicado pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), com uma breve descrição de sua atuação. Caberá ao professor, nas aulas seguintes, informar acerca do papel da SBPC e sua importância para o ensino médio.

[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400003&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400003&script=sci_arttext)

[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/07/interna\\_vidaurbana,575231/movimento-ocupe-estelita-realiza-nova-manifestacao-nesta-quinta-feira.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/07/interna_vidaurbana,575231/movimento-ocupe-estelita-realiza-nova-manifestacao-nesta-quinta-feira.shtml)

<https://www.youtube.com/watch?v=TJ-fcdFnSAE>: esse vídeo é um seminário com o sociólogo com David Harvey, tratando dos problemas urbanos na cidade de Fortaleza - CE. Caberá, nas discussões, aos estudantes buscar uma relação com o contexto de sua cidade.

### **Objetivos:**

Apresentar o Movimento Ocupe Estelita a partir da perspectiva dos Movimentos Sociais que tratam das questões culturais e de identidade;

Debater o papel das redes sociais na divulgação de ideais e de mobilizar pessoas e/ou grupos.

### **Recursos complementares:**

Para maiores informações sobre o movimento seguem duas indicações de leitura:

[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-34ebc3f6-729d-45a8-b7bf-3361bfe4f9a2\\_2875.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-34ebc3f6-729d-45a8-b7bf-3361bfe4f9a2_2875.pdf)

<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Denis-Ant%C3%B4nio-de-Mendon%C3%A7a-Bernardes-et-alii.pdf>

### **Avaliação:**

Avaliação será dada pelo nível de presença em sala e de participação dos grupos. Será pedido dos grupos que façam um quadro que apresentem as principais características dos movimentos urbanos, mas destacando as particularidades do movimento estudado. Essa atividade deverá ser apresentada e entregue na terceira aula.

## AULA 5

**Título:** Movimentos e Manifestações: existe diferença?

**O que o aluno poderá aprender com esta aula (objetivos)**

- Nesta aula os alunos deveram discutir as diferenças entre as formas de atuação dos Movimentos Sociais em relação aos protestos e manifestações;

- Discutir o conceito de Movimentos Sociais a partir da definição apresentada pela pesquisadora Maria da Glória Gohn;

- Entender como as categorias sociais presente no conceito de Movimento Social ajuda na compreensão nas suas mais diversas formas de atuação.

**Duração**

3 aula (50 min. cada)

**Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno**

Noções básicas de Cidadania; Participação Política.

**Palavras -chave:** Movimentos Sociais, participação popular, protestos.

**Estratégias e Recursos:**

A primeira atividade desta aula é a leitura do conceito de Movimentos Sociais, a partir da perspectiva de Maria da Glória Gohn, conforme segue:

“Um Movimento Social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade, adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte as suas demandas; e culturas próprias nas

formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.” (Gohn, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 14).

Os elementos constituintes dos Movimentos Sociais devem ser trabalhados pelo professor como categorias que identifiquem os atores sociais nas suas formas de atuação e no contexto social em que estão inseridos.

A segunda atividade o professor poderá organizar a sala em grupos de no máximo 4 alunos, para que eles possam pesquisar em fontes impressas ou online sobre Movimentos Sociais. Cada grupo deverá ficar responsável por um elemento constituinte (conforme apresentado no conceito) buscando justificar sua resposta. Esta atividade deverá ser apresentado na aula seguinte, conforme tempo a ser estabelecido pelo professor.

#### **Objetivos:**

Discutir conceito de Movimentos Sociais buscando diferenciar de protestos e/ou outras formas de ação social.

#### **Recursos complementares:**

Como sugestões para atividade os estudantes assistir aos seguintes vídeos:

Vídeo 1: [https://www.youtube.com/watch?v=KjP\\_UYF0M9s](https://www.youtube.com/watch?v=KjP_UYF0M9s)

Vídeo 2: [https://www.youtube.com/watch?v=GQ8xl\\_BGSWQ](https://www.youtube.com/watch?v=GQ8xl_BGSWQ)

Vídeo 3: <https://www.youtube.com/watch?v=51E17e9twFI>

Vídeo 4: <https://www.youtube.com/watch?v=nGRnlzhL1s>

Vídeo 5: [https://www.youtube.com/watch?v=MvupX0hSA\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=MvupX0hSA_A)

#### **Avaliação:**

Avaliação será feita a partir de um relatório no qual o grupo descreva a experiência de pesquisa com suas considerações sobre o tema. Será avaliada a participação dos alunos (através das atividades) e pela presença nos três encontros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar o tema dos Movimentos Sociais, a partir dos livros didáticos, não tratamos apenas de expor os conteúdos e vê-los como mais ou menos adequado - esse recurso já é realizado pelos melhores especialistas na escolha do livro didático -, mas demonstrar, de uma perspectiva profissional docente, o quanto podemos ir além dos materiais escritos e do quanto a prática docente no ensino médio não pode ser restrita ao repasse de informações e conteúdos. As diretrizes e as orientações curriculares, como documentos normatizadores, também trazem, em sua concepção, para o papel que a Sociologia, deve desempenhar na formação do jovem, mas, chamando a atenção que, para isso (do ponto de vista de uma formação profissional), se faz necessário que o sociólogo esteja, igualmente, ciente do seu papel e, principalmente, encontre-se disponível e aberto a criar novas possibilidades que a disciplina oferece.

Se há algo que devemos considerar, seja pela formação e pelo modo de atuação, é a tentativa de entender o ensino da Sociologia como atividade intelectual. Um desafio, no entanto, na medida em que é um dos seus princípios norteadores a desnaturalização de tramas e contextos sociais. O ensino da Sociologia redefine sua importância no âmbito da formação do ensino médio, seja como elemento da formação do cidadão ou de transposição de conhecimentos básicos sobre temas que dizem respeito à vida em sociedade. Com isso, ganham importância os novos processos de avaliação - a exemplo do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) -, o que tem levado a Sociologia caminhar interdisciplinarmente; ora, com a disciplina de Português (redação), ora com as disciplinas de História e Geografia, a partir do princípio de provas “contextualizadas”.

Outro desafio é fazer com que a Sociologia não seja apenas mera transmissora, mas, sim, um “saber fazer”. Trata-se de um resgate e, ao mesmo tempo, o fim de uma divisão que, na perspectiva de Paulo Freire, não tem um sentido prático (a separação entre ensino e pesquisa). Para Freire (2009, p.29), aqui tão referenciado, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Resta-nos pensar que a atividade docente requer um processo contínuo de aprendizado e uma prática intelectual, que, infelizmente - seja pelas condições de trabalho e/ou mesmo por esclarecimento - é abandonada por grande parte dos professores.

Alguns sociólogos apresentaram a proposta de uma Sociologia que se complementa com outros campos do saber, a exemplo do que foi apontado por Mills (1982) em

“Imaginação Sociológica”. Mas outras releituras, algumas delas aqui citadas, me permitiram pensar, buscar e encontrar caminhos alternativos para uma Sociologia que vá além dos muros da universidade. Não pretendo afirmar que não exista criatividade na Sociologia, no entanto, num contexto de sala de aula em nível médio, às vezes com poucos recursos e condições adequadas de trabalho, o professor precisa buscar elementos da imaginação, explorar aspectos que saem de uma lógica instrumental e cartesiana, reduzida ao mero ato de “dar aulas”. O processo de desnaturalização consiste em sairmos dos determinismos que impedem possibilidades de entender nossa realidade e de transpor esses conhecimentos científicos em forma adequada para o estudante de nível médio.

Seja como escritor, músico, intelectual, o sociólogo deve aventurar-se em novas possibilidades na prática de sala. Sugerindo caminhos alternativos ao ensino Sociologia, Martins (2014), sugere - por exemplo - que o aprendizado da realidade pode acontecer na literatura, por sua capacidade de transpor situações e nos oferecer possibilidades, que, no mundo da vida, real, mostra-se limitadas, por conta de interesses em muitas circunstâncias não vistos, mas que se impõem por concepções confusas e incertas ao sujeito. Não trata apenas de realidade, mas de um fazer sociológico ao nível médio, adequado a jovens que vivenciam uma nova fase em seus processos de socialização.

Deve-se perceber também - daí o valor dos teóricos da Sociologia - que a desconstrução da realidade do que parece inevitável, em muitos casos, tende a tirar as perspectivas de futuro dos jovens das periferias, que pelo seu cotidiano e contexto social, não conseguem se enxergar naquilo que se discute em sala de aula. Mesmo com todo rigor e qualidade é sempre importante perceber como o estudante consegue interpretar imagens, textos sugeridos. No caso dos livros analisados, mesmo em se tratando de imagens e textos vistos na grande imprensa, não podemos correr o risco de repetir possíveis equívocos no ensino de tais conteúdos. Para o caso dos Movimentos Sociais, reler teóricos e, sempre que necessário, transpô-los para os planos de aula é um exercício importante, não apenas para os alunos, mas também para os professores-sociólogos, como reflexão que lhe situa no mundo. Utilizar os instrumentos disponíveis é imprescindível.

Se o tema dos Movimentos Sociais trata do papel das redes sociais, poderá fazer muito sentido, por meio das redes sociais, indicar como estão acontecendo os movimentos, quais são, o que os integram, onde estão e quando atuam? Dentro das possibilidades apontá-los. Apenas a leitura dos livros pode nos induzir ao pensamento de que os temas sociais tratados (incluindo todos os conteúdos do livro didático) são estáticos, em especial os Movimentos Sociais, que nos últimos anos têm voltado a organizar-se com mais dinamismo e de forma

mais diversificada, algo que os livros podem não dar conta de explicar. Em tempo real, os alunos podem, por meio de seus telefones celulares, acompanhar alguma manifestação pelo mundo, enquanto o professor apenas repassa o que se lê nos livros sobre os Movimentos Sociais. É o recurso da imaginação ou da Sociologia como forma de arte (Nisbet, 2000). Para este autor, ciência e arte não precisam ser vistos de forma separada. Naquilo que é possível, os argumentos apresentados ao longo deste trabalho, muito mais que um recurso teórico-metodológico, apresenta-se como uma prática profissional, sendo atividade de docente caracterizada pela necessidade permanente de atualização, algo que está previsto nas diretrizes curriculares e nas orientações para a disciplina de Sociologia no ensino médio.

A considerar o tema dos Movimentos Sociais presente nos livros didáticos de Sociologia, mesmo com algumas limitações teóricas e conceituais, os conteúdos constituem fonte de informação fundamental; primeiro, por apresentar o tema, que na prática serve para desnaturalizar a visão corrente de que os Movimentos Sociais e as movimentações, não constituem algo de pessoas desocupadas e/ou que pretendem realizar bagunça. Sua vinculação com outros temas como: cidadania, participação política, mudanças sociais reforça o caráter de sua importância nas sociedades, em caso específico no Brasil, que ainda tem em sua memória política a sombra de regimes ditatoriais e uma vasta pauta de problemas sociais e políticos que também passam pelos Movimentos Sociais. De modo geral, percebe-se que todos os livros apresentam os Movimentos Sociais como elementos da participação política, que nasce da necessidade de mudanças nos mais diversos contextos da sociedade. Ressalva, apenas, podemos fazer ao livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Tomazi, que, por explorar muitos aspectos históricos, pode levar professores e estudantes a verem os Movimentos Sociais pelo viés da História.

Por fim, como já foi expresso, seja nos livros didáticos, seja nos planos de aulas, os professores de Sociologia podem (e devem) contar com a “ferramenta” de trabalho mais importante: o cotidiano. Explorar artesanalmente, à sua maneira, questões do cotidiano, presentes na vida da escola. Um “fazer sociológico” dentro da escola, tendo como base a mesma elaboração artesanal, que, segundo Martins (2013, p.20) deve estar voltada à “elaboração artesanal de narrativas”. Uma elaboração artesanal, um fazer sociológico, que, se pensado sobre a realidade do professor, deixa de ser apenas uma metodologia para se transformar em um recurso didático fundamental, a enriquecer o material didático adotado e utilizado. Foi nesse sentido que se buscou, aqui, construir, a título de exemplo, uma sequência didática que contemplasse diversas ferramentas e instrumentais à disposição do sociólogo-professor e dos estudantes, para tratar um tema tão caro à Sociologia e à cidadania, como o

dos Movimentos Sociais, além do tripé já consagrado formado por conceitos, temas e teorias contemplado nos livros didáticos.

A disciplina de Sociologia ainda é bastante recente no ensino médio, novos materiais veem sendo elaborados, no entanto, cabe agirmos, enquanto professores-sociólogos, na perspectiva que Neto (2012) apresenta de uma Sociologia como forma de atuar no mundo, de entender o mundo da vida, como forma elementar de reforçar os princípios de uma educação libertadora, voltada aos valores da cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C.. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, jun. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de dez de 2015.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Estratégias de ensinagem. In ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate (orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004.

ARAÚJO, Denise Lino de. O que é (e como faz) sequência didática? **Entrepalavras**, Fortaleza, ano 3, v.3, n.1, p.322-334, jan/jul 2013. Disponível em: <<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/148>> Acesso em: 18 de set. de 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a Sociologia?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1972.

BOMENY, Helena, FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A leitura de livros didáticos: uma situação negligenciada. *Ling. (dis)curso*, Tubarão , v. 8, n. 3, dez. 2008 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-76322008000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322008000300010&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 14 de jul. de 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos. PNLD 2012. Sociologia**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos. PNLD 2015. Sociologia**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos. PNLD 2015. Sociologia**. Brasília, 2014.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na era Global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BURITY, Joanildo A. Cultura e identidade nas políticas de inclusão. In: AMARAL, Aécio; BURITY, Joanildo A. (Orgs.) **Inclusão Social Identidade e Diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Sérgio. Movimentos Sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 12, n. 35, Out.1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 10 de dez de 2015.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et al. Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD

como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1027-1056, Dez. 2014 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362014000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000400008&lng=en&nrm=iso)> . Acesso em: 14 de jul. de 2015.

DOMINGUES, José Maurício. Os Movimentos Sociais latino-americanos: características e potencialidades. **Análise de Conjuntura OPSA**, no. 2. Brasil. Fev. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf>> Acesso em: 14 de jul de 2015.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

FERNANDES, Florestan. O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira. **Primeiro dossiê de Ciências Sociais**. São Paulo: Ceupes-USP/CACS-PUC, 1985, pp. 46-58.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony, *et al.* **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-68

GÓES, Laura Montenegro. **Reflexões Acerca do Livro Didático de Sociologia no Ensino Médio**: Um Estudo de Caso do Antes e Depois do PNLD de 2012. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105032>> Acesso em: 10 de dez de 2015.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21,n.54, dez.2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-)

49792008000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 de Nov. de 2013.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola. 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 de dez de 2015

GOHN, Maria da Glória. Teorias do movimento sociais na contemporaneidade. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LIMA, Natália de Oliveira. Livro Didático de Sociologia no ensino médio: uma análise na perspectiva da “colonialidade só saber”. **Mosaico Social – Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC**. Ano XII, n. 07, 2015. Disponível em: <<http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Texto-03-Livro-did%C3%A1tico-de-Sociologia-no-ensino-m%C3%A9dio.pdf>> Acesso em: 16 de jul. de 2015.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha. **Sociologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia (RBS)**, Sergipe, vol.1, n.2, jul./dez.2013. Disponível em:<<http://www.sbSociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/41/17>> Acesso em:

10 de dez de 2015.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEIUCCI, Simone. Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia: um balanço. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...**, 2013, Salvador. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

MEKSENAS, Paulo. O uso do livro didático e a pedagogia da comunicação. In: PENTEADO, Heloísa Dupas (org.). **Pedagogia da Comunicação: Teorias e práticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação sociológica**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MORAES, Amaury César (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2010. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwi1gdOfhvrGAhWCH5AKHfaTD3o&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman26task3Ddoc\\_download26gid3D7843%26&ei=d3q1VfXpKYK\\_wAT2p77QBw&usg=AFQjCNG7khoNjfcIs2AtyvmUOqqHyPRNUA&sig2=Nhr4ZNXR9eD0qnFl7-9TTA&bvm=bv.98717601,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwi1gdOfhvrGAhWCH5AKHfaTD3o&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman26task3Ddoc_download26gid3D7843%26&ei=d3q1VfXpKYK_wAT2p77QBw&usg=AFQjCNG7khoNjfcIs2AtyvmUOqqHyPRNUA&sig2=Nhr4ZNXR9eD0qnFl7-9TTA&bvm=bv.98717601,d.Y2I) > Acessado em: 20 de julho de 2015.

MUKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições** [online], 2012, vol. 23, p.51-66. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072012000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000300004&lng=pt&nrm=iso) > Acesso em: 10 de dez. de 2015.

MUÑOZ, Enara Echart; RIVA, Marta Carballo. Migrações e Movimentos Sociais: transnacionalismo, mobilidades e mobilizações. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: **SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1,

Junho. 2011. pp.127-143. Disponível em:

<<http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2782/2250>> Acesso em: 21 de dez. de 2015.

MUTZEMBERG, Remo. A questão dos movimentos sociais na atualidade. In: MARTINS, Benedito. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 405-440.

MUTZENBERG, Remo. Construção de sentido pelos Movimentos Sociais. In: FONTES, Breno Augusto S. Maior. **Movimentos Sociais: produção e reprodução de sentidos**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999.

NETO, José Guimarães *et al.* **Educar pela Sociologia: contribuições para a formação do cidadão**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

NISBET, Robert A. A Sociologia como uma forma de arte. **Plural**, Sociologia, USP, São Paulo, n.7, p.111-130, 1ºsem.2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75487>> Acessado em: 01 de setembro de 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

OLIVER, Lucio; SAVOIA, Francesca. Análisis de la coyuntura latinoamericana de 2011. In: Revista del Observatorio Social de América Latina. XIII, nº 31, mayo de 2012, p.144-167. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120417105250/OSAL31.pdf>> Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAIS, José Machado. O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia (RBS)**. Vol. 1, n.1, jan/jul. 2013. Disponível em:

<<http://www.sbSociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/26/6>> Acesso em: 10 de dez. 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PRECIADO, Jaime. As geografias do poder dos Movimentos Sociais em um período de crise. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

RIVA, Marta Carballo de La; MUÑOZ, Enara Echart. Migrações e movimentos sociais: transnacionalismo, mobilidades e mobilizações. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Inclusão social e cidadania: a perspectiva das organizações, redes e movimentos. In: AMARAL, Aécio; BURITY, Joanildo A. (Orgs.) **Inclusão Social Identidade e Diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e Movimentos Sociais: projetando o futuro. Revista Brasileira de Sociologia, vol. 01, nº 01, jan/jul/2013. Disponível em: <<http://www.sbSociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/29/9>> Acesso em: 10 dez. de 2015.

SILVA, Afrânio *et al.* **Sociologia em Movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Ilezi Luciana Fiorelli *et al.* O ensino das Ciências Sociais: mapeamento do debate em periódicos das Ciências Sociais e da educação de 1940 a 2011. In: CARVALHO, Cesar Augusto (org). **A Sociologia no ensino médio: uma experiência**. Londrina: EDUEL, 2010.

SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p.803-821, set/dez 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362012000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000300006&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 14 de jul. de 2014.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. O ofício de sociólogo. **Revista Brasileira de Sociologia (RBS)**, Sergipe, vol.1, n.2, jul./dez.2013. Disponível em:<<http://www.sbSociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/42>> Acesso em 12 de agosto de 2015.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.